

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

LARISSA GIARDINI SIMÕES

**PADRÕES RECENTES DE INSERÇÃO E MOBILIDADE DO
TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL METROPOLITANO:
DESCONTINUIDADES E PERSISTÊNCIAS**

Belo Horizonte
2017

Larissa Giardini Simões

**Padrões recentes de inserção e mobilidade no
trabalho doméstico do brasil metropolitano:**
descontinuidades e persistências

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Belo Horizonte
2017

S593p
2017

Simões, Larissa Giardini.
Padrões recentes de inserção e mobilidade no trabalho doméstico do Brasil
metropolitano [manuscrito] : descontinuidade e persistências / Larissa
Giardini Simões. - 2017
120 f., enc. : il.

Orientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.
Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 113-117) e apêndices.

1.Trabalho feminino - Brasil - Teses. 2. Empregados domésticos - Teses. 3.
Mobilidade de mão-de-obra - teses. I. Oliveira, Ana Maria Hermeto Camilo
de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e
Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 331.4981

AGRADECIMENTO

Primeiramente, obrigada Ana Hermeto, minha orientadora, pela disponibilidade e paciência de repetir muitas vezes as mesmas coisas até que eu compreendesse. Obrigada também por me tranquilizar nas muitas vezes que me desesperei e por sempre me direcionar ao caminho certo.

Obrigada também aos demais professores e funcionários do Cedeplar e da FACE. Esse período foi de grande aprendizagem graças à competência de vocês, e tudo teria sido mais difícil se não fosse a flexibilidade e compreensão com que tratam nossos problemas e dificuldades.

Esse período cheio de angústias e aflições foi muito mais leve pelos amigos e colegas que encontrei no Cedeplar. Sempre dispostos a ajudar, seja nas disciplinas, nos comandos do Stata, ou preparando uma festa para esquecer os problemas do semestre. Não posso esquecer dos muitos cafés ao longo dos dias nas salinhas da FACE; além de despertar, eles acalentaram e diminuíram a solidão que é inerente ao pós-graduando.

Agradeço também aos outros amigos que sempre apoiaram e se interessaram por essa trajetória, mesmo estando distantes do mundo acadêmico. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, com empatia nos momentos difíceis e dividindo comigo os momentos de felicidade.

Obrigada à minha mãe, minha principal apoiadora e fonte da minha força, por comprar minhas batalhas e se alegrar por minhas conquistas. À Flávia, Tia Mazalha, Ana Clara, Vó e Vô por compreenderem a minha ausência e me oferecerem suporte, mesmo quando não compreendiam a natureza das minhas dificuldades. O amor de vocês me dá a segurança para tentar, sabendo que não tem problema se eu falhar.

Ao Gabriel, por se interessar até mais do que eu nos meus projetos, por me inspirar a ser mais curiosa, mais dedicada e ver mais paixão na ciência.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro que permitiu a concretização desse projeto.

“In the old times, they say, the men came already fitted with brains
designed to follow flesh-beasts at a run,
to hurdle blindly into the unknown,
and then to find their way back home when lost
with a slain antelope to carry between them.
Or, on bad hunting days, nothing.

The women, who did not need to run down prey,
had brains that spotted landmarks and made paths between them
left at the thorn bush and across the scree
and look down in the bole of the half-fallen tree,
because sometimes there are mushrooms.

Before the flint club, or flint butcher’s tools,
The first tool of all was a sling for the baby
to keep our hands free
and something to put the berries and the mushrooms in,
the roots and the good leaves, the seeds and the crawlers.
Then a flint pestle to smash, to crush, to grind or break.”

Mushroom Hunters - Neil Gaiman

RESUMO

O trabalho doméstico é a ocupação que emprega mais mulheres no Brasil. Predominantemente feminino, negro e pobre, essa ocupação é desprotegida e tratada com assimetria até mesmo pela legislação. Suas características próprias originam também no não pertencimento ao circuito produtivo da economia. O objetivo dessa dissertação é identificar se houveram mudanças na inserção e mobilidade nessa ocupação no Brasil metropolitano recente. Utilizando dados da Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE) de 2002 a 2014, foram construídas tabelas de contingência com as frequências de transição e imobilidade entre as categorias criadas: inatividade, desocupação e categoria socio-ocupacional - superior, intermediária, manual e serviço doméstico remunerado. A metodologia aplicada determina os efeitos do ciclo de vida, da conjuntura e das gerações nas transições ocupacionais ao comparar os ajustes de modelos log lineares. Encontrou-se que a dimensão de período é a mais importante para modelar as frequências das transições entre as categorias analisadas, seguida da coorte; isso porque a inclusão no modelo de variáveis que representam a condição na família e cor/raça explicita parte das mudanças ocorridas ao longo das coortes. Foi encontrado também que as mulheres mais jovens estão se tornando domésticas cada vez menos; entre as domésticas há maior mobilidade do que nos demais grupos ocupacionais, justificada pela desproteção e desvalorização dessa profissional, e; mulheres mais velhas estão ocupando cada vez mais espaço nessa ocupação já que possuem menor mobilidade ocupacional do que as mais jovens. Dessa forma há um “envelhecimento” dessa ocupação, que possui média de idade cada vez maior. Foi encontrado também um efeito substancial na condição na família (cônjuge, filha ou chefe) na modelagem das frequências das posições de origem e destino. Da mesma forma, os resultados dos modelos mostram que a influência de ser negra, já controladas todas as demais características da mulher, na inserção e mobilidade entre as categorias de atividade é grande, distinta ao longo das gerações e está diminuindo no período analisado. Entretanto, a diferença na probabilidade entre brancas e negras estarem no emprego doméstico se manteve em patamares constantes e assim, nessa ocupação, não está ocorrendo a superação desses estigmas e marcas nas quais se baseiam a discriminação.

Palavras-chave: Empregadas domésticas. Mobilidade ocupacional. Segregação racial. Trabalho reprodutivo. Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

Domestic work is the occupation that employs the most women in Brazil. Almost exclusively female, black and poor, this occupation is vulnerable and treated differently even by the legislation. Its unique features also arise from the fact that it is not part of the productive circuit of the economy. The objective of this dissertation is to identify if there were changes in the placement and mobility on this occupation at the metropolitan areas of Brazil in recent years. Data from Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE), from 2002 to 2014, was used to formulate contingency tables with the transition and immobility frequencies. The sample was classified in groups: inactivity, unemployment, and four socio-occupational categories (manual, intermediate, superior and domestic workers). The methodology used identifies the effects of the life cycle, conjuncture and generation by comparing the fit of log linear models. It was found that the period was the most important dimension for modeling the frequencies at the transition contingency table. Cohort was the second most important, mainly because the addition of variables like household condition and race dilute the effect on changes across generations. Also, over time less young women are working as domestic workers, and there is more mobility between these professionals than between other occupational groups. The lack of protection and the devaluation of this professional can originate this process. That does not happen in the same way for older women as they have less mobility. Thus, the occupation is “getting older”, as the average age is getting higher. It was also found that the household condition has a major effect on the person’s category of origin and destiny. Furthermore, there is a large effect of being black on the placement and mobility between these occupational groups, even after controlling for other characteristics of the woman. Although this color effect is diminishing on recent years, the odds of black women being domestic workers remains constant, as the society is not getting over the stigma and prejudice that this profession is based on.

Key Word: Domestic workers. Occupational mobility. Racial segregation. Reproductive labor. Sexual division of labor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1 Emprego Doméstico	19
2.1.1 Definição da ocupação e interseccionalidade.....	19
2.1.2 Dualismo e a lógica não produtiva do mercado de trabalho doméstico.....	24
2.1.3 Impacto de mudanças na legislação	28
2.1.4 Trabalho doméstico e políticas econômicas.....	30
2.1.5 Trabalho decente e o prestígio ocupacional	31
2.2 Transições ocupacionais e estratificação social.....	34
2.3 Influenciadores das transições ocupacionais	35
2.3.1 Ciclo de vida.....	36
2.3.2 Conjuntura.....	38
2.3.3 Aspectos geracionais	39
2.3.4 Demais características: escolaridade, raça/cor, região metropolitana, condição na família.....	40
3 METODOLOGIA E FONTE DE DADOS	42
3.1 Modelos log lineares para a estimação da mobilidade.....	42
3.2 Modelo Idade, Período e Coorte (IPC)	49
3.3 A Pesquisa Mensal do Emprego	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	55
4.1 Análise Descritiva dos Dados	55
4.1.1 Transições.....	55
4.1.2 Composição etária	67
4.1.3 Coorte de nascimento	74
4.1.4 Período	77
4.1.5. Demais características: escolaridade, raça/cor, região metropolitana, condição na família.....	79
4.2 Resultados dos modelos estatísticos	84
4.2.1 Variáveis de ciclo de vida, conjuntura e coorte	85
4.2.2 Demais características: escolaridade, raça/cor, região metropolitana, condição na família.....	89

4.2.3 Modelos topológicos	94
4.2.4 Probabilidades preditas	101
5 CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXO	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição da amostra segundo a condição de atividade na segunda observação, Brasil Metropolitano, 2002 e 2014	58
Gráfico 2 - Composição da amostra segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, por grupos etários, Brasil Metropolitano, 2002-2015	68
Gráfico 3 - Comparação do perfil etário das transições originadas no emprego doméstico e nas demais ocupações, Brasil Metropolitano, 2002-2015	69
Gráfico 4 - Composição etária da categoria das empregadas domésticas segundo a condição de atividade na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015.....	70
Gráfico 5 - Composição etária da categoria das empregadas domésticas segundo a condição de atividade na primeira observação, por ano, Brasil Metropolitano, 2002-2015.....	71
Gráfico 6 - Composição etária e de origem das empregadas domésticas na segunda observação, com divisões das categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitano, 2002-2015	72
Gráfico 7 - Composição etária das domésticas empregadas em outras ocupações na primeira observação, segundo a categoria socioocupacional, Brasil Metropolitano, 2002-2015.....	72
Gráfico 8 - Composição etária e de destino das empregadas domésticas na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015	73
Gráfico 9 - Composição etária das empregadas em outras ocupações e das empregadas domésticas na primeira observação, segundo a categoria socioocupacional, Brasil Metropolitano, 2002-2015	73
Gráfico 10 - Composição da amostra segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, por coortes, Brasil Metropolitano, 2002-2015	75
Gráfico 11 - Composição de origem e de ano de nascimento das mulheres no serviço doméstico na segunda observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015	76
Gráfico 12 - Composição de destino e de ano de nascimento das mulheres no serviço doméstico na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015.....	76
Gráfico 13 - Participação das diferentes coortes no trabalho doméstico por idade, Brasil Metropolitano, 2002-2015	77
Gráfico 14 - Composição de destino e de período das mulheres no serviço doméstico na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015	78
Gráfico 15 - Composição de origem e de período das mulheres no serviço doméstico na segunda observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015	79
Gráfico 16 - Composição da categoria de empregadas domésticas por faixa etária, segundo cor/raça, nos pontos inicial e final da amostra, Brasil Metropolitano	81
Gráfico 17 - Composição da categoria de empregadas domésticas por escolaridade, ao longo do tempo, Brasil Metropolitano, 2002-2015	82
Gráfico 18 - Composição da categoria de empregadas domésticas por escolaridade segundo raça/cor, ao longo do tempo, Brasil Metropolitano, 2002-2015.....	82
Gráfico 19 - Composição das categorias ocupacionais por posição na família, Brasil Metropolitano, 2002-2015	83

Gráfico 20 - Composição etária das categorias de posição na família das domésticas e demais ocupações, Brasil Metropolitano, 2002-2015.....	84
Gráfico 21 - Probabilidade de estar ocupada como empregada doméstica por grupos etários, ao longo do tempo, controlando para as demais características individuais, Brasil Metropolitano, 2002-2014	102
Gráfico 22 - Evolução temporal das diferenças entre brancas e negras nas probabilidades preditas de inserção em cada categorial ocupacional, controlando para as demais características, Brasil Metropolitano, 2002-2014.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitan – 2002 (Em %)	55
Tabela 2 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitan – 2005 (Em %)	56
Tabela 3 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitan – 2008 (Em %)	57
Tabela 4 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitan – 2011 (Em %)	57
Tabela 5 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitan – 2014 (Em %)	58
Tabela 6 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitan – 2002 (Em %)	60
Tabela 7 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitan – 2005 (Em %)	60
Tabela 8 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitan – 2008 (Em %)	61
Tabela 9 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitan – 2011 (Em %)	61
Tabela 10 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitan – 2014 (Em %)	61
Tabela 11 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitan – 2002 (Em %)	63
Tabela 12 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitan – 2005 (Em %)	64
Tabela 13 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitan – 2008 (Em %)	64
Tabela 14 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitan – 2011 (Em %)	65
Tabela 15 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitan – 2014 (Em %)	65
Tabela 16 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho de até 26 anos de idade, Brasil Metropolitan – 2005 (Em %)	66
Tabela 17 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho com mais de 54 anos de idade, Brasil Metropolitan – 2005 (Em %)	66
Tabela 18 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho de até 26 anos de idade, Brasil Metropolitan – 2014 (Em %)	67

Tabela 19 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho com mais de 54 anos de idade, Brasil Metropolitano – 2014 (Em %)	67
Tabela 20 – Origem das transições entre condições de atividade da força de trabalho, segundo cor/raça, Brasil Metropolitano (Em %)	80
Tabela 21 - Ajuste do modelo incluindo Idade (I), Período (P), Coorte (C), Origem (O) e Destino (D)	86
Tabela 22 - Ajuste do modelo incluindo Região Metropolitana (RM), Raça/Cor, Grupo de Anos de Estudo (Granest) e Condição na Família (Condfam), além de Idade, Período e Coorte	92
Tabela 23 - Ajuste de modelos topológicos incluindo Idade, Período e Coorte, e, além dessas, Região Metropolitana, Raça/Cor, Grupo de Anos de Estudo e Condição na Família	95
Tabela 24 – Ajuste de modelos saturados na origem e destino	99
Tabela 25 – Coeficientes estimados para o modelo escolhido	99
Tabela 26 - Probabilidade de pertencer à categoria ocupacional nos extremos da distribuição etária, Brasil Metropolitano, 2002-2014	103
Tabela 27 - Matriz de destino das empregadas domésticas, segundo cor/raça, Brasil Metropolitano, 2002-2014	104
Tabela 28 - Matriz de origem de transições para a categoria de empregadas domésticas, por cor/raça, Brasil Metropolitano, 2002-2014	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de mobilidade	42
Quadro 2 - Modelos topológicos construídos.....	45
Quadro 3 - Coortes por grupos etários e períodos	50
Quadro 4 - Esquema de rotatividade do painel da PME	53
Quadro 5 - Definição das variáveis incluídas no modelo.....	54
Quadro 6 - Desenho topológico escolhido (Modelo 10)	98

1 INTRODUÇÃO

Mulher, negra e pobre. Esses adjetivos podem ser utilizados para descrever grande parte das trabalhadoras domésticas do Brasil. Identificar se essa ocupação, que possui traços que persistem desde a servidão e características herdadas da divisão sexual do trabalho pré-capitalismo, está passando por transformações é o objetivo principal desse trabalho.

Fundamental para a compreensão da lógica dessa ocupação é ter clara a relação entre gênero, raça e trabalho reprodutivo. Ser mulher no Brasil carrega implicações diferentes de ser homem, mas mais ainda, ser mulher negra ainda é distinto de ser mulher branca. Da mesma forma, mulheres que pertencem a classe média e alta enfrentam desafios e desigualdades específicos que não são apresentados às mulheres de outras classes sociais. O mesmo pode se dizer sobre negros, já que mulheres e homens enfrentam desafios e discriminações de naturezas distintas. Esses eixos de características derivados do poder se sobrepõem e se cruzam e o conceito que descreve esse fenômeno é o da interseccionalidade, que surgiu na década de 1970 do questionamento da universalidade da categoria “mulher” (BERNARDINO-COSTA, 2013). Assim, uma abordagem interseccional é indispensável para se tratar dessa ocupação que se apresenta extremamente multifacetada e, ainda, *“the racial division of reproductive labor is key to the distinct exploitation of women of color...”¹* (GLENN, 1992). É importante então que se considerem as características dos indivíduos nessa ocupação de forma integrada, analisando como a interseção desses traços afeta a inserção e mobilidade nesse mercado de trabalho.

Segundo Pinheiro et al. (2016), 14% das mulheres brasileiras trabalhavam como domésticas em 2014, um total de 5,9 milhões. Essa ocupação tem características próprias já que não participa do circuito da produção de bens e serviços, mas sim da reprodução da força de trabalho. O serviço doméstico, quando realizado pela própria dona de casa, é visto em contraste com trabalho (DUFFY, 2007), e quando realizado por uma mulher contratada, não possui o mesmo status de trabalho do que aqueles realizados fora do domicílio, em atividades produtivas. Maria Cristina Maneschy (2013, p. 209), argumenta que:

¹“A divisão racial do trabalho reprodutivo é chave para a exploração distinta das mulheres de cor...” (tradução nossa).

As atividades domésticas não são, em princípio, trabalho, muito menos profissão, embora cruciais na reprodução social das famílias, das comunidades locais e, por extensão, do próprio sistema econômico capitalista, baseado na separação entre esfera doméstica e esfera produtiva.

O fato desse trabalho ser realizado dentro do domicílio dificulta sua profissionalização, não apenas porque as trabalhadoras não têm acesso umas às outras para criar uma identidade de classe, mas também porque é criado um falso senso de pertencimento à família (OLIVEIRA; COSTA, 2012).

A preocupação com as condições sob as quais essas mulheres exercem suas ocupações é alvo também da Organização Internacional do Trabalho, que em 1948 adotou uma resolução sobre as condições dessas trabalhadoras e reconheceu a necessidade urgente de estabelecer patamares mínimos “*compatible with self-respect and human dignity wich are essential to social justice*”² (OIT, 2010). Em 2010, a Conferência Internacional do Trabalho abordou o Trabalho Decente no serviço doméstico remunerado e estabeleceu diretrizes para a proteção desses trabalhadores.

Até mesmo na legislação brasileira essa ocupação foi tratada com excepcionalidades desde o seu reconhecimento como profissão, que só se deu em 1972. Na constituição de 1988, direitos conquistados pelo conjunto de trabalhadores urbanos foram excluídos a essas trabalhadoras. Uma mudança recente nesse quadro de assimetria foi a Emenda Constitucional 72, conhecida como PEC das domésticas, aprovada em 2013, que estendeu a essas profissionais alguns dos direitos que não eram até então atribuídos a elas. Apesar da importância que essa mudança representou, principalmente ao trazer à tona o debate sobre a desproteção dessa ocupação e sobre a necessidade de correção de um tratamento desigual e injusto dado a essas trabalhadoras, grande parte das domésticas ainda segue desprotegida, sem acesso à carteira de trabalho e aos “novos” direitos conquistados (PINHEIRO et, al., 2016).

Além dessa mudança institucional que, ademais de representar uma valorização do serviço dessa profissional, também se caracteriza por um aumento no custo de se empregar uma doméstica, alguns trabalhos apontam para outras mudanças nesse mercado de trabalho. Pinheiro et al. (2016) mostram que a proporção de mulheres brasileiras no trabalho doméstico remunerado vem caindo nos últimos anos. Também é observado pelos autores um envelhecimento das domésticas, fruto de mudanças institucionais ou de fatores estruturais que são possíveis graças a mudanças entre gerações. Esse trabalho mostra ainda que essa mudança

² “Compatíveis com o auto respeito e a dignidade humana, que são essenciais para a dignidade humana” (tradução nossa).

não acontece da mesma forma para as mulheres negras e brancas já que o envelhecimento ocorreu antes para o segundo grupo. Marques e Costa (2013) e Manescchy (2013) também retratam mudanças recentes no trabalho doméstico remunerado no Brasil.

Uma dessas mudanças identificadas, o envelhecimento da ocupação, pode ter origem em mudanças demográficas, como a maior longevidade da população, o que leva ao adiamento das aposentadorias. Por outro lado, esse aumento geral na expectativa de vida causaria também um aumento na demanda do serviço doméstico, já que provoca um aumento da necessidade de cuidadores de idosos. Movimentos de aquecimento e retração da economia também afetariam a demanda por esse trabalhador, já que influenciam o poder aquisitivo das famílias, demandantes desse serviço. Da mesma forma, de acordo com as condições macroeconômicas nacionais, há mais disponibilidade de empregos em outras ocupações, o que afetaria assim também a oferta desse trabalho e essa retração aparente do serviço doméstico remunerado pode ser entendida também como um reflexo dos ciclos econômicos no Brasil. Esses são apenas alguns dos determinantes que poderiam influenciar o comportamento desse mercado de trabalho, ou seja, trata-se de um fenômeno complexo que ainda possui várias questões em aberto.

Por se tratar de uma ocupação importante pelo grande número de trabalhadoras, pela sua função de cuidado e pelo lugar estratégico que ocupa na vida dos indivíduos, é essencial identificar a extensão dessas mudanças no mercado de trabalho doméstico. Para tal, deve-se separar as mudanças que são comuns às demais ocupações daquelas específicas do mercado de trabalho doméstico. Além disso, é necessário que se identifique as persistências nessa ocupação e, ainda, os determinantes dos movimentos de alteração e permanência.

Esses questionamentos são importantes para retirar a ocupação da invisibilidade e estimular a valorização dessas profissionais. Isso é ainda mais fundamental quando se reconhece o papel que essa ocupação exerce na perpetuação da segregação racial e na manutenção da divisão sexual do trabalho. Atribuir ao trabalho doméstico status de profissão é essencial para “prover de políticas e ações sociais aqueles/as que o exercem para criar-lhes as condições de exercício da cidadania plena e de superar a pobreza e as más condições de vida e trabalho” (SANCHES, 2009).

Esse trabalho se propõe a contribuir nesse esforço. Mais especificamente, pretende-se investigar mudanças na inserção das mulheres nessa ocupação e na mobilidade para as demais

ocupações ou condições ocupacionais. Além de identificar esse fenômeno, é analisada a influência das mudanças legais e das mudanças geracionais nesse processo de transformação. Ainda no caso de haver mudanças no padrão recente de mobilidade envolvendo o trabalho doméstico, deve-se compreender quais grupos etários, geracionais, de raça e escolaridade estão se movendo ascendentemente na hierarquia da distribuição ocupacional.

Como objetivos específicos pode-se elencar: identificar os padrões de mobilidade com origem e com destino no mercado de trabalho doméstico; identificar se cada transição está relacionada ao ciclo de vida da mulher, ao período analisado e a sua coorte de nascimento; e identificar a influência de outras características nessas transições, como sexo e escolaridade na análise das mudanças no emprego doméstico no Brasil metropolitano³.

De acordo com esses objetivos, serão utilizados dados sobre mulheres, de 15 a 71 anos de idade, obtidos na Pesquisa Mensal do Emprego dos anos de 2002 a 2014, buscando captar suas transições ocupacionais. Isso só é possível pela característica de painel rotativo que essa pesquisa possui, onde o mesmo indivíduo é entrevistado mensalmente durante um período de 4 meses, há um hiato de 8 meses e esse mesmo indivíduo é então novamente entrevistado por mais 4 vezes com intervalos mensais. Esses dados são utilizados na construção de matrizes com as frequências das transições da condição de trabalho, relacionando a origem e o destino de cada uma das categorias: inatividade, desocupação e categoria socio-ocupacional - superior, intermediária, manual e serviço doméstico remunerado. Assim esse trabalho pretende contribuir também ao analisar a inserção nessa ocupação de maneira dinâmica, já que é considerada a origem das mulheres domésticas e qual é a destinação dessas quando deixam essa profissão.

Análises descritivas dos dados são realizadas já que são essenciais para se levantar pistas e definir o caminho a ser seguido na análise estatística. A estratégia estatística é, por meio de modelos que decompõem características de idade, período e coorte identificar a influência que o ciclo de vida da mulher, a geração à qual ela pertence, o ciclo econômico e as mudanças institucionais têm na inserção dela no mercado de trabalho do serviço doméstico remunerado. Além dessas, outras características da mulher podem influenciar sua colocação ocupacional e

³ São consideradas as mulheres residentes da área urbana de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Os homens, por representarem uma parcela muito pequena dos trabalhadores dessa ocupação (DIEESE, 2013) não foram incluídos na amostra.

por isso são acrescentadas, como cor/raça, escolaridade, região metropolitana e condição da mulher no domicílio.

A aplicação de modelos log-lineares permite que se obtenha medidas isentas da influência das distribuições marginais dessas tabelas, já que se utiliza as taxas relativas. Diversos modelos são estimados para se medir e comparar a influência de cada característica na distribuição das mulheres entre as condições de origem e destino. Acrescentando-se uma a uma as características consideradas, a melhor adequação é escolhida através de comparação de estatísticas que avaliam a qualidade do ajuste de cada modelo. Além disso, modelos topológicos são estimados para atribuir chances diferentes de mobilidade a grupos predeterminados e testar hipóteses sobre os padrões de mobilidade entre os grupos socio-ocupacionais construídos. Mais especificamente os que envolvem o trabalho doméstico já que os modelos log lineares modelam todas as frequências contidas na tabela de contingência, ou seja, consideram conjuntamente as transições realizadas originando e destinando em todas as categorias ocupacionais.

Além dessa introdução, esse trabalho conta com mais quatro capítulos. O capítulo dois é uma revisão teórica e bibliográfica e é composto por três eixos. O primeiro trata da ocupação em questão, trazendo uma definição do trabalho doméstico remunerado, suas características interseccionais e de lógicas não produtiva, o tratamento dado pelas leis brasileiras a essa profissão e os aspectos relevantes de trabalho decente e prestígio ocupacional. A segunda parte desse capítulo expõe as teorias de estratificação social e transição ocupacional na qual a metodologia está baseada. Por fim, o capítulo dois termina com um apanhado de como as variáveis, tanto as que formam modelos de idade-período-coorte, quanto as demais, influenciam as transições ocupacionais e em especial a entrada e saída do mercado de trabalho doméstico.

O capítulo três apresenta a metodologia e a base de dados utilizada. São descritos como a base de dados foi construída e como foram definidos os estratos ocupacionais utilizados para descrever e acompanhar a mobilidade ocupacional. Os procedimentos estatísticos e as estatísticas de ajuste utilizadas também são informadas. As informações obtidas através desses dados e métodos são apresentadas no capítulo quatro, que é composto por resultados de análises descritivas e obtidos nos modelos estatísticos. Por fim, o capítulo cinco conclui o trabalho apresentando os principais resultados e reflexões, assim como sugestões para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Vários são os aspectos que devem ser considerados ao se investigar a dinâmica do emprego doméstico remunerado. Deve-se começar refletindo sobre essa profissão e suas especificidades sociais e legais, já que se trata de uma ocupação que apresenta um tratamento diferenciado tanto socialmente quanto pela legislação. Além disso, é necessário um questionamento sobre a importância e relevância que o pertencimento a uma ocupação influencia na vida e nas relações sociais de um indivíduo assim como que mudanças ocorrem quando esse indivíduo faz uma transição para outra ocupação. Esse capítulo traz também um apanhado teórico dos fatores que influenciam a decisão de uma mulher de entrar, permanecer ou sair desse mercado para que seja possível alcançar o objetivo desse trabalho, que é identificar e atribuir a cada atributo sua devida importância.

2.1 Emprego Doméstico

2.1.1 Definição da ocupação e interseccionalidade

Segundo a Lei nº5.859 de 11 de dezembro de 1972 “entende-se por empregado doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. Dentre as formas de ocupação referentes ao trabalho doméstico estão, com maior frequência: empregado doméstico, faxineiro, diarista, babá, cozinheiro, lavadeira, passadeira, arrumadeira, vigia, motorista particular, caseiro, acompanhante de idoso, acompanhante de doente, etc.

O emprego doméstico apresenta como característica mais imediata o fato de ser essencialmente feminino; dos 6,6 milhões de pessoas empregadas no serviço doméstico remunerado em 2011, 6,1 milhões eram mulheres. Os poucos homens ocupados no setor ganham mais que as mulheres já que costumam exercer atividades com maiores remunerações como cozinheiros, jardineiros, caseiros e motoristas; em 2011 o rendimento médio nominal mensal dos homens empregados na atividade era 718 reais e das mulheres 509 reais. Estes dados estão no estudo publicado pelo DIEESE em 2013 intitulado “O emprego doméstico no Brasil”.

A divisão do trabalho por sexo é anterior ao sistema capitalista, mas permaneceu e evoluiu com as relações de produção. Essa divisão, ora considerada uma “repartição complementar”,

na verdade está relacionada à existência de desigualdades das relações sociais entre os sexos já que a destinação dos homens é a esfera produtiva e a das mulheres a esfera reprodutiva, seja realizando um trabalho doméstico remunerado ou não. Além do princípio da separação, que determina que existam trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, a divisão social do trabalho conta ainda com um princípio de hierarquização já que o trabalho do homem é mais valorizado que o da mulher (KERGOAT, 2003).

Essa atribuição dos afazeres domésticos às mulheres ocorre não apenas quando a dona de casa é responsável pela contratação de outra mulher como empregada doméstica e pela relação direta com essa como patroa, mas também quando esses são realizados pela própria dona de casa. A diferença fundamental é que no último caso, os afazeres não são considerados trabalho e são registrados como inatividade econômica enquanto no caso em que as mesmas atividades são realizadas por uma pessoa contratada para isso, e recebendo uma remuneração, eles são considerados trabalho sob a forma de serviço doméstico.

Além de ser majoritariamente feminino, Byelova (2014) aponta ainda duas outras dimensões importantes para caracterizar socio-culturalmente o contexto das empregadas domésticas. A dimensão de classe é importante já que a desigualdade social é um traço característico do Brasil e a mobilidade ocupacional das domésticas deve ser entendida considerando como os indivíduos são alocados na sociedade e como a riqueza está sendo produzida e dividida. Uma análise da mobilidade socio-ocupacional e da estratificação social será apresentada na próxima seção.

Por fim, a dimensão racial, escondida pela ausência de formas organizadas ou ideológicas de racismo, agrava a desigualdade de gênero; *“black woman remain in the worst and most vulnerable position in power hierarchy in Brazilian society”*⁴ (BYELOVA, 2014). A percepção do trabalho manual como inferior deriva do contexto brasileiro de escravidão, que ainda contribui para a presença maciça de negros, especialmente mulheres, no serviço doméstico. No processo de formação da América Latina uma associação entre raça e trabalho foi feita e uma divisão racial do trabalho, complementar à sexual, foi constituída e mantida até os dias de hoje.

⁴ “Mulheres negras permanecem na pior e mais vulnerável posição na hierarquia na sociedade brasileira” (tradução nossa).

Byelova (2014) aponta ainda o conflito de interesses da luta feminista já que, para as mulheres, geralmente de classes média e alta e brancas, ocuparem postos de trabalho corporativos e que eram predominantemente masculinos, elas precisam que outra mulher, geralmente negra, de classe social mais baixa e menos educada, tome para si a responsabilidade da manutenção da casa e cuidado da família. A existência da ocupação de doméstica permite a reprodução do status da família perante parentes e amigos que visitam a casa, assim como evita um conflito com os maridos que não se ocupam dos trabalhos reprodutivos. Assim, apesar das conquistas das mulheres nas últimas décadas, a vulnerabilidade desses outros grupos sociais e raciais pouco se alterou. Segundo Maneschy (2013):

“... a grande oferta de mão de obra e os baixos salários possibilitaram que mulheres de classe média e alta ingressassem no mercado de trabalho, sem que as coletividades criassem instituições que reduzissem os encargos do lar e com a socialização das crianças...”

Bernardino-Costa (2013), para analisar o quadro de desigualdades de gênero, raça e social no trabalho doméstico remunerado, também faz menção à divisão racial e sexual do trabalho originada na constituição do sistema moderno. Essa divisão era evidente nos primeiros séculos de formação do Brasil, quando servos e escravos sustentaram a economia. Mesmo quando homens e mulheres negros alcançavam a liberdade, eles estavam presos a padrões de dominação que os mantinham fixos na hierarquia do poder. Com a formação do mercado de trabalho após a abolição, a chegada de imigrantes, preferidos aos homens negros livres, dificultou a movimentação na estratificação social do homem negro. A mulher negra encontrou, desde então, oportunidade como trabalhadora doméstica.

Em 2011, grande parte das trabalhadoras domésticas apresentava ensino fundamental incompleto (48,9%) e, em relação à condição no domicílio, eram cônjuges (42,7%). A maior parcela das empregadas domésticas (28,5%) tinha entre 40 e 49 anos de idade e, comparando-se com o ano de 2004, percebe-se um envelhecimento da categoria já que houve crescimento da participação de mulheres mais velhas e redução da participação de mais jovens (DIEESE, 2013).

Pinheiro *et al.* (2016) aponta para o fenômeno da falta de renovação na categoria de trabalho, responsável pela diminuição da proporção de mulheres no trabalho doméstico ao longo do tempo. A queda contínua do número de trabalhadoras jovens é expressão da redução do trabalho doméstico via redução da oferta de trabalhadoras. Estigmatização, baixos níveis de

rendimento e proteção social estão na origem da baixa atratividade exercida pela ocupação nas mulheres jovens. É destacado também pelos autores que esse fenômeno do envelhecimento da ocupação não aconteceu simultaneamente para mulheres brancas e negras, sendo que as primeiras tiveram a oportunidade de realizar a migração ocupacional antes que as negras. Assim, mulheres pobres e negras constituem o perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil, o que remete à sua origem no trabalho escravo e ao papel atribuído socialmente à mulher.

O trabalho doméstico está entre as ocupações com pior remuneração e vários são os fatores que podem ser elencados para explicar o baixo nível salarial, a começar com o já mencionado baixo nível de escolarização. A ideia de que mulheres possuem as habilidades necessárias para esse trabalho de forma inata, ao contrário da aquisição formal, leva a desvalorização desse serviço. Também contribui para a baixa remuneração a percepção do trabalho como improdutivo, já que não gera lucros diretos para quem o emprega (OIT, 2011a).

Outro fator é o baixo poder de barganha individual e coletivo, agravado pela distância e isolamento entre os trabalhadores que, em geral, não têm colegas de trabalho, enfrentam longas jornadas e, assim, encontram empecilhos na organização de reuniões para organização coletiva. Se do total de trabalhadores brasileiro, 18% era associado a sindicatos ou organizações de classe em 2009, esse percentual era de apenas 2% quando consideram apenas as trabalhadoras domésticas. A organização sindical que existe é ainda muito frágil já que não há desconto em folha, contribuição sindical e nem remuneração para os cargos de direção dos sindicatos (IPEA, 2011).

Embora muitas trabalhadoras gostem da ocupação que exercem, a maioria não teve chance de escolher outra ocupação devido a dificuldades ao longo da vida e falta de oportunidades de qualificação. Em uma pesquisa com domésticas de Salvador e São Paulo, grande parte disse não querer a mesma profissão para suas filhas, o que evidencia o preconceito e falta de valorização desse profissional. As domésticas relatam ainda atitudes discriminatórias e assédio sexual por parte de empregadores e empregadoras (DIEESE; SPM, 2011).

Pode-se classificar as relações de trabalhos domésticas em duas formas principais: diaristas, que recebe pelo dia de trabalho e presta serviço para mais de um empregador, e mensalista, que é contratada para trabalhar todos os dias para a mesma família e recebe um salário mensal. DIEESE (2013) aponta para um crescimento das diaristas no período analisado, o que

pode representar uma preferência por uma jornada mais flexível, combinação de atividades e melhor remuneração por hora trabalhada apesar de significar também maior vulnerabilidade e ritmo mais intenso de trabalho. Maior autonomia em relação aos vínculos afetivos com os patrões também está entre as vantagens de se trabalhar como diarista, assim como maior possibilidade de se negar a realizar diversos aspectos abusivos da ocupação. Marques e Costa (2013) também identificaram um crescimento na participação de diaristas na ocupação de doméstica entre 2001 e 2011 em todas as regiões metropolitanas. A procura por uma jornada mais flexível, sem ter que pagar por um salário integral e demais encargos, é motivo para as famílias recorrerem a essa modalidade de serviço, além da diminuição do tamanho das famílias.

A forma de contratação das domésticas ainda pode apresentar mais uma divisão, caso a trabalhadora apresente ou não carteira assinada. É fundamental essa diferenciação já que o acesso a grande parte dos direitos trabalhistas se dá via formalização do vínculo empregatício através do registro em carteira. Há também como contribuir à previdência na forma de autônoma. A informalidade é também uma característica marcante do trabalho doméstico não apenas para diaristas, mas também para mensalistas que não possuem carteira assinada e não têm acesso aos direitos a ela associados.

Imobilidade ocupacional também é encontrada no mercado de trabalho doméstico, onde a escolha de inserção como empregado doméstico pode acarretar uma armadilha da ocupação. O efeito de o primeiro emprego ser como trabalhadora doméstica sobre a probabilidade de ter a ocupação de doméstica atualmente é estimado por Saito e Souza (2008). Utilizando-se o método das variáveis instrumentais para controlar a endogeneidade entre as escolhas atuais e da primeira ocupação aplicado a dados da PNAD do ano de 1996 para mulheres, os autores encontram que idade, o fato de ser branca e a escolaridade dos pais reduzem a probabilidade de ter a primeira ocupação como doméstica. Além disso, o fato de ter como primeiro emprego o doméstico aumenta em 65 pontos percentuais a probabilidade de ser doméstica, o que sugere uma grande imobilidade ocupacional neste mercado de trabalho.

Por fim, Santos (2010) aponta mais uma característica do mercado de trabalho doméstico, a segregação. O autor adota a estratégia de provar que o mercado de trabalho brasileiro é segmentado, mostrando que uma categoria de atividade o é; se uma parte do mercado de trabalho é segmentada não se pode dizer que o todo seja integrado. E é essa a conclusão que o

autor chega por meio de estimações de mínimos quadrados ordinário e decomposição de Blinder-Oaxaca aplicadas a dados da PNAD 2007. Um mercado de trabalho integrado é caracterizado por competição perfeita e ausência de fricção onde qualquer benefício ou garantia a mais recebida pelo trabalhador, como, por exemplo, participação no setor formal, é percebida como remuneração e não há distinção de remuneração total entre trabalhadores com características semelhantes. Os resultados apontam para a presença de discriminação racial, com trabalhadoras domésticas brancas recebendo maiores remunerações, e segmentação, com trabalhadores com carteira assinada recebendo mais do que as no setor informal. A ausência de integração é atribuída à legislação trabalhista que penaliza os empregadores que formalizam seus empregados com custos legais elevados e possibilidade de se envolver em processos judiciais no fim da relação de trabalho.

2.1.2 Dualismo e a lógica não produtiva do mercado de trabalho doméstico

No estudo da relação entre o desenvolvimento da produção e o mercado de trabalho em países subdesenvolvidos, algumas interpretações rejeitam a hipótese de homogeneidade e colocam em prática análises duais, onde, na dicotomia moderno-tradicional, o setor tradicional não é visto como resquício do passado, mas como parte do processo que cria o setor moderno. A denominação setor formal e setor informal é mais uma forma como essa relação dual é entendida.

Marco importante na definição e delimitação do setor informal, o relatório da OIT sobre o Emprego e Renda no Quênia detalhou as características das atividades e dos trabalhadores informais e serviu de influência para os demais trabalhos e missões realizados pela organização. A visão dual é adotada nesse documento e a divisão entre os setores formal e informal é baseada na forma de organização da produção, com atividades informais modernas e ligadas ao próprio desenvolvimento econômico. Os desequilíbrios do desenvolvimento capitalista fazem com que essas novas atividades intrinsecamente urbanas reflitam situação de desemprego e subemprego e a precariedade do setor informal seja fruto de discriminação da política governamental (CACCIAMALI, 1982).

As formas de organização da produção são estudadas para se elaborar políticas de apoio a renda e emprego, específicas do setor informal, e elevar o padrão de vida da população. Esse

interesse se intensifica quando a estratégia de desenvolvimento econômico, baseado na industrialização e crescimento do produto a altas taxas, não eleva o padrão de vida de grupos sociais mais pobres, que estão concentrados nos estabelecimentos não organizados, ou setor informal. Passa a haver uma identificação do setor informal pelo conjunto de indivíduos que estão abaixo de um nível de renda ou detêm características de posição na ocupação, vínculo jurídico e tipo de estabelecimento que lhes impõe um baixo nível de renda.

O Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe - PREALC, em estudos específicos para a América Latina, adota a conceituação descrita anteriormente. Os setores formal e informal são participantes de um mesmo mercado e o último é um degrau na hierarquia das atividades econômicas. São discutidas a segmentação da produção e a caracterização do setor informal baseada na capitalização das atividades produtivas, além do tamanho da unidade produtiva, seu nível tecnológico e organização formal.

Discussões sobre a melhor maneira para definir e medir o setor informal surgem dessa multiplicidade de perspectivas acerca do assunto e a OIT, mais especificamente a Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho e o Delhi Expert Group, tem se esforçado para apurar essa definição.

Husmanns (2004), com base no que foi levantado na 17ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, aponta para a confusão de significados entre os termos “emprego no setor informal” e “emprego informal”, que muitas vezes são utilizados indistintamente. Inicialmente podem-se distinguir esses conceitos pelas unidades de observação envolvidas que no primeiro caso são empresas e no segundo empregos. O emprego no setor informal compreende todos os trabalhos nas empresas do setor informal, que são definidas pelos critérios: i) empresas que não são entidades legais separadas de seus donos e, contabilmente, não existindo separação da atividade produtiva com as atividades dos donos; ii) os bens e serviços produzidos, ou, pelo menos, parte deles, são direcionados à venda; iii) o tamanho em termos de números de empregados é limitado de acordo com as circunstâncias de cada país; iv) envolvimento em atividades não agrícolas (ILO, 2000 *apud* Husmanns, 2004).

Por outro lado, uma pessoa pode ter mais de um emprego e, assim, os empregos e não as pessoas empregadas são tomadas como base para a análise da categoria. Duas dimensões são utilizadas pelo autor para classificar os empregos: tipo de unidade produtiva e tipo de emprego. O emprego é definido por critérios de status (trabalhadores por conta própria,

empregadores, trabalhadores que contribuem para trabalho familiar, empregados e membros de cooperativas) e outras características específicas do emprego.

As unidades produtivas são definidas em tipo de organização legal e outras características da empresa e classificadas em: empresas do setor formal, empresas do setor informal e unidades familiares. O conceito de famílias como unidades de produção inclui a produção de bens para uso próprio, como cultivo de subsistência e construção para uso próprio, e inclui também famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados.

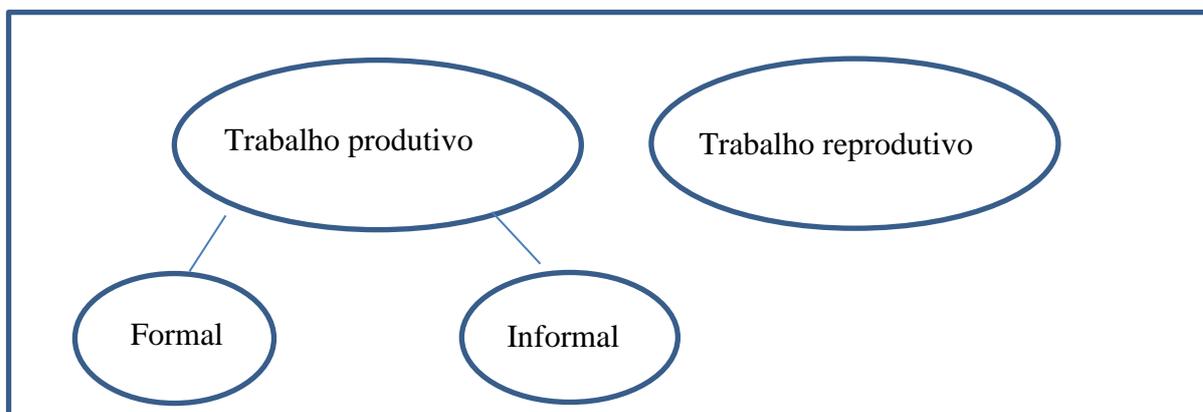
Combinando as possíveis características de unidades produtivas e de tipos de emprego pode-se criar categorias de emprego informal: i) trabalhadores por conta própria e empregadores trabalhando na sua própria empresa do setor informal; ii) trabalhadores familiares, trabalhando em empresas do setor formal ou informal; iii) empregados ocupando empregos informais, seja em empresas formais ou informais; iv) trabalhadores por conta própria produzindo para consumo próprio e da sua família; v) membros de cooperativas de trabalho informal. De acordo com essa classificação, elaborada na 17^a Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, o trabalho doméstico é um emprego informal fora do setor informal.

Henley *et al.* (2009) mede a informalidade no Brasil a partir de três informações contidas nas pesquisas domiciliares nacionais e faz uma conexão entre a variável observada e o conceito de informalidade a que ela se refere. Carteira assinada, cobertura de proteção social e escala da atividade são as medidas da formalidade adotadas pelo estudo que analisa dados de 1992 a 2004. Adotando a medida de setor de atividade formal, 100% das empregadas domésticas são classificadas no setor informal. Já em relação ao contrato ou, no caso, carteira assinada, 78,8% em 1992 eram classificadas como informais e 72,2% em 2004. Por último, analisando as contribuições à previdência social, 76,6% das domésticas eram consideradas informais no período inicial e 69,9% no final. As definições de informalidade que levam em consideração o contrato e a seguridade social são mais similares entre si do que a que leva em consideração a atividade.

Além da dualidade apresentada, pode-se supor também uma dicotomia entre o mercado de trabalho produtivo e o reprodutivo já que estes apresentam mecanismo e lógicas distintas. O trabalho doméstico está fora da lógica da produção, não tendo como fruto bens e serviços tradicionais, mas contribuindo para a reprodução da força de trabalho. Esses tipos de trabalho

estão então “separados”, ou segregados, mas há possibilidade de transição entre eles (na verdade, é essa transição que é o alvo dessa investigação).

Esquema 1 - Disições do mercado de trabalho



Fonte: elaboração própria.

Assim, não se pode adotar os critérios definidos acima para definir se essa ocupação está inserida no setor informal já que essa classificação entre formal e informal diz respeito a ocupações produtivas. Entretanto, quando são analisados os trabalhadores, o acesso à proteção social e os demais direitos trabalhistas, há uma coincidência de características que os aproxima e é até capaz de os unificar na tentativa de obter melhores condições e garantias de trabalho.

O conjunto de características apresentado na seção anterior evidencia a precariedade desse trabalho, que pode ser associada à não inserção do trabalho doméstico na esfera da produção como criador de valor, mas sim no auxílio à reprodução da força de trabalho. O trabalho doméstico não produz mercadorias ou serviços para o mercado, mas gera e mantém a força de trabalho utilizada na produção de bens e serviços. Assim, a baixa remuneração também é consequência do fato de o salário pago ao trabalhador doméstico advir de outro salário. Além disso, os domicílios, local de trabalho das domésticas, não são empresas e sim espaços privados (SANCHES, 2009).

Diferenciados desde os trabalhos de Marx e Angels, o trabalho produtivo e o reprodutivo são vistos de maneira hierárquica, com o primeiro sendo visto como superior e o segundo delegado às mulheres e virtualmente invisível dentro da sociedade. Duffy (2007) argumenta que, apesar de produzir valor e ser indispensável para a sustentabilidade do trabalho

produtivo, o serviço doméstico permanece invisível como forma de trabalho, mesmo quando remunerado. A autora determina como critério de inclusão na categoria de trabalho reprodutivo aqueles que mantêm a vida diária, como saúde física e mental, preparar e servir comida, cuidado pessoal e limpeza, e aqueles que reproduzem a próxima geração, como o cuidado de crianças. Esse conceito é um pouco mais abrangente do que o utilizado para o trabalho doméstico, já que envolve ofícios que não são realizados pelas profissionais aqui analisadas. Entretanto uma subdivisão é proposta pela autora: trabalho reprodutivo “*nurturant*” e “*nonnurturant*” sendo que o primeiro é relativo a trabalhos com maior relação e de cuidados, como enfermagem e educação, e o último envolve limpar, preparação de alimentos, lavar e passar, entre outros. Assim, esse trabalho reprodutivo “*nonnurturant*” é onde está localizado o serviço doméstico. Esse artigo, baseando-se em Glenn (1992) denomina o trabalho realizado pelas domésticas de “*dirty work*”.

A percepção geral da improdutividade do trabalho doméstico por não gerar ganhos diretos para o empregador geralmente desconsidera a importância social e mesmo econômica desse trabalho já que gera efeitos diretos sobre a segurança, organização e bem-estar das famílias e cria a possibilidade de inserção no mercado de trabalho de membros da família. Além disso, o trabalho doméstico contribui para o crescimento econômico ao estimular o consumo e gerar renda (OIT, 2011b).

2.1.3 Impacto de mudanças na legislação

O trabalho doméstico, dessa forma, se destaca por sua natureza, já que é executado dentro do domicílio e os contratantes são as próprias famílias. As relações de trabalho são marcadas por relações interpessoais e familiares, descaracterizando o caráter profissional da ocupação. Esta desvalorização está evidente na assimetria de tratamento dado a estes trabalhadores pela legislação.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943 não incluiu a ocupação de trabalhador doméstico na regulamentação dos direitos trabalhistas. Apenas em 1972, com a Lei nº 5.859, o emprego doméstico foi objeto de regulamentação, tornando obrigatória a carteira assinada e o acesso à previdência social. Também na Constituição Federal de 1988 foram introduzidas mudanças significativas como, por exemplo, o direito ao salário mínimo, à aposentadoria e

irredutibilidade salarial. Foi a partir da Constituição de 1988 (Lei nº 10.208, de 23/03/2001) que o acesso ao FGTS e ao seguro desemprego foi considerado facultativo.

A situação dos trabalhadores domésticos quando promulgada a Constituição Federal de 1988 era de assimetria, já que possuíam menor proteção de direitos em relação a outros trabalhadores. A não inserção desse trabalho como fator de produção na atividade capitalista faz com que seja pensado como trabalho de natureza não econômica e é uma justificativa para essa exceção presente na legislação. Segundo Mattos (2009): "diferenciação estabelecida no parágrafo único do art. 7º da Constituição de 1988 decorre da inaplicabilidade ao trabalho doméstico de dispositivos criados para o trabalhador imerso na reprodução do capital". Além disso, a característica do salário do trabalho doméstico ser pago por outro salário já revela a disparidade e uma outra motivação para a assimetria na constituição é a redução dos custos de contratação (MATTOS, 2009).

Mais recentemente, a Lei nº 11.324/2006 criou mecanismos que possibilitaram a dedução no imposto de renda devido da contribuição paga à Previdência Social pelo empregador incidente sobre a remuneração do empregado. O objetivo foi elevar o número de registros em carteira e transferir ao empregador os custos previdenciários. Relatório do Dieese (2006) discute o emprego doméstico no Brasil à luz dessa medida e aponta o limite máximo de até um salário mínimo para o benefício e a exclusividade da declaração via formulário completo como limitantes do alcance da medida.

Theodoro e Scorzafave (2011) e Madalozzo e Bortoluzzo (2011) avaliam a efetividade da medida e seu impacto no mercado de trabalho do emprego doméstico. Madalozzo e Bortoluzzo (2011) não encontram impactos relevantes na taxa de formalização desses empregados e sugere que a política de valorização do salário mínimo que foi implementada concomitantemente foi um dos empecilhos e demonstra falta de coordenação das políticas públicas. O trabalho utilizou regressões *probit*, análise de *propensity score* e diferença em diferenças aplicadas a dados da PNAD pré-evento e pós-evento (2005 a 2007).

Na mesma linha, Theodoro e Scorzafave (2011), ao utilizarem as metodologias diferenças-em-diferenças e *probit* em dados da PME e PNAD não apresentam resultados conclusivos quanto ao efeito da lei na formalização, já que a variável de interesse estimada foi não significativa em alguns meses e apontou para eficiência da lei em outros. Ainda, o efeito por

ser retardado no tempo já que pode haver uma demora para os empregadores se informar sobre a nova lei e o estudo apenas abrange um ano após a lei entrar em vigor.

Em 2013 uma nova mudança importante nos direitos trabalhistas dos empregados domésticos foi aprovada pelo Congresso. A emenda constitucional 72 (EC72) ficou conhecida como “PEC das domésticas” (já que resultou da Proposta de Emenda Constitucional 66, de dezembro de 2012) alterou o parágrafo da Constituição de 1988 que criava a excepcionalidade do emprego doméstico e incluiu direitos como a jornada de trabalho definida de 44 horas semanais e pagamento de hora extra, que já tiveram validade com a publicação da emenda. Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), multa em caso de demissão sem justa causa, seguro desemprego e outros direitos dependiam de regulamentação específica.

Costa, Barbosa e Hirata (2015) analisam o impacto da EC 72 sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas e encontram que para as empregadas mensalistas a mudança na legislação aumentou a formalização, promoveu uma redução da jornada de trabalho e nenhum efeito sobre os salários. Em relação às diaristas, nenhum efeito foi encontrado. Outro resultado encontrado foi o aumento da probabilidade de ser diarista, que pode indicar uma substituição da empregada mensalista. A metodologia empregada também foi o pareamento por score de propensão e o estimador de diferenças-em-diferenças para dados da PNAD dos anos de 2011 a 2013 e os resultados foram encontrados antes ainda de entrar em vigor todas as alterações da emenda.

2.1.4 Trabalho doméstico e políticas econômicas

Avaliando efeito de políticas públicas no mercado de trabalho doméstico, Paula (2011) verifica como as alterações no rendimento médio dos trabalhadores domésticos podem ser atribuídas à política de valorização do salário mínimo. Utilizando modelos de diferenças-em-diferenças e utilizando os trabalhadores por conta própria e empregadores como grupo controle o estudo encontra que não existem diferenças significativas de variação de rendimento entre os grupos devido à política de elevação do salário mínimo quando se comparado com o primeiro grupo e que essas são significativas quando se compara com o segundo. Foram utilizados dados da PME do ano de 2002 a 2010 e o autor aponta para a

dificuldade de generalizar os resultados obtidos no trabalho para a questão de distribuição de renda inter-ocupações.

Mesmo com remuneração média inferior às do restante dos trabalhadores da economia, os trabalhadores domésticos são uns dos mais beneficiados com aumentos reais de renda no Brasil. Souza e Domingues (2014) estimam através de simulações com um modelo de equilíbrio geral computável o impacto na economia do aumento dos salários pagos aos domésticos; 0,58% do crescimento econômico acumulado entre 2006 e 2011 são atribuídos ao aumento do custo do serviço doméstico remunerado e ao aumento da renda do trabalhador doméstico. A renda dos trabalhadores domésticos cresceu acima da média da economia e, mesmo assim, o número de trabalhadores praticamente não se alterou, o que indica uma demanda elástica o suficiente para absorver a elevação no preço. Essa transferência de renda entre os decis mais ricos da população para o mais pobre gerou mudanças no padrão de consumo que beneficiaram toda a população com resultados benéficos sobre o emprego e a renda agregada.

O crescimento econômico e sua relação com o mercado de trabalho doméstico é também um tema levantado por Leone e Baltar (2010). O trabalho avalia as repercussões da retomada do crescimento dos anos de 2004-2008 sobre a absorção da população economicamente ativa, incluindo uma avaliação do comportamento do trabalho doméstico. O emprego doméstico apresentou ligeira redução; a formalização permaneceu no mesmo nível e a informalidade apresentou ligeira redução. O trabalho aponta ainda que no período de crescimento econômico estudado reduziu-se a absorção de jovens pelo mercado de trabalho doméstico. Informações sobre a inserção de jovens nesse mercado de trabalho são ainda mais importantes considerando-se a já mencionada imobilidade ocupacional.

2.1.5 Trabalho decente e o prestígio ocupacional

O perfil do trabalhador doméstico, que é em sua maioria mulher e negra, remete à sua origem no trabalho escravo e no papel atribuído socialmente à mulher, cuidado com a casa e os filhos. Baixa escolaridade, maior faixa etária e origem em família de baixa renda completam essa caracterização. Episódios que assédio sexual e moral por parte dos empregadores são mais um indício da discriminação enfrentada pela ocupação. Ainda assim, o trabalho doméstico é uma

importante fonte de ocupação, principalmente para mulheres, além de ser uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Sua importância para o dia a dia das famílias, cuidado com as crianças e idosos e sustentação à esfera produtiva não é reconhecida e o trabalho é pouco regulamentado e desvalorizado. Dessa forma, a noção de trabalho decente é particularmente importante para a categoria e constitui ferramenta importante na busca da equiparação de direitos.

O termo foi introduzido na 87ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho e representa as ocupações produtivas adequadamente remuneradas e exercidas em condições de segurança, liberdade e equidade, garantindo uma vida digna para as pessoas. Trabalho decente abrange especificamente quatro componentes principais: emprego pleno e produtivo, direitos no trabalho, proteção social e promoção de um debate social. A agenda do trabalho decente abrange não apenas trabalhadores do setor formal, mas também trabalhadores do setor informal, por conta própria e trabalhadores domésticos e se refere a oportunidades adequadas de trabalho, remuneração, segurança do trabalho e condições saudáveis de trabalho, previdência e seguridade social. Direitos fundamentais dos trabalhadores são também componentes essenciais como liberdade de associação, não discriminação no trabalho e eliminação do trabalho infantil, assim como o diálogo social, que permite aos trabalhadores expressar suas opiniões, defender seus interesses e negociar com os empregadores e autoridades suas condições de trabalho (GHAI, 2003).

Foi na 99ª Conferência Internacional do Trabalho, em 2010, que a organização promoveu a discussão específica do trabalho decente para trabalhadores domésticos e elaborou uma norma a ser cumprida internacionalmente para proteger esses trabalhadores. O trabalho doméstico é virtualmente invisível como forma de trabalho, seja pelo isolamento dos locais de trabalho ou pelo fato de que seu trabalho não produz mais valia, o que justifica a desvalorização e desregulamentação da profissão. O diagnóstico da OIT apresenta o trabalho doméstico como o mais desprotegido de todos e, assim, reforça a ideia de que trabalhadores domésticos são trabalhadores reais e reconhece a natureza pessoal e doméstica desse trabalho, o que não impossibilita a relação de trabalho (TOMEI, 2011).

Tomei (2011) analisa como os investimentos públicos e privados no desenvolvimento do serviço doméstico remunerado resultam em valorização social e econômica desses trabalhadores e, ao fazer uma comparação internacional, destaca o caso do Brasil. Isso por que as políticas fiscais de incentivo à formalização e conseqüentemente acesso à seguridade social

e ao salário mínimo foram implementadas concomitantemente a uma agenda mais ampla de redução das desigualdades raciais e de renda. O Programa do Trabalho Doméstico Cidadão, lançado em 2005 pelo governo federal é baseado em três eixos: i) aumentar a escolaridade e habilidades técnicas dos trabalhadores domésticos; ii) reforçar o poder desses trabalhadores em se organizar e exercer pressão nos empregadores e influenciar políticas públicas e; iii) revalorizar o trabalho doméstico por meio de campanhas em vários assuntos como direitos humanos, violência contra mulher, segurança ocupacional e trabalho infantil doméstico. A autora ressalta que apesar de bem estruturado, o programa não produziu efeitos sistemáticos. A nova Lei do Trabalho Doméstico, de 2006, reconheceu uma gama de direitos para esses profissionais, além do incentivo fiscal já mencionado, como: 30 dias de descanso remunerado por ano, licença maternidade e proibição de dedução do salário de refeições e moradia.

Situado entre as ocupações mais precárias, Sanches (2009) destaca, além dos baixos níveis de remuneração, as más condições de trabalho dos trabalhadores domésticos. São cumpridas longas jornadas de trabalho, que chegam ao extremo quando o trabalhador reside no local de trabalho e, no outro extremo, quando diaristas trabalham muito intensamente no seu dia de serviço. As tarefas domésticas também apresentam riscos à saúde e à integridade física ao lidar diretamente com produtos químicos, fogo, riscos como altura, eletricidade. Esses riscos, entretanto, raramente são reconhecidos pelos empregadores e pelos próprios empregados, agravando a situação. Assédio sexual e moral também agrava o quadro de precariedade dessa ocupação.

Outro conceito muito importante para se compreender a mobilidade dos indivíduos no trabalho doméstico é o prestígio ocupacional. Os papéis ocupacionais localizam o indivíduo no espaço social, preparando o cenário para a interação com outra pessoa. Isso porque as pessoas compartilham visões sobre ocupações, como a habilidade necessária, a intensidade de demanda física e mais especificamente quanto é o prestígio de cada ocupação (TREIMAN, 1977).

Há um debate acerca da definição de prestígio, principalmente sobre a existência de uma conotação que aponta para deferência entre as profissões. Alguns discordam dessa ideia e afirmam que existe apenas uma noção de desejabilidade das ocupações, não existindo noção de superioridade e inferioridade (HAUSER; WARREN, 1997).

Treiman (1997) defende que as escalas de prestígio ocupacionais estão presentes no

consciente coletivo de cada membro da sociedade, e ainda que é cada um desses membros categoriza a si próprio e aos outros em relação à honra social derivado do status ocupacional. Para esse autor a ordenação das ocupações é invariante em todas as sociedades complexas e fixa ao longo do tempo. Quatro proposições são elaboradas para comprovar essa tese: i) a divisão do trabalho é igual em qualquer sociedade já que o imperativo funcional (*functional imperative*) é o mesmo gerando papéis ocupacionais similares; ii) diferenciação gera estratificação já que gera diferenças no controle dos recursos escassos, como habilidade, autoridade e propriedade, e assim poderes diferenciados; iii) esse poder gera oportunidade de aquisição de privilégios especiais e iv) poder e privilégio são altamente valorizados e em qualquer lugar, e assim, conferem prestígio aos indivíduos. A avaliação do prestígio é, para Treiman, não apenas questão de preferência ou gosto, mas sim de valor, carregando uma conotação moral. Comparações entre indivíduos são uma consequência de normas e valores relativos às suas posições na escala de valor.

2.2 Transições ocupacionais e estratificação social

Fundamental para o estudo da mobilidade, seja ela social ou ocupacional, é a determinação de um esquema de estratificação, identificando-se os atributos que diferenciam e hierarquizam uma sociedade. Só assim pode-se compreender como se dá o fluxo e a imobilidade entre os estratos dessa população. A mobilidade entre ocupações de mulheres, em especial das envolvendo o trabalho doméstico, deve ser entendida nesse contexto e, por isso, é importante que se faça uma abordagem inicial a teoria da estratificação.

Segundo Erickson e Goldthorpe (1992), as condições de emprego e de mercado em que os trabalhadores estão submetidos determinam a estratificação social. Entre os não detentores dos meios de produção, as habilidades e qualificações determinam a ocupação e o nível de renda de cada indivíduo. Habilidade, qualificação e renda podem ser representadas por ocupações ao indicar a situação dos indivíduos e, assim, os estratos sociais.

Os processos institucionais que atribuem valor a determinados bens, os tornando desejáveis, são destacados por Grusky (2003) como parte dos componentes necessários para um sistema de estratificação. Além disso, necessita-se que a distribuição desses bens se dê através de regras de alocação entre posições e ocupações na divisão do trabalho. Finalmente, o controle desigual sobre os recursos é gerado pelos mecanismos de mobilidade que ligam indivíduos às

ocupações. Assim, as recompensas desiguais aos diferentes papéis ocupacionais e a alocação de cada membro para essas diferentes ocupações geram desigualdade nessa sociedade.

Segundo Hauser e Warren (1997), a ocupação é o foco da análise da estratificação por ser o mais importante papel social que o indivíduo possui fora do âmbito familiar. A ocupação reflete a qualificação e habilidades e indica sobre a situação econômica e poder de compra do indivíduo, além de refletir como ele gasta seu tempo.

Pastore e Valle Silva (2000) também destacam o papel da mobilidade ocupacional como determinante da mobilidade social. Segundo os autores, isso ocorre com “as ocupações sendo mensuradas através de uma escala categórica ordinal, normalmente seguindo um critério de prestígio ocupacional, e em que as dimensões de diferenciação rural/urbana e manual/não manual representam os pontos de corte fundamentais”. Ou seja, por meio de uma ordenação das ocupações por critérios de prestígio, renda e instrução, é possível determinar o enquadramento social de um indivíduo e assim determinar como se dá a mobilidade e as transições entre estratos dessa sociedade.

A mobilidade ocupacional é compreendida através da análise da dinâmica entre os estratos ocupacionais, geralmente representados em uma tabela de contingência onde uma dimensão representa a posição social atual dos indivíduos e a outra representa a posição de origem, seja a origem a ocupação do pai ou mãe do indivíduo ou a ocupação anterior do mesmo. Essa tabela apresenta uma escala com ordinalidade implícita e assim, pode-se falar em mobilidade ascendente e descendente, além da imobilidade.

2.3 Influenciadores das transições ocupacionais

Pretende-se determinar o que influenciou as transições ocupacionais realizadas pelas mulheres envolvidas no trabalho doméstico remunerado captadas pelos dados longitudinais. Os efeitos principais a serem identificados são os de idade, período e coorte. Componentes de idade, período e coorte não afetam diretamente a variação das taxas demográficas, mas são indicadores de processos que as afetam. Não é a idade em si que influencia taxas demográficas, mas sim os efeitos biológicos, sociológicos e psicológicos associados a ela. Da mesma forma, períodos estão relacionados a mudanças econômicas, políticas e de legislação, além do avanço tecnológico. Os efeitos puros de período surgem quando o contexto afeta todas as pessoas da mesma maneira; quando o contexto histórico não afeta todas as idades da

mesma forma, tendo um maior efeito sobre os jovens, por exemplo, ele está originando possivelmente um efeito de coorte. Os efeitos de coorte exprimem a relação do contexto histórico com a idade dos indivíduos daquela coorte (OLIVEIRA, 2002).

Além dessas, é importante incluir outras características individuais que podem refletir na escolha das mulheres em relação ao mercado de trabalho doméstico. A raça, por exemplo, deve ser incluída já que existe um padrão racial entre as domésticas no Brasil que são em sua grande maioria negras. A identificação da condição que a mulher ocupa na sua estrutura familiar pode ser uma pista para compreender o padrão de mobilidade de mulher, doméstica ou não. Por fim, a escolaridade como formadora do capital humano permite maior amplitude de escolha à mulher e é uma variável fundamental na compreensão do processo de transição entre ocupações.

2.3.1 Ciclo de vida

Efeitos de idade estão relacionados ao envelhecimento ou ciclo de vida e à possível acumulação do capital humano através da experiência do trabalho e do treinamento. Existem também influências sociais associadas à idade, como por exemplo o estado conjugal e a maternidade, além de psicológicas que afetam o indivíduo ao longo de sua trajetória no mercado de trabalho. As taxas de participação no mercado de trabalho, por exemplo, são baixas para indivíduos mais jovens e crescem com a idade até atingir um ponto em que retorna a declinar com a proximidade da aposentadoria (OLIVEIRA, 2002).

A idade está associada positivamente à inclusão no mercado de trabalho, seja por motivos como a maturidade psicológica, ou acumulação de recursos ligados ao trabalho e de capital humano (PHANG, 1995). Essa relação positiva acontece até que o indivíduo alcance uma certa idade quando iniciam os movimentos de saída do mercado de trabalho para a aposentadoria. O salário de reserva também deve aumentar com a idade já que há acumulação de renda proveniente do trabalho ou aposentadoria. Entretanto, esse aumento é mais significativo para trabalhadores mais qualificados que já possuem salários reserva maiores desde o começo do ciclo de vida. (REIS; GONZAGA, 2006)

Mais especificamente para as mulheres, a idade é um indicador do estágio da vida que essas se encontram, tanto em relação ao status marital e de filhos quanto situação da mulher no

mercado de trabalho. O status da família a qual a mulher pertence também influencia diretamente a decisão da mulher de participar ou não do mercado de trabalho (PHANG, 1995). O perfil familiar, como o número de filho e suas respectivas idades, são grandes influenciadores das escolhas da mulher tanto em relação ao pertencimento ou não à população ativa quanto às escolhas de ocupação.

Segundo Dex e Bukodi (2013), a teoria da procura de trabalho argumenta que os indivíduos procuram pelo emprego que melhor se enquadra em suas preferências e suas habilidades percebidas, em circunstâncias que incluem informação incompleta das oportunidades de trabalho e alto custo de procura de trabalho. No processo de procura de trabalho se gasta muito tempo procurando vagas, fazendo entrevistas, e ainda se ocorre em gastos com viagem e sacrifício de receitas em um trabalho alternativo. Uma correspondência ruim entre emprego e habilidade (*mismatch*) é mais provável de ocorrer quando os indivíduos são mais jovens e inexperientes, acarretando maiores taxas de mobilidade ocupacional e de emprego entre os mais jovens.

Além desses efeitos do ciclo de vida, a idade também representa potenciais acúmulos de capital humano que só são possíveis ao longo da vida de trabalho do indivíduo. A experiência no mercado de trabalho pode ser traduzida em um aumento de produtividade, como preconizado pela Teoria do Capital Humano e por isso há uma relação positiva entre idade e produtividade.

Segundo Autor e Dorn (2009), o capital humano que é desenvolvido pelos trabalhadores é específico para a ocupação que desempenham e, à medida que ganham mais experiência em uma ocupação, essa habilidade específica torna maior o custo da mudança para outra ocupação. Assim, o sacrifício da mobilidade ocupacional é maior em indivíduos mais velhos. Entretanto, Reis e Gonzaga (2006) destacam que esse prejuízo é maior para trabalhadores mais qualificados já que esses possuem mais capital humano específico tornando essa relação entre imobilidade ocupacional e idade do indivíduo dependente do tipo de ocupação do indivíduo.

À medida que há um declínio em uma ocupação, seja por avanços tecnológicos que tornem essa ocupação obsoleta ou por mudanças sociais e institucionais que alterem a oferta desse trabalho, os trabalhadores mais velhos não terão incentivo para abandoná-la ao mesmo tempo em que os mais jovens não terão incentivo para integrá-la. Assim, uma ocupação envelhecerá

à medida que se reduz em número de trabalhadores, ou seja, a média de idade dos trabalhadores dessa ocupação irá aumentar. Dessa forma, é inegável a importância da inclusão da idade como elemento de análise das transições que são realizadas no mercado de trabalho doméstico.

2.3.2 Conjuntura

Efeitos de período são eventos ou mudanças ambientais que afetam indivíduos de todas as coortes e todas as idades simultaneamente. Períodos de crescimento econômico ou recessão são exemplos de contextos temporais e afetam diretamente o mercado de trabalho ao influenciarem o nível de emprego e de salários. Fatores institucionais e taxa de inflação, específicos de cada período, são outro tipo de efeito de período que afetam os trabalhadores. Além desses, mudanças na legislação trabalhista são eventos que ocorrem pontualmente no tempo e influenciam todas as coortes e idades e geram efeitos no mercado de trabalho. No caso do trabalho doméstico remunerado, o período como dimensão de análise é especialmente importante já que a ocupação passou por algumas mudanças na legislação que podem ser determinantes para mudanças nos padrões de contratação e oferta desse trabalho.

Fundamental para a compreensão das escolhas ocupacionais e das transições no mercado de trabalho é se levar em consideração o comportamento do empregador, ou seja, da demanda pela mão de obra. A hipótese de Reder determina que os empregadores mudam o patamar de exigência na contratação à medida que as condições de mercado flutuam, levando a um ajustamento de qualidade da força de trabalho em cada ocupação e não um ajustamento de preços como é preconizado no modelo neoclássico. Dessa forma, quando não há muitos desocupados, os patrões reduzem seus requerimentos de “habilidade” para suas vagas e, do mesmo modo, aumentam os níveis de exigência quando enfrentam um mercado de trabalho com excesso de oferta. Esse processo faz com que o nível médio de habilidade de cada ocupação seja afetado por esse comportamento do empregador: apresenta queda quando o mercado de trabalho melhora e aumenta assim que o mercado de trabalho piora, ou seja, apresenta um movimento contra cíclico (DEX; BUKODI, 2013). Esse fenômeno indica que há uma dependência entre as características econômicas do período em questão e a mobilidade ocupacional, principalmente se tratando de movimento ascendentes e descendentes entre ocupações.

Dex e Bukodi (2013) apontam que, em relação à mobilidade ocupacional, é mais provável que o trabalhador realize uma transição para uma ocupação ascendente quando as condições de mercado estão melhorando, já que os empregadores reduzem suas exigências nesses períodos. Trabalhadores com baixos níveis de habilidade ocupados nas ocupações na base da hierarquia estão particularmente em desvantagem nas recessões já que é menos provável que esses realizem transições para melhores ocupações do que os trabalhadores com mais qualificação. Esse mecanismo gera uma diferença entre homens e mulheres no padrão de transição já que as mulheres têm maior probabilidade de estarem ocupando esses cargos inferiores na hierarquia ocupacional.

O ciclo econômico influencia não só a demanda pelo trabalho, mas há também uma influência na oferta. Em uma situação de depressão o custo de procurar uma nova posição aumenta à medida que provavelmente se levará mais tempo para encontrar um emprego que atenda as expectativas do indivíduo. Assim, os benefícios potenciais de procurar outro emprego diminuem e os indivíduos estão mais propensos a aceitarem mais combinações entre aspirações e vagas ruins. Os indivíduos ainda se preocupam mais com manter o emprego e dão menos ênfase em obter o emprego “perfeito” em situações de economia desaquecida e, assim, menos transições voluntárias ocorrem (DEX; BUKODI, 2013). O salário de reserva também sofre influência de alterações ambiente macroeconômico e trabalhadores menos qualificados têm menos capacidade de proteção dos seus ativos e remunerações contra a inflação já que há maior dificuldade de indexação dos salários e acesso ao mercado financeiro (REIS; GONZAGA, 2006).

2.3.3 Aspectos geracionais

A coorte pode ser entendida como o grupo de indivíduos que apresentaram o mesmo evento de vida em dado período do tempo; nesse caso o evento considerado é o nascimento. Efeitos de coorte são atributos que indivíduos de uma mesma coorte de nascimento compartilham e podem ser identificados por diferenças entre pessoas que nasceram em diferentes períodos. A composição educacional, por exemplo, é um efeito de coorte importante na análise do mercado de trabalho. Diferenças persistentes entre as coortes são originadas nas experiências únicas compartilhadas pelos indivíduos, além de reações específicas de pessoas com diferentes idades aos mesmos acontecimentos e contexto histórico. Diferenças educacionais

entre coortes podem surgir da variação entre a “quantidade” estudada e também na qualidade do ensino que foi ofertado a esses indivíduos (OLIVEIRA, 2002).

Ryder (1965) defende que o conceito de coorte é dimensão crucial no estudo das mudanças sociais, sendo que essa é vista por ele como o agregado de indivíduos que experimentaram o mesmo evento no mesmo intervalo de tempo. Segundo o autor, no processo de transformação social, cada nova coorte é um possível intermediário que, apesar de não causar a mudança, permite que ela aconteça ao ser um veículo de introdução de novas posturas e valores.

Mudanças ao longo do tempo nas proporções que completam determinados estágios educacionais produzem importantes diferenciações de características das coortes e de seus comportamentos. A diferença não se dá apenas na duração da educação, mas também na qualidade, na natureza institucional das matérias e no currículo vigente à época. Essas diferenças entre as coortes na educação refletem nas transições ocupacionais (RYDER, 1965).

Outro aspecto importante é como as características do mercado de trabalho no momento de entrada da coorte nesse mercado já fazem parte da construção da experiência dessa coorte. A estrutura ocupacional da coorte não está cristalizada na entrada no mercado de trabalho, mas a configuração imposta por essa em cada história econômica individual cria uma forte dependência ao longo da vida. Além disso, a trajetória ocupacional de uma coorte é influenciada se há paz ou guerra, depressão ou crescimento em cada estágio de sua carreira (RYDER, 1965).

2.3.4 Demais características: escolaridade, raça/cor, região metropolitana, condição na família

Idade, período e coorte são dimensões fundamentais para a compreensão das transições ocupacionais das empregadas domésticas, mas outros elementos de análise são fundamentais para a compreensão das transições ocupacionais das empregadas domésticas, como educação, ocupação, status marital e outros. É importante incluir outras características individuais que reflitam na escolha das mulheres em relação ao mercado de trabalho doméstico. A raça, por exemplo, deve ser incluída já que existe um padrão racial entre as domésticas no Brasil que são em sua grande maioria negras. Ryder (1965) compara o conceito de coorte ao de grupos

étnicos apontando que o pertencimento é definido ao nascer e geralmente explica a variância satisfatoriamente, mas não implica que sejam formados grupos organizados⁵.

Diferenças raciais nos padrões de transição ao longo do ciclo de vida são encontrados em diversos estudos e são originados pelas diferentes condições de mercado que os entrantes enfrentam devido à segregação por raça (PHANG, 1995). Essa segregação se dá também por diferenças locacionais das cidades e até mesmo regiões de residência dos indivíduos, que pode originar um *mismatch* espacial.

A identificação da condição que a mulher ocupa na sua estrutura familiar pode também ser uma pista para compreender o padrão de mobilidade de mulher, doméstica ou não. Isso porque as responsabilidades e obrigações de mulheres que são chefes de família não são as mesmas de mulheres cônjuges, e diferem ainda de mulheres que ocupam a posição de filha no domicílio. Mulheres que são chefes de família têm salários reservas diferentes e têm menos condições de suportar o ônus do desemprego que uma busca por melhor emprego ocasiona.

Além dessas, a escolaridade como formadora do capital humano permite maior amplitude de escolha à mulher e é uma variável fundamental na compreensão do processo de inserção ocupacional e de transição entre ocupações. Diferenças em características individuais não observadas como educação, habilidade e preferências também originam padrões de transição diferentes.

⁵ A dinâmica racial dessa ocupação é discutida ainda na definição da ocupação.

3 METODOLOGIA E FONTE DE DADOS

3.1 Modelos log lineares para a estimação da mobilidade

A estratégia utilizada é a construção de matrizes de transição da condição de trabalho, relacionando a origem e o destino de cada uma das categorias: inatividade, desocupação e ocupação superior, intermediária, manual e serviço doméstico remunerado. Uma matriz é construída para cada período observado e as transições são contabilizadas em um período de um ano (QUADRO 1). A mobilidade ocupacional é analisada e mensurada por meio das matrizes de transição e medidas de mobilidade ocupacional são construídas.

Para se analisar as transições relacionadas ao mercado de trabalho doméstico é necessário que todas as demais condições sejam incluídas nas matrizes para separar as tendências gerais do mercado de trabalho e as mudanças ocupacionais que são intrínsecas a essa ocupação. A princípio as mulheres foram divididas em 3 grupos: as ocupadas, as desocupadas e as inativas, sendo que os dois primeiros formam a população economicamente ativa. Como é importante considerar também transições entre inativas e domésticas e vice-versa, as mulheres que não estavam economicamente ativas também foram incluídas na amostra. Dentro do grupo de ocupadas, subdivisões além da de domésticas foram criadas porque se faz necessário identificar qual caminho e qual origem as mulheres envolvidas nesse mercado de trabalho estão tomando.

Quadro 1 - Matriz de mobilidade

Origem	Destino						Total
	Doméstica	Outra Ocupação			Desoc.	Inativa	
		Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica	n_{dd}	n_{da}	n_{de}	n_{ds}	n_{dp}	n_{di}	$n_{d.}$
Outra Ocup.	n_{ada}	n_a	n_{ae}	n_{as}	n_{ap}	n_{ai}	$n_{a.}$
Manuais	n_{ed}	n_{ea}	n_{ee}	n_{es}	n_{ep}	n_{ei}	$n_{e.}$
Médias	n_{sd}	n_{sa}	n_{se}	n_{ss}	n_{sp}	n_{si}	$n_{s.}$
Superiores	n_{pd}	n_{pa}	n_{pe}	n_{ps}	n_{pp}	n_{pi}	$n_{p.}$
Desocupada	n_{id}	n_{ia}	n_{ie}	n_{is}	n_{ip}	n_{ii}	$n_{i.}$
Inativa	n_{id}	n_{ia}	n_{ie}	n_{is}	n_{ip}	n_{ii}	$n_{i.}$
Total	$n_{.d}$	$n_{.a}$	$n_{.e}$	$n_{.s}$	$n_{.p}$	$n_{.i}$	N

Fonte: elaboração própria.

A classificação sociocupacional adotada é baseada na de IBGE (1994), que utiliza critérios de grau de instrução formal requerido para o exercício da ocupação e tipo de especialização de funções para criar três níveis ocupacionais: superior gerencial, médio e manual. A ocupação de doméstica, inserida por esse trabalho no estrato manual, aqui está apresentada em uma

categoria específica já que é o alvo da pesquisa e sujeito da segmentação ocupacional postulada.

As linhas da matriz de transição indicam o destino dos indivíduos originados de uma mesma categoria ocupacional e as colunas mostram a origem das trabalhadoras que na segunda observação estão na mesma situação de destino.

A diagonal principal representa os casos de imobilidade ocupacional, ou seja, situações em que as mulheres não mudaram de ocupação no intervalo de tempo analisado, ou se estavam inativas não passaram a compor a força de trabalho e, da mesma forma, se estavam desocupadas, continuaram sem emprego. As porcentagens encontradas na diagonal são indicadores do grau de mobilidade ocupacional das mulheres na sociedade.

Taxas de mobilidade com destino ao emprego doméstico, mobilidade originando no emprego doméstico e imobilidade dessa ocupação podem ser calculadas, mas essas taxas absolutas sofrem influência de fatores demográficos e econômicos específicos de cada período e, assim, são afetadas pelas distribuições marginais. Dessa forma, a estrutura ocupacional afeta as medidas de mobilidade que são dependentes do tamanho relativo das categorias de ocupação. Modelos log-lineares permitem que se obtenha medidas isentas da influência das distribuições marginais já que se utilizam as taxas relativas, obtidas em termos de razão de chances ou *odds ratio*.

Modelos log-lineares generalizados são extensões dos modelos lineares que permitem que a média da população dependa de um preditor linear através de uma função de ligação não linear e que a distribuição de probabilidade da resposta seja membro de uma família exponencial de distribuição. No caso, o modelo estimado é um modelo de contagem com função de ligação logarítmica e distribuição de Poisson. Isso significa que a regressão de Poisson tem como variável resposta uma contagem, com distribuição de Poisson e uma função de ligação logarítmica e, assim, o parâmetro médio de Poisson μ é relacionado ao preditor linear através de $\log(\mu) = x_i' \beta$.

Tabelas de contingência são criadas e cada célula é modelada através de uma distribuição de Poisson. Para normalizar as médias de cada célula a uma base individual utiliza-se o logaritmo da população como *offset*, uma variável que garante que o coeficiente da regressão seja sempre igual a 1. Essa restrição garante a estimativa das taxas.

Essas tabelas expressam a frequência de cada combinação linear das variáveis incluídas no modelo. A frequência de cada célula nessa tabela cruzada expandida é logaritimizada no modelo, e assim não há nenhuma variável em particular como dependente e nem como explicativa, o que confere flexibilidade ao modelo. Testes de independência entre as combinações das variáveis e a possibilidade de controlar os efeitos das margens são as principais vantagens da utilização dessa modelagem em estudos de mobilidade.

O modelo que contempla todos os efeitos, efeitos isolados de cada variável e efeito interação entre todas elas, é chamado efeito saturado. Ele reproduz exatamente a tabela original na medida que não há diferenças entre as frequências esperadas e as observadas. O número de parâmetros independentes estimados no modelo é o número de células nas tabelas cruzadas de contingência. Caso esses valores sejam diferentes, o modelo é insaturado. Considerando apenas a origem e o destino, o modelo saturado seria o seguinte:

$$F_{ij} = \eta \tau_i^O \tau_j^D \tau_{ij}^{OD} \quad (1)$$

onde: F_{ij} representa a frequência de casos na célula ij que são esperados no modelo verdadeiro; η é a média do número de casos em cada célula se assemelhando ao termo de intercepto de uma regressão; e os termos τ representam os efeitos das distribuições de origem, destino e a interação dessas na determinação das frequências em cada célula.

Nesse caso o modelo é apresentado na forma multiplicativa e as frequências esperadas das células são derivadas de um produto de uma série de termos. O modelo log-linear pode também ser apresentado na forma aditiva, ao aplicar-se o logaritmo natural na equação x:

$$\ln F_{ij} = \mu + \lambda_i^O + \lambda_j^D + \lambda_{ij}^{OD} \quad (2)$$

Nesse caso, $\mu = \ln \eta$; $\lambda_i^O = \ln \tau_i^O$; $\lambda_j^D = \ln \tau_j^D$ e $\lambda_{ij}^{OD} = \ln \tau_{ij}^{OD}$. Valores de λ iguais a zero indicam que não há efeito da variável na alocação das frequências entre as categorias; no modelo multiplicativo, valores de τ iguais a um tem essa mesma interpretação.

As demais variáveis são incluídas no modelo da mesma forma, incorporando-se efeitos puros das variáveis e ainda efeitos de interação entre essas.

O modelo mais simples que pode ser estimado inclui apenas o fator de escala, μ ou η e é chamado Modelo Nulo. Outro modelo é o modelo de independência, que considera apenas os efeitos puros das variáveis é obtido retirando os efeitos de interação do modelo saturado.

Segundo Featherman e Hauser (1976), os modelos do tipo log-linear permitem que se atribuam chances similares de mobilidade ou imobilidade a determinados grupos de células, já retirando o efeito das distribuições marginais distintas de cada classificação incluída no modelo. Para testar padrões diferentes de mobilidade entre grupos ocupacionais, utiliza-se a seguinte formulação:

$$\ln F_{ij} = \mu + \lambda_i^O + \lambda_j^D + \lambda_{ij}^\zeta \quad (3)$$

Nesse caso, λ_{ij}^ζ representa o termo que atribui chances diferentes de mobilidade a grupos pré-eterminados. Matrizes ζ são construídas para agrupar categorias distintas de ocupação e descrever como algumas categorias se assemelham nos padrões de mobilidade e, da mesma forma, como os grupos formados se distinguem. Essas hipóteses são levantadas incluindo apenas os grupos de origem e destinos ocupacionais e não incluem as demais dimensões analisadas no modelo como idade, período e coorte.

O primeiro modelo investigado, novamente, é o modelo de independência que considera que não há diferenças entre as origens e destinos. Nesse modelo as células da matriz são consideradas igualmente e a suposição é que não existam fatores que atraiam de maneira diferente os indivíduos para as diferentes situações no mercado de trabalho (inativo, ativo ocupado e ativo desocupado) e entre as categorias de ocupação (superior, intermediária, manual e doméstica). O mesmo resultado é obtido na equação 2 sem o termo de interação.

Quadro 2 - Modelos topológicos construídos

Modelo 1							Modelo 2						
	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina		Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	1	1	1	1	1	Sup	1	2	2	2	2	2
Med	1	1	1	1	1	1	Med	2	1	2	2	2	2
Man	1	1	1	1	1	1	Man	2	2	1	2	2	2
Dom	1	1	1	1	1	1	Dom	2	2	2	1	2	2
Des	1	1	1	1	1	1	Des	2	2	2	2	1	1
Ina	1	1	1	1	1	1	Ina	2	2	2	2	2	1

(continuação)

Modelo 3

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	2	2	2	2
Med	3	1	2	2	2	2
Man	3	3	1	2	2	2
Dom	3	3	3	1	2	2
Des	3	3	3	3	1	1
Ina	3	3	3	3	3	1

Modelo 4

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	3	4	5	6
Med	2	1	2	3	4	5
Man	3	2	1	2	3	4
Dom	4	3	2	1	2	3
Des	5	4	3	2	1	1
Ina	6	5	4	3	2	1

Modelo 5

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	3	4	5	6
Med	2	1	2	3	5	6
Man	3	2	1	2	5	6
Dom	4	3	2	1	5	6
Des	5	5	5	5	1	6
Ina	6	6	6	6	6	1

Modelo 6

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	2	1	1	1	1	1
Med	1	3	1	1	1	1
Man	1	1	4	1	1	1
Dom	1	1	1	5	1	1
Des	1	1	1	1	6	1
Ina	1	1	1	1	1	7

Modelo 7

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	3	4	6	6
Med	2	1	2	3	6	6
Man	3	2	1	2	5	5
Dom	4	3	2	1	5	5
Des	6	6	5	5	1	7
Ina	6	6	5	5	7	1

Modelo 8

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	3	4	6	6
Med	2	1	2	3	6	6
Man	3	2	1	2	5	5
Dom	4	3	2	1	5	5
Des	6	6	5	5	1	7
Ina	6	6	5	5	8	1

Modelo 9

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	3	4	8	8
Med	2	1	2	3	7	7
Man	3	2	1	3	6	6
Dom	4	3	2	1	5	5
Des	8	7	6	5	1	9
Ina	8	7	6	5	9	1

Modelo 10

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	8	1	2	3	7	7
Med	1	9	1	2	6	6
Man	2	1	10	1	5	5
Dom	3	2	1	11	4	4
Des	7	6	5	4	12	1
Ina	7	6	5	4	1	13

Modelo 11

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	3	4	5	6
Med	2	7	2	3	5	6
Man	3	2	8	2	5	6
Dom	4	3	2	9	5	6
Des	5	5	5	5	10	6
Ina	6	6	6	6	6	11

Modelo 12

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	1	2	3	4	5	6
Med	2	7	2	3	4	5
Man	3	2	8	2	3	4
Dom	4	3	2	9	2	3
Des	5	4	3	2	10	1
Ina	6	5	4	3	2	11

O próximo modelo identificando padrões a ser calculado diferencia imobilidade da mobilidade (Modelo 2). As células que incluem as trabalhadoras cujas condições não alteraram entre os dois períodos de análise são diferenciadas das células que apresentam transições. A suposição implícita é a de que quem sai da sua posição inicial tem a mesma probabilidade de se dirigir a qualquer outro estado, independente da “distância”. As razões de chance da imobilidade são iguais em qualquer categoria, assim como as razões de chance de mobilidade.

Pode-se também distinguir a imobilidade da mobilidade acima da diagonal principal e a mobilidade abaixo da diagonal principal. Esse padrão supõe uma ordenação hierárquica entre as classes apresentadas e diferencia a mobilidade ascendente da descendente, além da imobilidade.

Outra possibilidade é a diferenciação entre as transições com a mesma “distância” (Modelo 4). Esse padrão também assume uma ordenação hierárquica entre as categorias para definir os movimentos de grandes e pequenas “distâncias”. Uma opção para tornar um pouco mais realista essa hipótese é a construção de diagonais partindo da imobilidade apenas nas categorias ocupacionais e tratar de forma diferente as transições para a inatividade e o desemprego, assim como as originadas nessas categorias. Nesses casos, consideram-se iguais as probabilidades de transição originadas e que se destinam para a inatividade, assim como a diferenciação para a desativação (Modelo 5).

A hipótese que a fixação em cada categoria depende da categoria ocupada originalmente pela trabalhadora dá origem ao Modelo 6. A propensão à imobilidade das mulheres desocupadas e das inativas é provavelmente bem diferente entre si e ainda entre as ocupadas. Da mesma forma, é razoável supor que os incentivos à imobilidade sejam maiores nas ocupações superiores já que são mais desejáveis que as demais. As trabalhadoras que iniciam carreira em ocupações mais baixas na hierarquia buscam mover-se para outras ocupações enquanto as trabalhadoras que trabalham em ocupações superiores têm estímulos para permanecerem na mesma ocupação. Assim, um modelo que diferencie a imobilidade entre as categorias, ao considerar diferentes valores na diagonal principal, pode captar a existência desse efeito.

O Modelo 7 é uma variação do Modelo 5; considera as distâncias da diagonal principal nas categorias ocupacionais e tem um padrão diferente para a desocupação e a inatividade. Entretanto, nesse caso as transições entre desemprego e inatividade e as ocupações superiores

e intermediária são consideradas homogêneas, assim como as transições das demais categorias ocupacionais e a inatividade e desocupação. Trabalhadores em categorias ocupacionais diferentes apresentam incentivos distintos para realizar transições para a desocupação e inatividade, assim como os indivíduos na desocupação e inatividade apresentam incentivos distintos de acordo com categoria ocupacional pretendida.

O Modelo 8 acrescenta ao Modelo 7 a diferenciação entre os movimentos da inatividade para a desocupação e o movimento contrário. Há várias mulheres em situação de desemprego oculto pelo desalento, ou seja, que foram consideradas inativas já que não possuíam emprego e não procuraram, mas apresentaram procura efetiva anteriormente e não continuaram na procura por desestímulo do mercado de trabalho e não por decisão de abandonar o mercado de trabalho. Essa situação é distinta da situação de mulheres que ainda estão em situação de desemprego depois da saída da inatividade.

A hipótese até agora foi a de que, considerando as transições entre ocupações e inatividade/desocupação, as ocupações superiores apresentam o mesmo comportamento que as intermediárias, assim como as ocupações manuais e o emprego doméstico. O Modelo 9 diferencia ainda mais as transições entre os ocupados e os não ocupados e cria uma categoria para cada movimentação entre a ocupação e inatividade/desocupação.

O Modelo 10 adiciona ao Modelo 9 diferenciações nos padrões de imobilidade. Seis categorias de imobilidade são criadas: ocupações superiores, ocupações intermediária, ocupações manuais, emprego doméstico e desocupação e inatividade. O argumento, como já dito no modelo 6, é que o incentivo para continuar em uma ocupação depende da ocupação em que o indivíduo esteja. Por fim, acrescenta-se também aos modelos 5 e 4 essa diferenciação no padrão de imobilidade, dando origem aos Modelos 11 e 12, respectivamente.

Existem inúmeros modelos que podem ser obtidos, não apenas incluindo diferentes matrizes ζ mas também dependendo das variáveis consideradas e ainda da interação entre elas. O modelo tido como verdadeiro depende fortemente dos pressupostos teóricos que são utilizados para explicar o fenômeno em questão. Entretanto, quando a teoria apresenta uma flexibilidade na determinação do modelo ou mais de um pressuposto é igualmente provável estes podem ser testados para se escolher a melhor estrutura de mobilidade.

Os diversos modelos são estimados e a melhor adequação escolhida é realizada através de comparação de estatísticas que avaliem a qualidade do ajustamento. Uma estratégia é a

análise da estatística de ajustamento da razão de verossimilhança (G^2) ajustada pelos graus de liberdade (g.l), que compara o modelo restrito com o irrestrito, ou saturado. A estatística tem distribuição assintótica χ^2 e é obtida sob o pressuposto de que o modelo restrito é verdadeiro.

O Critério de Informação Bayesiano (BIC) é mais adequado que a razão de verossimilhança em grandes amostras já que o G^2 detecta qualquer desvio entre o modelo e os dados observados e assim, é mais provável de aceitar modelos mais complexos em grandes amostras. O BIC permite a busca de modelos parcimoniosos que forneçam ajustes mais adequados aos dados distinguindo uma melhoria real no ajuste do modelo ao adicionar novos termos. A plausibilidade relativa do modelo é encontrada ao compará-lo ao modelo saturado, penalizando mais a estatística de teste por grau de liberdade em uma amostra grande do que em uma menor. Um valor de BIC negativo indica que o modelo é mais provável que o saturado e, comparando vários modelos, valores mais baixos dessa estatística aponta para um melhor ajuste.

Outra estatística a ser utilizada para comparar modelos é o Critério de Informação de Akaike (AIC). Ele também realiza um ajuste para o número de observações e é calculado pela diferença da número de parâmetros e o logaritmo da verossimilhança do modelo. Também nesse caso, os menores valores apontam um melhor ajuste.

3.2 Modelo Idade, Período e Coorte (IPC)

A estratégia utilizada é decompor as mudanças nas condições de ocupação e nas categorias ocupacionais em componentes de idade, período e coorte, construindo, assim, um Modelo de Idade, Período e Coorte (IPC). Essa combinação permite analisar as transições ocupacionais de cada indivíduo da amostra tendo em vista as suas características demográficas, além das condições econômicas que ambientaram os eventos em questão. Esse método é utilizado na análise de dados longitudinais obtidos de repetidas pesquisas *cross-section*; as transições analisadas são as efetivamente realizadas por cada indivíduo da amostra, mas não se acompanha o mesmo indivíduo ao longo de todo o período.

Efeitos de idade estão correlacionados ao ciclo de vida e seus diferentes padrões de rotatividade e mobilidade. Além disso, a Teoria do Capital Humano associa a idade do trabalhador com sua experiência, e assim, com sua produtividade. A coorte, por outro lado, pode ser entendida como o grupo de indivíduos que apresentara um o mesmo evento de vida

em dado período do tempo; nesse caso o evento é o nascimento. Diferentes coortes que vivam em momentos de mudanças sociais rápidas na força de trabalho têm diferentes padrões de participação na força de trabalho. Os efeitos de período estão presentes nas duas mudanças recentes da legislação referentes ao emprego doméstico, além de marcadores de ciclo econômico que podem alterar a demanda desse trabalho e ocasionar flutuações no mercado de trabalho. Isolando esses efeitos pode-se descobrir como a diferenciação das coortes condiciona as mudanças de período diretamente observadas e se inserção de trabalhadores no mercado de trabalho doméstico é definido por efeitos de período ou de coorte.

A identificação das coortes é apresentada no Quadro 3. São construídos 19 grupos etários (I) trienais e 5 períodos (P) são analisados (2002, 2005, 2008, 2011 e 2014). Implícitas na tabela (I x P) estão as coortes (C), que representam o corte cronológico ao nascer. Os intervalos iguais (trienais) são um requisito para a formulação do modelo e os 19 grupos etários analisados em 5 períodos geram 23 coortes distintas.

Quadro 3 - Coortes por grupos etários e períodos

Grupo etário	2002	2005	2008	2011	2014
15-17	C_19	C_20	C_21	C_22	C_23
18-20	C_18	C_19	C_20	C_21	C_22
21-23	C_17	C_18	C_19	C_20	C_21
24-26	C_16	C_17	C_18	C_19	C_20
27-29	C_15	C_16	C_17	C_18	C_19
30-32	C_14	C_15	C_16	C_17	C_18
33-35	C_13	C_14	C_15	C_16	C_17
36-38	C_12	C_13	C_14	C_15	C_16
39-41	C_11	C_12	C_13	C_14	C_15
42-44	C_10	C_11	C_12	C_13	C_14
45-47	C_9	C_10	C_11	C_12	C_13
48-50	C_8	C_9	C_10	C_11	C_12
51-53	C_7	C_8	C_9	C_10	C_11
54-56	C_6	C_7	C_8	C_9	C_10
57-59	C_5	C_6	C_7	C_8	C_9
60-62	C_4	C_5	C_6	C_7	C_8
63-65	C_3	C_4	C_5	C_6	C_7
66-68	C_2	C_3	C_4	C_5	C_6
69-71	C_1	C_2	C_3	C_4	C_5

Fonte: Elaboração própria

Assim, como “período = coorte + idade”, existe um problema de identificação e se consegue isolar apenas dois dos três efeitos. Várias formas de se contornar esse problema já foram propostas, como substituir uma ou mais dessas dimensões pelas verdadeiras variáveis explicativas que estão sendo representadas por idade, período e coorte, retirando a dependência linear entre as variáveis (O’BRIEN, 2000). Outra solução utilizada é estimar um modelo linear com interações de *dummies* de idade e período, estimando os coeficientes de coorte por meio de uma regressão das *dummies* de coorte sobre o resíduo da regressão anterior. Ainda pode-se substituir um ou mais conjuntos de *dummies* por polinômios de pequena ordem.

É possível obter uma solução única para o modelo ao utilizar o estimador intrínseco. Esse estimador alcança a identificação do modelo com pressupostos mínimos ao determinar uma função estimável dos componentes lineares e não lineares do modelo IPC utilizando a inversa generalizada de Moore-Penrose. Se remove a influência da matriz design sobre as estimativas dos coeficientes, já que essa é fixa pelo número de grupos de idades e períodos e não relacionada com Y_{ij} .

A estratégia utilizada para estimar o modelo IPC das transições ocupacionais é a imposições de restrições lineares entre os coeficientes para identificar o modelo. A restrição utilizada é a de igualdade entre os coeficientes das últimas coortes, já que se supõe que os efeitos de coorte sejam menores à medida que os indivíduos fiquem mais velhos. Ainda se admite que não há tempo para grandes mudanças sociais entre coortes consecutivas.

Para a estimação dos modelos IPC, o primeiro passo seria a análise descritiva dos dados utilizando gráficos com o objetivo de compreender os padrões quantitativos de variação de idade, período e coorte e ainda das combinações bidimensionais dessas dimensões. Entretanto, para garantir o entendimento completo dos padrões de transição e mobilidade dos indivíduos é necessário incluir as três variáveis, ou seja, realizar o ajuste do modelo.

Uma sequência de modelos log-lineares deve ser construída, partindo de um modelo nulo, sem variáveis explicativas, apenas com intercepto. São estimados então modelos de efeitos brutos de Idade, Período e Coorte, ou seja, que incluem apenas uma dessas dimensões, além das variáveis Origem e Destino. Modelos de efeitos combinados dois a dois, um modelo para cada par de variáveis, ou seja, 3 modelos são obtidos e por fim, um modelo incluindo os três fatores simultaneamente completa a sequência dos modelos a serem estimados. Esses modelos

são combinados também com as demais variáveis consideradas (Região Metropolitanas, Condição no domicílio, Cor/raça, Grupos de educação) e com as matrizes ζ que atribuem chances diferentes de mobilidade a grupos pré-determinados.

A comparação das estatísticas de ajuste desses modelos (G^2 , BIC e AIC), como já dito, é essencial para verificar qual modelo se ajusta melhor aos dados e assim verificar se estas dimensões realmente são importantes para o fenômeno da mobilidade ocupacional e ainda comparar a influência dessas nos movimentos.

3.3 A Pesquisa Mensal do Emprego

Serão utilizados dados na Pesquisa Mensal do Emprego (PME) a partir de 2002, quando a pesquisa adotou nova metodologia, até sua publicação mais recente (2016). Restringida à área urbana de seis regiões metropolitanas do Brasil, a PME forma um painel rotativo onde cada unidade domiciliar selecionada é pesquisada por quatro meses consecutivos, permanece oito meses sem ser pesquisada e é pesquisada por mais quatro meses antes de ser excluída da amostra. A PME é uma fonte de dados adequada ao estudo proposto, pois apresenta dados sobre a inserção das mulheres no trabalho doméstico, além da permanência ou transição para outra ocupação em anos consecutivos.

A Pesquisa Mensal de Emprego tem como objetivo produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e a tendência, a médio e longo prazos, do mercado de trabalho metropolitano. É uma pesquisa domiciliar, mensal, que investiga características da população residente na área urbana das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A partir de 2002 a pesquisa adotou nova metodologia para atender às recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT para a investigação da força de trabalho.

A PME realiza uma amostragem probabilística de domicílios, estratificada em dois estágios, para cada região metropolitana de abrangência da pesquisa. As unidades primárias de amostragem da pesquisa são os setores censitários, enquanto as unidades secundárias de amostragem são as unidades domiciliares.

A amostra de domicílios selecionada é dividida pelas quatro semanas de referência do mês. A coleta dos dados segue uma metodologia na qual cada unidade domiciliar selecionada é

pesquisada por quatro meses consecutivos, permanece oito meses sem ser pesquisada e, após este período, é novamente pesquisada por mais quatro meses, e então excluída da amostra. Assim, a amostra mensal da PME é subdividida em oito grupos de rotação e a cada mês 25% da amostra de unidades domiciliares é substituída, seguindo um esquema de grupos de rotação e painéis. Para o mesmo mês, em pares de anos consecutivos, são garantidos 50% de parte comum da amostra e, entre a primeira e a quinta entrevista, observam-se as transições anuais pelas quais passaram os membros daquele domicílio. Entretanto, se durante o período em que o domicílio permanece na amostra a família mudar de endereço e outra família estiver ocupando a unidade domiciliar, as informações serão obtidas com a nova família pelo restante do período. O esquema de rotação da pesquisa é ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Esquema de rotatividade do painel da PME

Ano	Mês	Painel A								Painel B								Painel C								Painel D																		
		A	A	A	A	A	A	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	C	C	C	C	C	C	C	C	D	D	D	D	D	D	D	D											
1	Jan	8	7	6	5									4	3	2	1																											
1	Fev		8	7	6	5								4	3	2	1																											
1	Mar			8	7	6	5							4	3	2	1																											
1	Abr				8	7	6	5						4	3	2	1																											
1	Mai					8	7	6	5																																			
1	Jun						8	7	6	5																																		
1	Jul							8	7	6	5																																	
1	Ago								8	7	6	5																																
1	Set									8	7	6	5																															
1	Out										8	7	6	5																														
1	Nov											8	7	6	5																													
1	Dez												8	7	6	5																												
2	Jan													8	7	6	5																											
2	Fev														8	7	6	5																										
2	Mar															8	7	6	5																									
2	Abr																8	7	6	5																								
2	Mai																	8	7	6	5																							
2	Jun																		8	7	6	5																						
2	Jul																			8	7	6	5																					
2	Ago																				8	7	6	5																				
2	Set																					8	7	6	5																			
2	Out																						8	7	6	5																		
2	Nov																							8	7	6	5																	
2	Dez																								8	7	6	5																

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2007)

A localização de um indivíduo no painel da PME é uma das principais dificuldades da

utilização da base de dados, já que apenas o domicílio possui um código identificador. Essa identificação é ainda mais difícil considerando que em alguns casos o mesmo indivíduo não será observado nas oito entrevistas já que os dados da PME podem sofrer três tipos de atrição: indivíduos que migram ao longo da pesquisa, indivíduos que se recusam a responder a pesquisa e critério de emparelhamento ineficiente (RIBAS; SOARES, 2008).

No quadro abaixo as variáveis incluídas no modelo:

Quadro 5 - Definição das variáveis incluídas no modelo

Variável	Definição
Idade	Idade quando realizou a primeira entrevista
Período	Ano relativo à primeira observação do indivíduo
Coorte	Ano de nascimento
Região Metropolitana	Região de residência
Condição no domicílio	Principal responsável pelo domicílio, cônjuge, filho ou outros (outro parente, agregado, pensionista, etc)
Cor/raça	Indivíduo autodeclarado negro/pardo ou branco; os demais indivíduos foram excluídos da amostra
Grupo de educação	Nível de escolaridade mais alto alcançado: superior, ensino médio, ensino fundamental II, ensino fundamental I e alfabetização

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise Descritiva dos Dados

Inicialmente são realizadas análises univariadas dos dados da Pesquisa Mensal do Emprego com o objetivo de lançar luz aos principais aspectos do processo decisivo da ocupação em questão. À luz das teorias já apresentadas, a realização da análise descritiva permitirá que se desenhe mais corretamente o modelo a ser testado e que se formulem as hipóteses.

4.1.1 Transições

Para iniciar a análise, identifica-se as frequências das transições que se originam e destinam a nos estratos ocupacionais construídos. São apresentados tabelas de frequência de transições para cada ano considerado no modelo IPC, 2002, 2005, 2008, 2011 e 2014.

Tabela 1 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitano – 2002 (Em %)

Primeira Observação		2002						Total
		Doméstica	Segunda Observação			Desocupada	Inativa	
			Outra Ocupação					
		Manuais	Médias	Superiores				
Doméstica		3,40	0,26	0,71	0,05	0,31	0,86	5,59
Outra Ocupação	Manuais	0,32	5,04	1,57	0,47	0,47	2,02	9,89
	Médias	0,83	1,54	11,84	1,59	1,10	2,41	19,31
	Superiores	0,06	0,53	1,44	4,26	0,20	0,68	7,17
Desocupada		0,44	0,66	1,18	0,19	1,61	2,57	6,65
Inativa		1,18	2,70	2,92	0,82	3,65	40,14	51,41
Total		6,23	10,73	19,66	7,38	7,34	48,68	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Em 2002, primeiro ano da amostra, o total de mulheres ocupadas no serviço doméstico cresceu já que na primeira observação 5,59% das mulheres da amostra eram empregadas domésticas e na segunda esse número já era 6,23% (TABELA 1). As demais ocupações também apresentaram uma tendência de aumento, assim como o desemprego. Assim, a inatividade que era de 51,41% da amostra na primeira observação passou para 48,68% na segunda. 1,18% da amostra era composta por mulheres que realizaram a transição da inatividade para o emprego doméstico.

Essa tendência de redução da inatividade permaneceu no ano de 2005, próximo ano da análise; entretanto, nesse período não houve aumento do desemprego e o incremento de indivíduos na força de trabalho foi absorvido pelo mercado. Mais mulheres permaneceram no emprego doméstico em relação a 2002 (4,58% contra 3,4% do período inicial) levando a um aumento na fração da amostra nessa ocupação.

Novamente em 2008 houve uma elevação na proporção de mulheres empregadas no serviço doméstico, mas de magnitude muito menor, apenas 0,03 ponto percentual. Esse é o momento de reversão da tendência do aumento de domésticas no Brasil metropolitano. Da mesma forma, a tendência de diminuição da inatividade foi mantida, mas também em proporções menores. 4,86% da amostra eram domésticas em ambas as observações, mantendo a tendência de aumento da estabilidade nessa ocupação. A proporção na amostra de mulheres que realizaram transições das demais condições de atividade para o emprego doméstico foi menor do que no período de análise anterior (2005) para cada categoria, assim como em 2005, excetuando as mulheres originadas na inatividade.

Tabela 2 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitano – 2005 (Em %)

Primeira Observação		2005						
		Doméstica	Segunda Observação			Desocupada	Inativa	Total
			Outra Ocupação					
		Manuais	Médias	Superiores				
Doméstica		4,58	0,24	0,62	0,04	0,34	0,99	6,81
Outra Ocupação	Manuais	0,28	6,17	1,41	0,41	0,44	1,85	10,56
	Médias	0,62	1,31	12,65	1,57	0,91	2,11	19,17
	Superiores	0,05	0,42	1,29	5,40	0,17	0,65	7,98
Desocupada		0,41	0,62	1,24	0,21	1,79	2,49	6,76
Inativa		1,19	2,29	2,50	0,66	2,53	39,58	48,75
Total		7,13	11,05	19,71	8,29	6,18	47,67	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 3 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitano – 2008 (Em %)

Primeira Observação		2008						Total
		Doméstica	Segunda Observação Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		4,86	0,30	0,63	0,04	0,24	1,07	7,14
Outra Ocupação	Manuais	0,25	6,43	1,45	0,38	0,40	2,08	10,99
	Médias	0,56	1,35	13,85	1,62	0,83	2,19	20,4
	Superiores	0,03	0,38	1,36	5,81	0,15	0,63	8,36
Desocupada		0,37	0,54	1,20	0,21	1,32	1,93	5,57
Inativa		1,10	2,10	2,49	0,66	1,88	39,33	47,56
Total		7,17	11,1	20,98	8,72	4,82	47,23	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Em 2011 e 2014 a reversão na tendência de aumento na proporção das mulheres empregadas como domésticas se confirmou. Destaca-se uma queda na proporção de mulheres que se mantiveram como domésticas, de 4,86% em 2008 para 4,22% e 3,52% em 2011 e 2014, respectivamente. A fração da amostra que realizou a transição do desemprego para o emprego doméstico também caiu consideravelmente de 0,37% em 2008 para 0,12% em 2014. A tendência da diminuição da inatividade se manteve até o período de análise de 2011 e em 2014 já se pode encontrar menores taxas de desemprego, mas não de inatividade.

Tabela 4 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitano – 2011 (Em %)

Primeira Observação		2011						Total
		Doméstica	Segunda Observação Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		4,22	0,25	0,75	0,02	0,15	1,02	6,41
Outra Ocupação	Manuais	0,24	6,33	1,59	0,47	0,26	2,09	10,98
	Médias	0,53	1,49	14,36	1,85	0,73	2,55	21,51
	Superiores	0,03	0,39	1,68	6,54	0,13	0,72	9,49
Desocupada		0,22	0,40	1,08	0,21	0,78	1,50	4,19
Inativa		0,96	2,11	3,04	0,80	1,42	39,08	47,41
Total		6,20	10,97	22,5	9,89	3,47	46,96	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

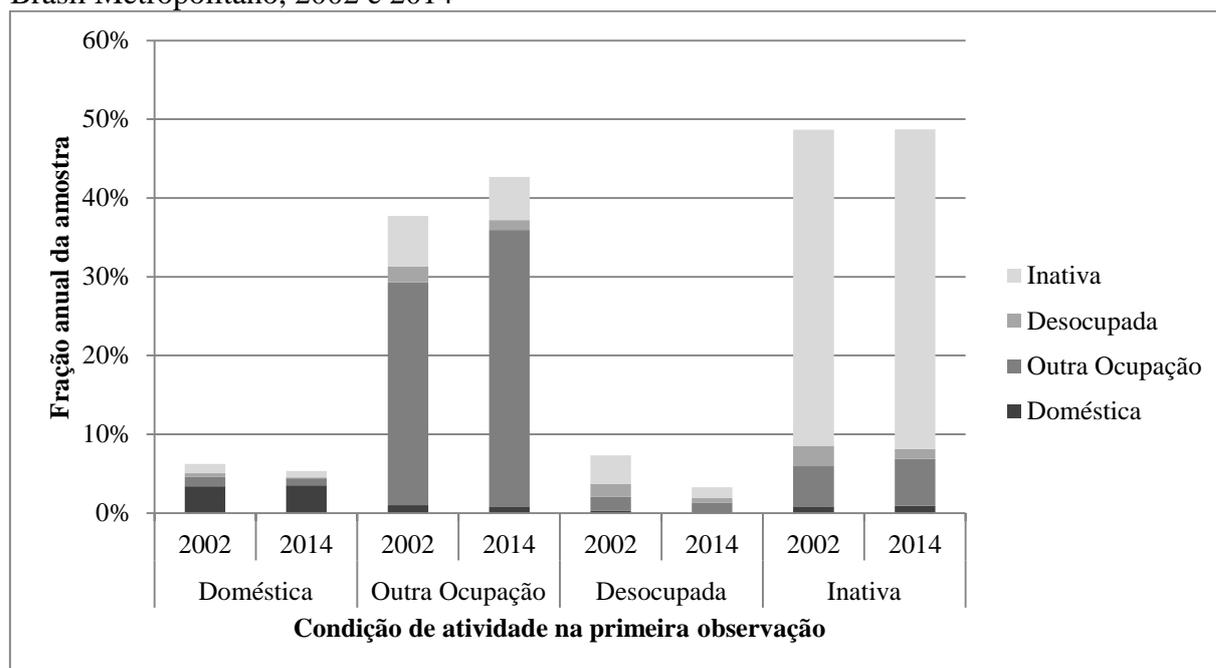
Tabela 5 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho, Brasil Metropolitano – 2014 (Em %)

Primeira Observação		2014						
		Doméstica	Segunda Observação Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	Total
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		3,52	0,23	0,59	0,04	0,11	0,92	5,41
Outra Ocupação	Manuais	0,24	6,02	1,57	0,44	0,28	2,06	10,61
	Médias	0,63	1,57	14,58	1,88	0,75	2,94	22,35
	Superiores	0,04	0,47	1,69	6,86	0,16	0,98	10,2
Desocupada		0,12	0,31	0,78	0,17	0,60	1,26	3,24
Inativa		0,80	1,99	2,74	0,73	1,37	40,57	48,2
Total		5,35	10,59	21,95	10,12	3,27	48,73	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Para se captar as diferenças entre os padrões de transição entre o período inicial (2002) e o final (2014) da análise, o Gráfico 1 traz a frequência da amostra em cada transição nos dois anos, controlando-se pela categoria de origem. Analisando apenas as distribuições marginais de origem, percebe-se que há mais mulheres em outras ocupações no período final, enquanto a proporção de domésticas, inativas e desocupadas diminuiu. Há também uma queda na frequência de transição da inatividade para o serviço doméstico, assim como de mulheres vindas da desocupação e de outras ocupações.

Gráfico 1 - Composição da amostra segundo a condição de atividade na segunda observação, Brasil Metropolitano, 2002 e 2014



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Analisando a distribuição marginal dos destinos das transições (TABELAS 6 a 10) pode-se perceber que, das mulheres trabalhando como domésticas, a proporção que trabalhava na mesma ocupação no período anterior foi crescente ao longo do período, com exceção do último ano; em 2002, 54,57% das mulheres ocupadas na segunda observação como domésticas eram domésticas também na primeira observação; em 2011, 68,08% e em 2014, 65,79%. A proporção de mulheres trabalhando como domésticas que no período anterior estavam desocupadas apresentou uma queda constante, indo de 7,06% em 2002 para 2,24% em 2014, e a mesma tendência é encontrada para as empregadas que estavam inativas na primeira observação. Assim, pode-se dizer que há uma tendência de queda na entrada de novas trabalhadoras no mercado de trabalho do serviço doméstico remunerado oriundas da inatividade e desemprego.

Se identifica ainda uma queda na proporção de domésticas que na primeira observação trabalhavam em outras ocupações entre os anos 2002, 2005 e 2008, entretanto houve uma reversão nessa tendência nos anos 2011 e 2014. O mesmo padrão de transição ao longo do tempo foi encontrado entre as três categorias sociocupacionais. Das domésticas que trabalhavam em outra ocupação anteriormente, a maioria possuía ocupações intermediárias e, em segundo lugar, manuais.

Esse padrão de declínio da entrada de novas trabalhadoras também foi identificado para o grupo das ocupações manuais, que tinha em 2002 46,97% das ocupadas advindas da mesma categoria e em 2014, 56,85%. Ainda foi registrado um declínio na proporção de ocupadas na categoria que eram inativas no período anterior, assim como desocupadas. Esse padrão não foi identificado nas ocupações intermediárias e superiores, que apresentaram um padrão menos conciso.

Analisando o perfil dos inativos, como já era esperado, grande parte das mulheres classificadas como inativas na segunda observação eram também inativas na primeira (mais de 80% em todos os anos). O segundo grupo de origem mais frequente em 2002 e 2005 é o das desocupadas, indicando um desemprego oculto pelo desalento. A partir de 2008 esse quadro é alterado e a categoria sociocupacional intermediárias das outras ocupações ocupa a segunda posição. A proporção das inativas que antes eram empregadas doméstica cresceu até 2008 e depois apresentou queda, voltando ao nível do primeiro período de análise. Padrão semelhante é encontrado para as mulheres desocupadas na segunda observação: entre 2002 e 2005 há um aumento na proporção de mulheres desocupadas que trabalhavam como

doméstica entre 2005 e 2014 essa proporção apresenta um declínio. As mulheres desocupadas são oriundas principalmente da inatividade, seguida pela desocupação e ocupações de nível mediano, com exceção do ano 2014 onde houve uma inversão desses últimos componentes.

Tabela 6 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitano – 2002 (Em %)

Primeira Observação		2002					
		Segunda Observação					
		Doméstica	Outra Ocupação			Desocupada	Inativa
			Manuais	Médias	Superiores		
Doméstica		54,57	2,42	3,61	0,68	4,22	1,77
Outra Ocupação	Manuais	5,14	46,97	7,99	6,37	6,40	4,15
	Médias	13,32	14,35	60,22	21,54	14,99	4,95
	Superiores	0,96	4,94	7,32	57,72	2,72	1,40
Desocupada		7,06	6,15	6,00	2,57	21,93	5,28
Inativa		18,94	25,16	14,85	11,11	49,73	82,46
Total		100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 7 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitano – 2005 (Em %)

Primeira Observação		2005					
		Segunda Observação					
		Doméstica	Outra Ocupação			Desocupada	Inativa
			Manuais	Médias	Superiores		
Doméstica		64,24	2,17	3,15	0,48	5,50	2,08
Outra Ocupação	Manuais	3,93	55,84	7,15	4,95	7,12	3,88
	Médias	8,70	11,86	64,18	18,94	14,72	4,43
	Superiores	0,70	3,80	6,54	65,14	2,75	1,36
Desocupada		5,75	5,61	6,29	2,53	28,96	5,22
Inativa		16,69	20,72	12,68	7,96	40,94	83,03
Total		100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 8 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitano – 2008 (Em %)

		2008						
		Segunda Observação						
Primeira Observação		Doméstica	Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		67,78	2,70	3,00	0,46	4,98	2,27	
Outra Ocupação	Manuais	3,49	57,93	6,91	4,36	8,30	4,40	
	Médias	7,81	12,16	66,02	18,58	17,22	4,64	
	Superiores	0,42	3,42	6,48	66,63	3,11	1,33	
Desocupada		5,16	4,86	5,72	2,41	27,39	4,09	
Inativa		15,34	18,92	11,87	7,57	39,00	83,27	
Total		100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 9 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitano – 2011 (Em %)

		2011						
		Segunda Observação						
Primeira Observação		Doméstica	Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		68,06	2,28	3,33	0,20	4,32	2,17	
Outra Ocupação	Manuais	3,87	57,70	7,07	4,75	7,49	4,45	
	Médias	8,55	13,58	63,82	18,71	21,04	5,43	
	Superiores	0,48	3,56	7,47	66,13	3,75	1,53	
Desocupada		3,55	3,65	4,80	2,12	22,48	3,19	
Inativa		15,48	19,23	13,51	8,09	40,92	83,22	
Total		100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 10 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitano – 2014 (Em %)

		2014						
		Segunda Observação						
Primeira Observação		Doméstica	Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		65,79	2,17	2,69	0,40	3,36	1,89	
Outra Ocupação	Manuais	4,49	56,85	7,15	4,35	8,56	4,23	
	Médias	11,78	14,83	66,42	18,58	22,94	6,03	
	Superiores	0,75	4,44	7,70	67,79	4,89	2,01	
Desocupada		2,24	2,93	3,55	1,68	18,35	2,59	
Inativa		14,95	18,79	12,48	7,21	41,90	83,25	
Total		100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Existem grupos de emprego doméstico com características, inclusive de empregabilidade e transição, muito distinto entre si, que são as mensalistas e as diaristas. Uma dissociação é ainda mais necessária quando levada em consideração as reformas sofridas por esse segmento ocupacional, como a PEC das domésticas, que implementou a obrigatoriedade do registro da doméstica mensalistas e inflacionou os custos para família manter essas profissionais. A necessidade de avaliar a transição entre esses grupos e desses para as demais condições de atividade encontra na disponibilidade de dados uma barreira. A estratégia adotada aqui é analisar separadamente os grupos de domésticas com e sem carteira assinada, mesmo sabendo que há entre as domésticas com carteira assinada uma proporção que trabalha como mensalista, prestando serviço para apenas um domicílio assim como há trabalhadoras que são registradas em um domicílio, mas também prestam serviços em outros como diaristas. Entretanto, acredita-se ser a presença da carteira assinada uma boa *proxy* para a categorização pretendida.

Um quarto das domésticas sem carteira no ano de 2002 estavam inativas no período anterior, enquanto apenas 8,12% das domésticas com registro na carteira tinham essa condição de atividade. Ao longo do período estudado a proporção de domésticas sem carteira que vieram da inatividade decresceu e chegou a 20% em 2014, enquanto essa taxa para as domésticas com carteira apresentou pequenas oscilações mas terminou o período no mesmo patamar. Padrão semelhante é encontrado nas domésticas que estavam desocupadas no período anterior; essas eram 9% em 2002 e 2,54% em 2014 entre as sem carteira assinada. Uma oscilação foi encontrada também na fração das domésticas com carteira assinada que vieram da desocupação, mas em nenhum período estudado essa taxa foi maior para essas trabalhadoras com carteira do que para as sem carteira. Pode-se perceber que ao sair da inatividade ou desocupação e entrar no mercado de trabalho doméstico, a maioria das trabalhadoras domésticas não são registradas.

A proporção de domésticas com carteira assinada que não possuíam registro na observação anterior também oscilou pouco, permanecendo entre 13% e 15% do total. Também pouco foi a variação na proporção de domésticas sem carteira que na primeira observação estavam registradas. Assim, mesmo com as mudanças constitucionais acerca da ocupação, não se observou um padrão nítido de transição entre as condições de registro.

A proporção das domésticas sem carteira que no período anterior trabalhavam em ocupações manuais foi maior em todo o período em relação às com carteira que transacionaram dessa

categoria. Assim, o padrão de transição de empregos manuais para o trabalho doméstico é mais frequentemente acompanhado pelo não registro formal. Por outro lado, analisando as trabalhadoras em ocupações manuais, a proporção das que no período anterior estavam empregadas como domésticas sem carteira foi maior em todos os períodos analisados à das com carteira e, assim, a relação é de duplo sentido entre a não formalidade no emprego doméstico e essa categoria sociocupacional. É importante observar que, entre as ocupadas na observação final em outras ocupações intermediárias e superiores, é maior a proporção das que trabalhavam como domésticas sem carteira do que com carteira, ou seja, não importa o nível sociocupacional da ocupação, as trabalhadoras que transacionaram do mercado de trabalho doméstico eram em sua maioria não registradas.

Entre as desempregadas na segunda observação que trabalhavam como doméstica anteriormente, a maior parte trabalhava sem carteira, com exceção do ano de 2002. O mesmo ocorre com as inativas que originaram no mercado de trabalho doméstico, que em sua maioria não eram trabalhadoras registradas.

Tabela 11 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitano – 2002 (Em %)

Primeira Observação		2002						
		Segunda Observação					Desocupada	Inativa
		Doméstica		Outra Ocupação				
Sem carteira	Com carteira	Manuais	Médias	Superiores				
Doméstica	Sem carteira	38,05	14,1	1,77	2,54	0,41	0,29	1,40
	Com carteira	7,71	55,56	0,65	1,02	0,27	1,23	0,37
Outra Ocupação	Manuais	5,91	3,42	46,97	7,99	6,37	6,40	4,15
	Médias	12,85	13,68	14,35	60,25	21,54	14,99	4,95
	Superiores	1,03	1,28	4,94	7,33	57,72	2,72	1,40
Desocupada		9,00	3,85	6,15	6,01	2,57	21,93	5,28
Inativa		25,45	8,12	25,16	14,86	11,11	49,73	82,46
Total		100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 12 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitano – 2005 (Em %)

Primeira Observação		2005						
		Segunda Observação					Desocupada	Inativa
		Doméstica		Outra Ocupação				
Sem carteira	Com carteira	Manuais	Médias	Superiores				
Doméstica	Sem carteira	48,8	15,29	1,72	2,03	0,36	4,21	1,62
	Com carteira	6,32	65,49	0,45	1,12	0,12	1,13	0,46
Outra Ocupação	Manuais	5,01	1,96	55,84	7,15	4,95	7,13	3,88
	Médias	9,37	7,45	11,86	64,18	18,94	14,75	4,43
	Superiores	0,87	0,39	3,80	6,54	65,14	2,76	1,36
Desocupada		7,41	2,75	5,61	6,29	2,53	29,01	5,22
Inativa		22,22	6,67	20,72	12,68	7,96	41,00	83,03
Total		100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 13 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitano – 2008 (Em %)

Primeira Observação		2008						
		Segunda Observação					Desocupada	Inativa
		Doméstica		Outra Ocupação				
Sem carteira	Com carteira	Manuais	Médias	Superiores				
Doméstica	Sem carteira	53,67	13,43	2,07	2,05	0,34	3,94	1,76
	Com carteira	6,90	66,42	0,63	0,95	0,11	1,04	0,51
Outra Ocupação	Manuais	4,23	2,24	57,93	6,91	4,36	8,3	4,4
	Médias	7,80	7,84	12,16	66,02	18,58	17,22	4,64
	Superiores	0,45	0,37	3,42	6,48	66,63	3,11	1,33
Desocupada		6,24	3,36	4,86	5,72	2,41	27,39	4,09
Inativa		20,71	6,34	18,92	11,87	7,57	39	83,27
Total		100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 14 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitano – 2011 (Em %)

		2011						
		Segunda Observação					Desocupada	Inativa
Primeira Observação		Doméstica		Outra Ocupação				
		Sem carteira	Com carteira	Manuais	Médias	Superiores		
Doméstica	Sem carteira	54,23	14,46	1,64	2,04	0,10	3,17	1,72
	Com carteira	6,61	64,88	0,73	1,29	0,10	1,15	0,45
Outra Ocupação	Manuais	5,03	2,07	57,65	7,07	4,75	7,49	4,45
	Médias	8,47	8,68	13,57	63,82	18,71	21,04	5,43
	Superiores	0,53	0,41	3,55	7,47	66,13	3,75	1,53
Desocupada		4,50	2,07	3,64	4,80	2,12	22,48	3,19
Inativa		20,63	7,44	19,22	13,51	8,09	40,92	83,22
Total		100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 15 - Composição da população na segunda observação segundo condições de atividade, categorias sociocupacionais e agrupamento das domésticas, Brasil Metropolitano – 2014 (Em %)

		2014						
		Segunda Observação					Desocupada	Inativa
Primeira Observação		Doméstica		Outra Ocupação				
		Sem carteira	Com carteira	Manuais	Médias	Superiores		
Doméstica	Sem carteira	52,7	13,18	1,42	1,55	0,20	2,15	1,33
	Com carteira	7,62	60,00	0,66	1,14	0,10	0,92	0,55
Outra Ocupação	Manuais	5,40	3,18	56,9	7,15	4,35	8,59	4,23
	Médias	11,11	12,73	14,84	66,42	18,6	23,01	6,03
	Superiores	0,63	0,91	4,44	7,70	67,85	4,91	2,01
Desocupada		2,54	1,82	2,93	3,55	1,68	18,40	2,59
Inativa		20,00	8,18	18,81	12,48	7,22	42,02	83,25
Total		100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

É realizada também uma comparação da composição da amostra nos extremos da composição etária: até 26 anos e mais de 54 anos de idade (TABELAS 16 a 19). A proporção total da amostra empregada na ocupação de doméstica é 6,23% em 2002 (TABELA 1); entre as mulheres até 26 anos esse valor é 4,2% e entre as com mais de 54 anos, 2,19%. Ou seja, há maior concentração dessa ocupação nas faixas etárias intermediárias. Das trabalhadoras mais jovens, 42,73% estavam inativas na segunda observação em 2002 e 1,1% transacionaram da inatividade para o mercado de trabalho doméstico, valor pouco menor do que os 1,18% da

amostra total. Das mais velhas, mais de 86% estava inativa e as mulheres que realizaram transições para o trabalho doméstico são uma parte muito pequena da amostra (1,01%).

Tabela 16 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho de até 26 anos de idade, Brasil Metropolitano – 2005 (Em %)

Primeira Observação		2002 - Até 26 anos						Total
		Doméstica	Segunda Observação Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		1,73	0,23	0,43	0,03	0,35	0,67	3,44
Outra Ocupação	Manuais	0,25	3,47	1,63	0,24	0,92	1,47	7,98
	Médias	0,51	1,68	12,17	1,35	2,23	3,13	21,07
	Superiores	0,06	0,25	1,22	2,05	0,36	0,54	4,48
Desocupada		0,55	1,24	2,63	0,30	3,51	4,87	13,10
Inativa		1,10	2,93	4,74	0,92	8,18	32,05	49,92
Total		4,20	9,80	22,82	4,89	15,55	42,73	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 17 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho com mais de 54 anos de idade, Brasil Metropolitano – 2005 (Em %)

Primeira Observação		2002 - Mais de 54 anos						Total
		Doméstica	Segunda Observação Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		1,18	0,09	0,22	0,01	0,04	0,52	2,06
Outra Ocupação	Manuais	0,07	1,75	0,31	0,28	0,02	1,47	3,90
	Médias	0,32	0,42	2,55	0,38	0,04	1,31	5,02
	Superiores	0,02	0,20	0,44	1,06	0,02	0,53	2,27
Desocupada		0,04	0,04	0,02	0,02	0,07	0,27	0,46
Inativa		0,56	1,63	1,01	0,58	0,38	82,12	86,28
Total		2,19	4,13	4,55	2,33	0,57	86,22	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Entre o primeiro ano analisado e o último, a proporção de mulheres com mais de 54 anos aumentou, assim como as ocupadas em outras ocupações. As mulheres que realizaram a transição da ocupação de doméstica para a inatividade no primeiro ano era 0,52% da amostra e no último 0,88% sendo que a tendência geral foi de menor inatividade. Entretanto, esse padrão não foi exclusivo do emprego doméstico e as demais ocupações também foram origem de um maior número de transições para a inatividade no ano de 2014.

Sobre as mulheres mais jovens da amostra, 4,2% trabalhavam como doméstica no primeiro ano e esse valor era de apenas 1,07% no último período analisado, ou seja, há menos mulheres

jovens no mercado de trabalho doméstico. As trabalhadoras que saíram da inatividade para essa ocupação, que compunham 1,1% da amostra em 2002, no último período eram 0,35%, uma queda menos que proporcional à redução de domésticas nessa faixa etária na amostra; e de 0,55% no primeiro período, o percentual das mulheres que transacionaram de desempregada para doméstica foi no último ano 0,07%.

Tabela 18 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho de até 26 anos de idade, Brasil Metropolitano – 2014 (Em %)

Primeira Observação		2014 - Até 26 anos						
		Doméstica	Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	Total
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		0,39	0,08	0,12	0,00	0,05	0,28	0,92
Outra Ocupação	Manuais	0,06	4,76	2,00	0,27	0,64	1,87	9,60
	Médias	0,20	1,91	15,71	1,91	1,64	4,54	25,91
	Superiores	0,00	0,30	1,49	3,47	0,23	1,01	6,50
Desocupada		0,07	0,76	1,89	0,34	1,44	3,02	7,52
Inativa		0,35	2,53	5,79	1,22	3,94	35,72	49,55
Total		1,07	10,34	27,00	7,21	7,94	46,44	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela 19 - Transições entre condições de atividade da força de trabalho com mais de 54 anos de idade, Brasil Metropolitano – 2014 (Em %)

Primeira Observação		2014 - Mais de 54 anos						
		Doméstica	Outra Ocupação			Desocupada	Inativa	Total
			Manuais	Médias	Superiores			
Doméstica		1,96	0,13	0,30	0,02	0,02	0,88	3,31
Outra Ocupação	Manuais	0,10	2,84	0,38	0,22	0,03	1,95	5,52
	Médias	0,28	0,43	3,95	0,49	0,04	1,53	6,72
	Superiores	0,03	0,19	0,48	2,39	0,00	0,80	3,89
Desocupada		0,02	0,01	0,04	0,00	0,06	0,19	0,32
Inativa		0,53	1,34	0,91	0,44	0,10	76,94	80,26
Total		2,92	4,94	6,06	3,56	0,25	82,29	100

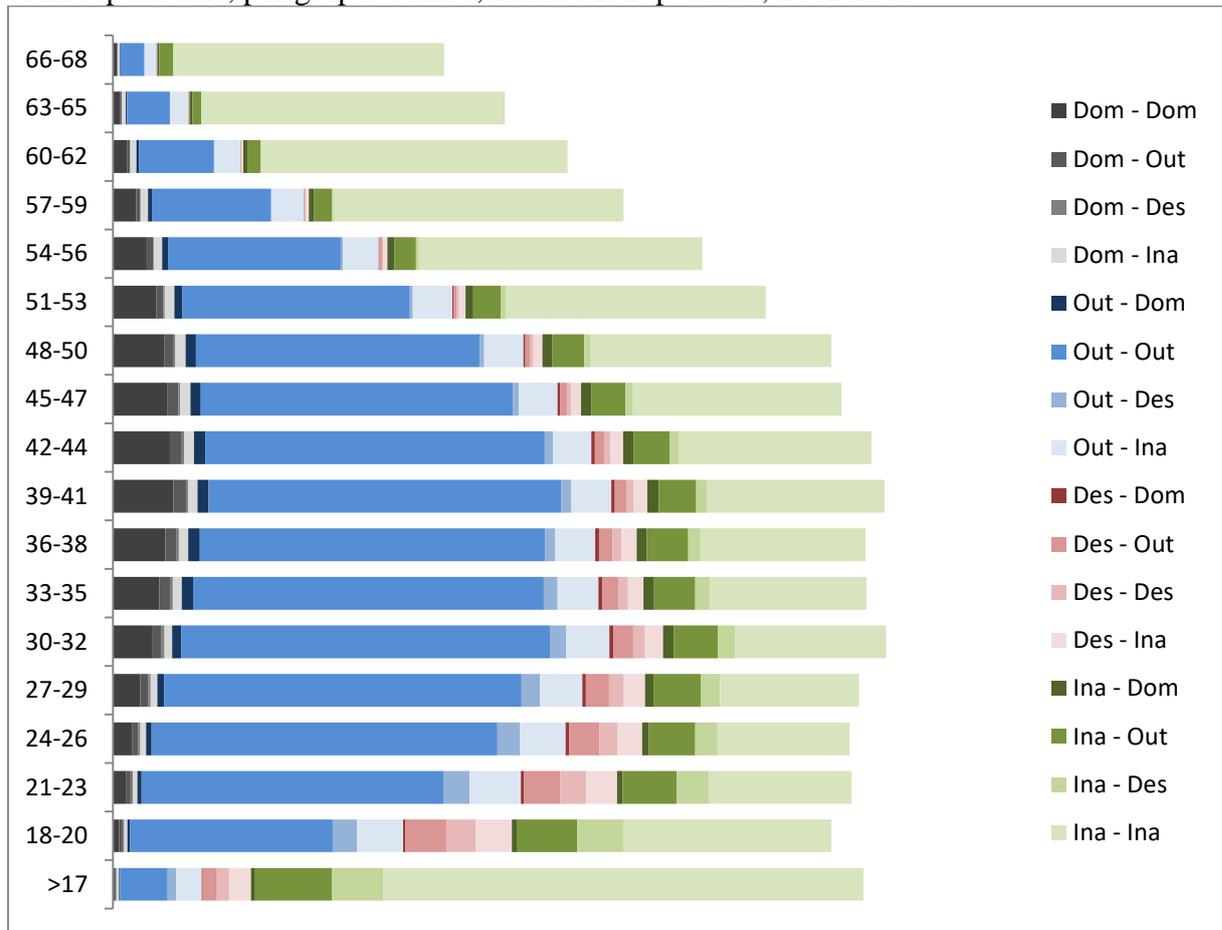
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

4.1.2 Composição etária

Fundamental para a compreensão das transições envolvendo o mercado de trabalho doméstico é a análise de como o ciclo de vida, representado pela idade, influencia esse processo. O Gráfico 2 mostra a composição da amostra por grupos etários e ainda a composição de cada grupo etário segundo as transições. Os tons de verde representam as mulheres que saíram da

inatividade; os avermelhados, desemprego; azuis, outras ocupações e, ainda, os cinzas mostram a proporção das mulheres que saíram da ocupação de doméstica. O gráfico pode ser entendido também como a metade feminina da pirâmide etária, já categorizada pelas ocupações e categorias de atividade.

Gráfico 2 - Composição da amostra segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, por grupos etários, Brasil Metropolitano, 2002-2015



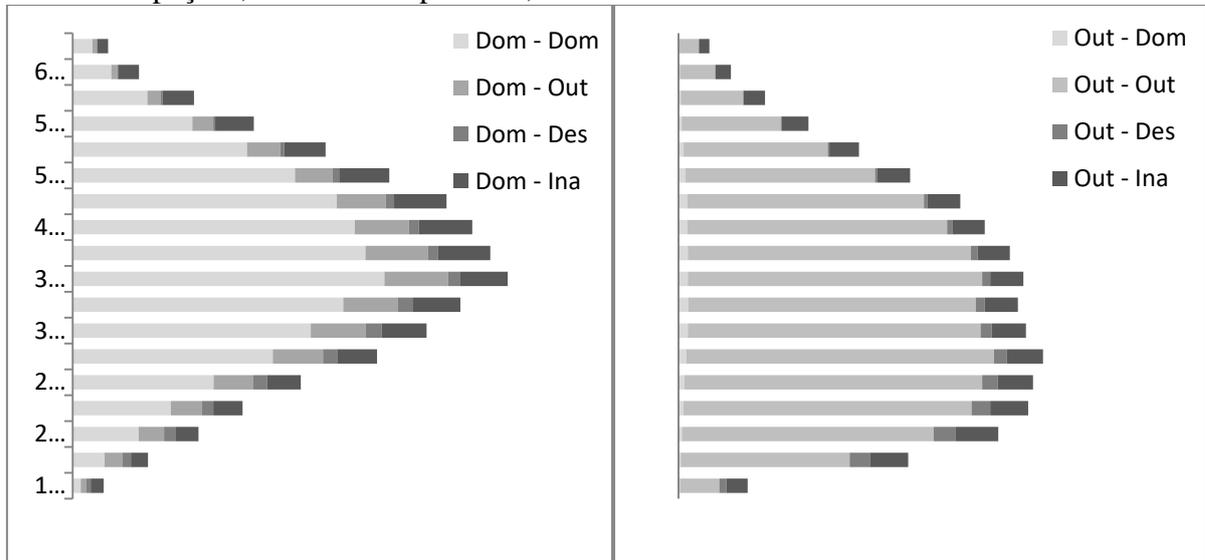
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

À primeira vista percebe-se uma simetria entre os grupos etários muito mais presente entre domésticas do que entre mulheres em outras ocupações, que estão mais frequentes em grupos do extremo mais jovem. Inatividade, como previsto, apresenta um formato de “C”, já que muitas mulheres mais jovens ainda estão estudando ou são dependentes dos pais e as mais velhas estão se aposentando. O desemprego, por outro lado, apresenta um padrão declinante a medida em que se avançam os grupos etários.

Comparando a distribuição etária das mulheres que originaram na ocupação de doméstica com as que responderam na primeira entrevista estarem empregadas em outras ocupações vê-se que essas últimas estão muito mais presentes nas faixas etárias mais jovens (GRÁFICO 3).

A grande concentração das domésticas nas faixas etárias intermediárias não é encontrada nas demais ocupações. Por essa comparação já se identifica a importância da variável idade na determinação do padrão de mobilidade e inserção no serviço doméstico.

Gráfico 3 - Comparação do perfil etário das transições originadas no emprego doméstico e nas demais ocupações, Brasil Metropolitano, 2002-2015

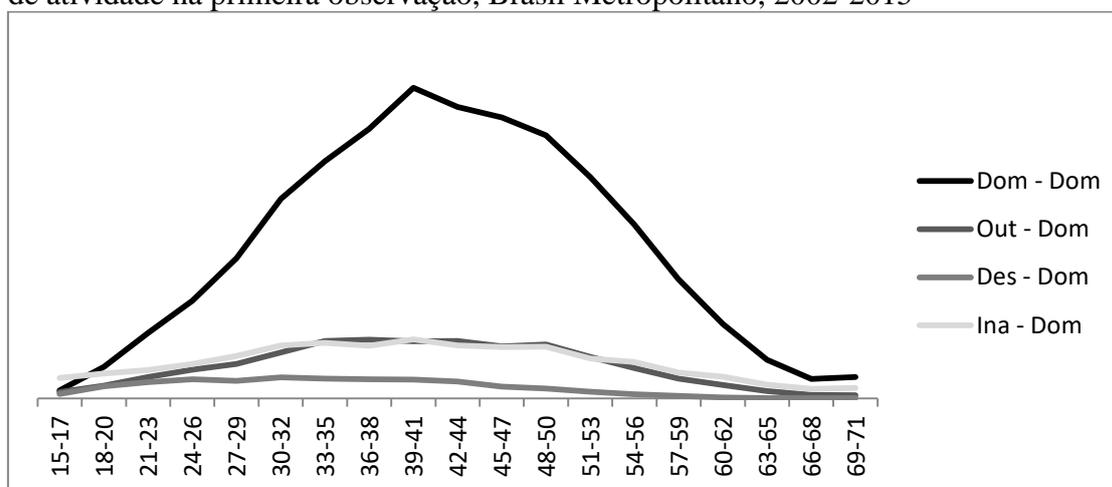


Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Quando se analisa o perfil etário das mulheres que estavam empregadas no serviço doméstico remunerado na segunda observação se percebe que as curvas de inatividade e outras ocupações são muito semelhantes, mas a primeira é mais achatada que essa última. A parte da amostra que se manteve na ocupação nas duas observações apresenta um comportamento de sino em relação à distribuição etária, com um pico no grupo de 39 a 41 anos de idade, mesmo pico da distribuição total de mulheres domésticas. O pico desse grupo é consideravelmente mais pronunciado que os demais.

Também se percebe que o perfil etário das mulheres que saíram da desocupação apresenta uma assimetria à esquerda, ou seja, é mais comum a mulheres jovens saírem do desemprego para a ocupação de doméstica. Além disso, o pico de frequência, que é no grupo de 30 a 32 anos de idade, é mais suave do que nas demais origens. Em todos os grupos etários essa é a origem menos frequente das mulheres empregadas no trabalho reprodutivo remunerado.

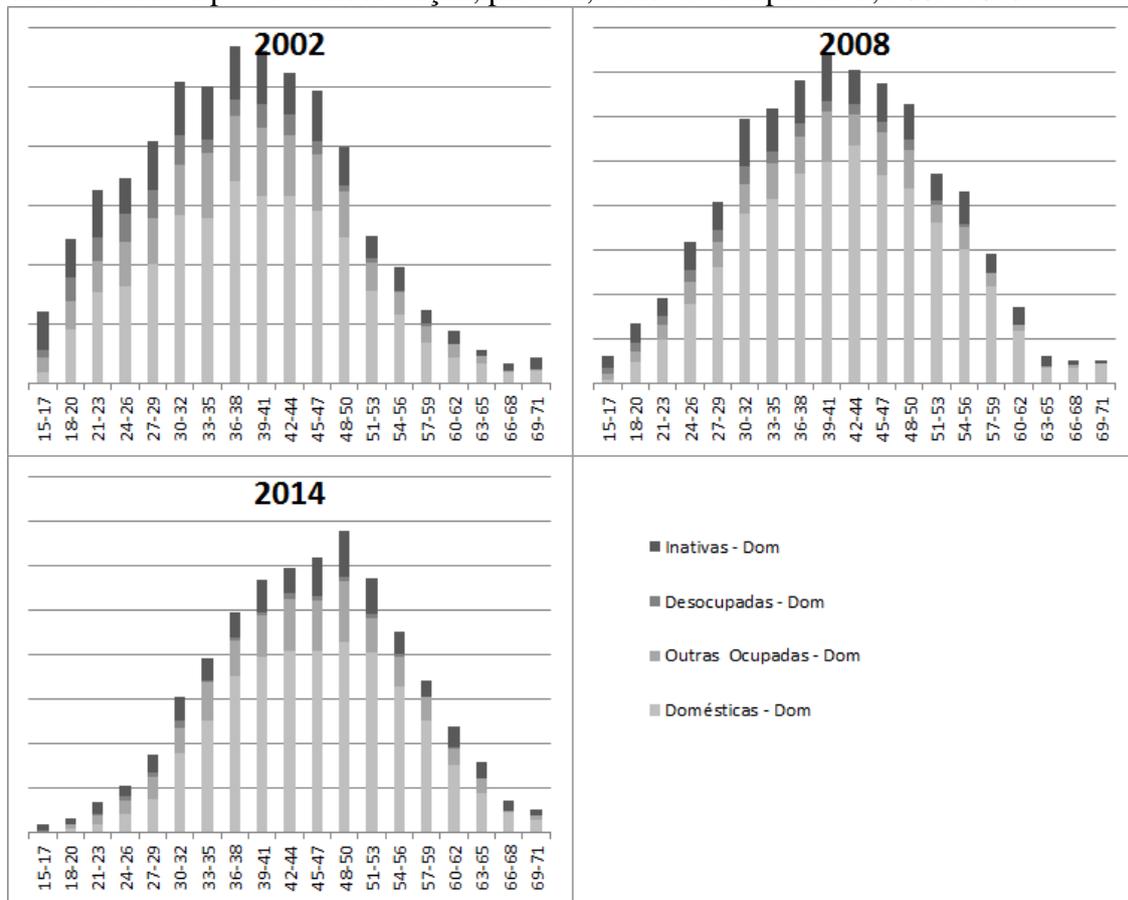
Gráfico 4 - Composição etária da categoria das empregadas domésticas segundo a condição de atividade na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Um questionamento que pode ser levantado é se esse padrão etário específico dessa ocupação é o mesmo ao longo de todo o período analisado, já que até agora os gráficos não apresentaram uma dimensão temporal explícita. O gráfico 5 mostra como variou a distribuição etária das domésticas e das transições ao longo do tempo. De uma assimetria à esquerda, com maior participação de mulheres jovens nessa ocupação em 2002, em 2014 a distribuição apresentou uma assimetria clara à direita mostrando a mudança no perfil das mulheres ocupadas nessa categoria. A proporção das domésticas que eram inativas no período anterior também apresentou queda entre os anos analisados, principalmente considerando os primeiros grupos etários evidenciando que é menor a quantidade de mulheres mais jovens que entram na força de trabalho nessa atividade. Da mesma forma, comparando os dois períodos extremos percebe-se que menos mulheres transacionam da desocupação e de outras ocupações para o serviço doméstico e isso pode ser percebido ao longo de todos os grupos etários. A cada período uma proporção maior das domésticas é composta por mulheres que já estavam ocupando essa atividade no período anterior, já que a transição originária de outras ocupações e outros status ocupacionais se tornou cada vez menos frequente.

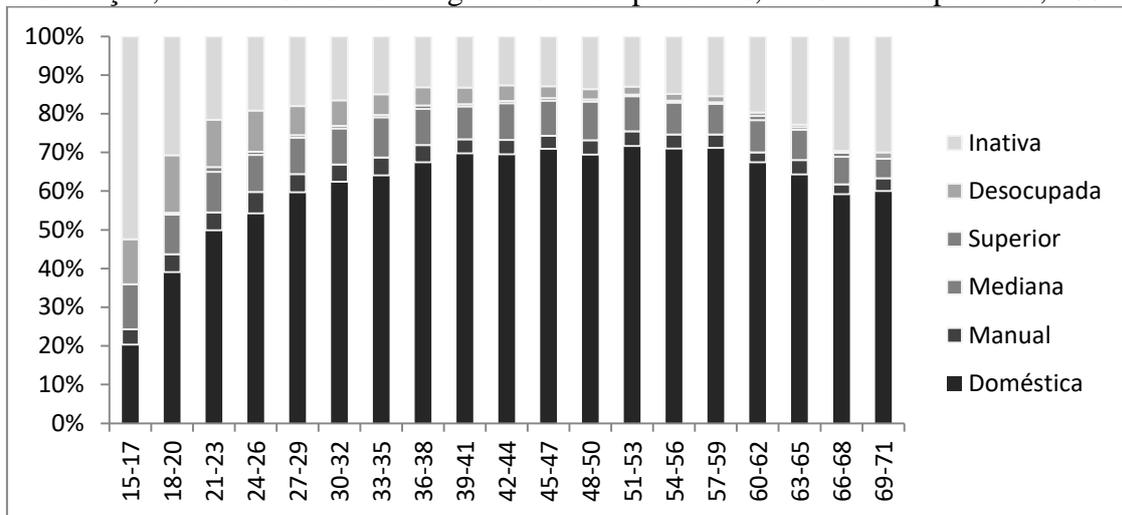
Gráfico 5 - Composição etária da categoria das empregadas domésticas segundo a condição de atividade na primeira observação, por ano, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

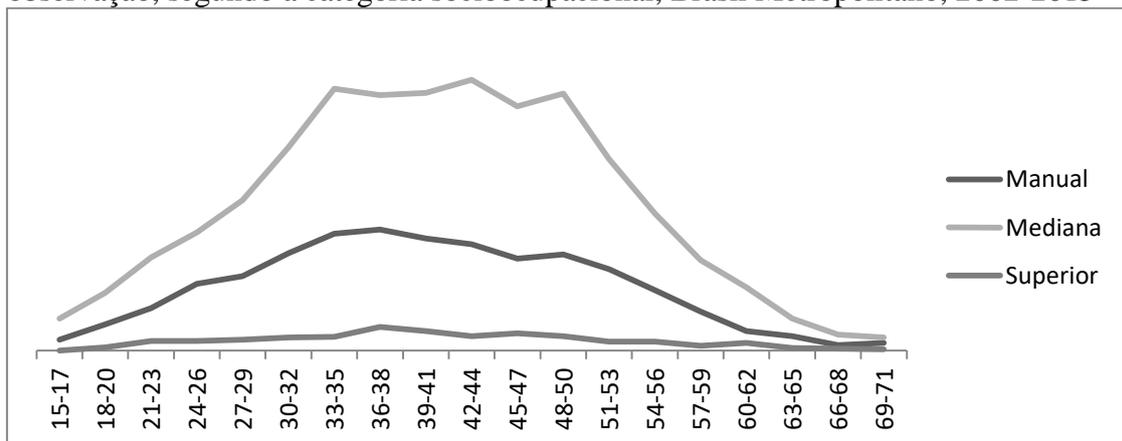
Pode-se analisar também como é o perfil etário das transições dos grupos ocupacionais distintos para a ocupação doméstica. Como já visto, ocupações intermediárias são origem da maioria das mulheres que transitaram para o mercado de trabalho doméstico vindas de outras ocupações. O padrão etário apresenta também um formato de “U” invertido, com um pico definido não em apenas um grupo etário, mas apresentando uma frequência máxima estável desde os grupos 33-35 a 48-50. A curva apresenta relativamente simétrica à direita e à esquerda, mostrando que são similares as frequências de mulheres mais novas e mais velhas que migram de ocupações intermediárias para a doméstica (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6 - Composição etária e de origem das empregadas domésticas na segunda observação, com divisões das categorias sociocupacionais, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

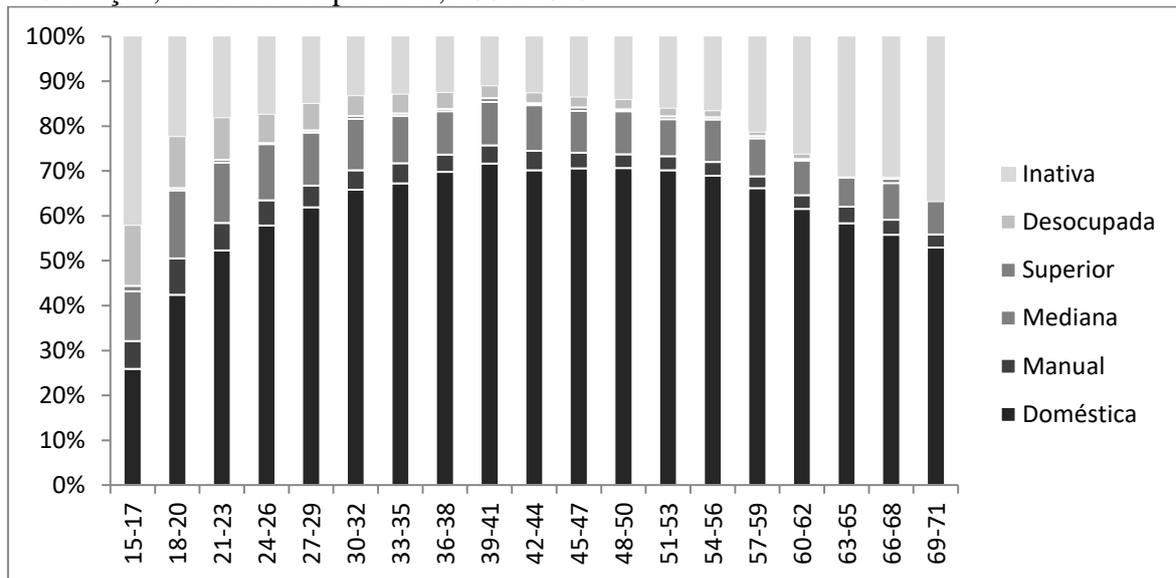
Gráfico 7 - Composição etária das domésticas empregadas em outras ocupações na primeira observação, segundo a categoria socioocupacional, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

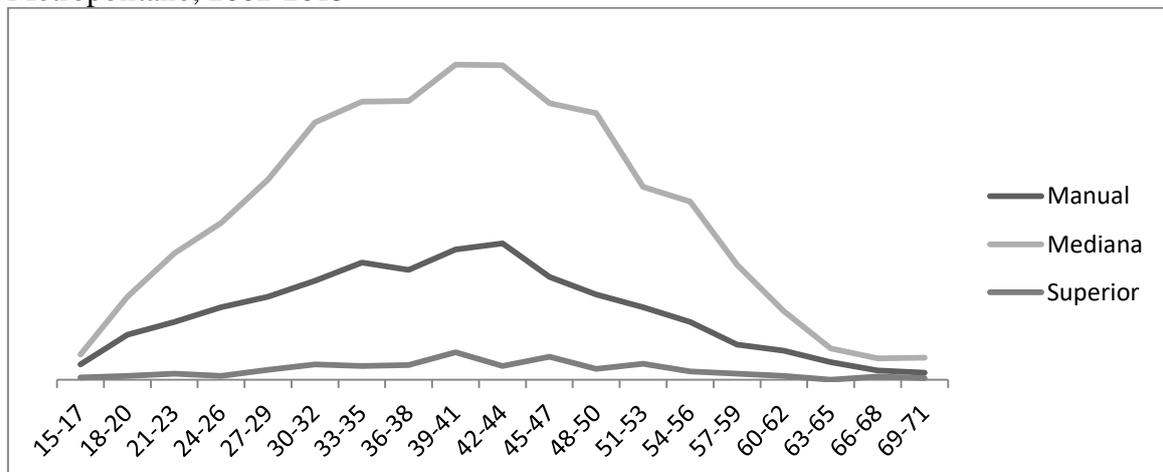
Como já era esperado, a frequência de mulheres que estavam empregadas em ocupações superiores num primeiro momento e a seguir trabalhavam como domésticas é muito baixa, e assim não é possível analisar um perfil etário para esse comportamento. Já a frequência de ocupações manuais na primeira observação apresenta uma assimetria à esquerda, refletindo uma situação em que mulheres mais jovens saem mais desse tipo de ocupação com destino ao mercado de trabalho doméstico.

Gráfico 8 - Composição etária e de destino das empregadas domésticas na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Gráfico 9 - Composição etária das empregadas em outras ocupações e das empregadas domésticas na primeira observação, segundo a categoria socioocupacional, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

É interessante analisar também a relação entre o ciclo de vida das mulheres e as transições realizadas do trabalho doméstico para outras ocupações e condições de atividade. A curva de frequência de transição para outras ocupações é assimétrica à esquerda, mostrando que mulheres mais jovens realizam com maior frequência essa transição (GRÁFICOS 8 E 9). Entretanto, o pico é encontrado na faixa de 39 a 41 mostrando que a experiência profissional é valorizada mesmo quando a mulher muda de ocupação. A curva de transição para a desocupação também apresenta a mesma assimetria e é o destino menos frequente dessas mulheres. Por outro lado, a inatividade mostra uma assimetria à direita, mostrando, como era

esperado, que mulheres mais velhas saem de suas ocupações com destino a inatividade com mais frequência do que mulheres mais novas.

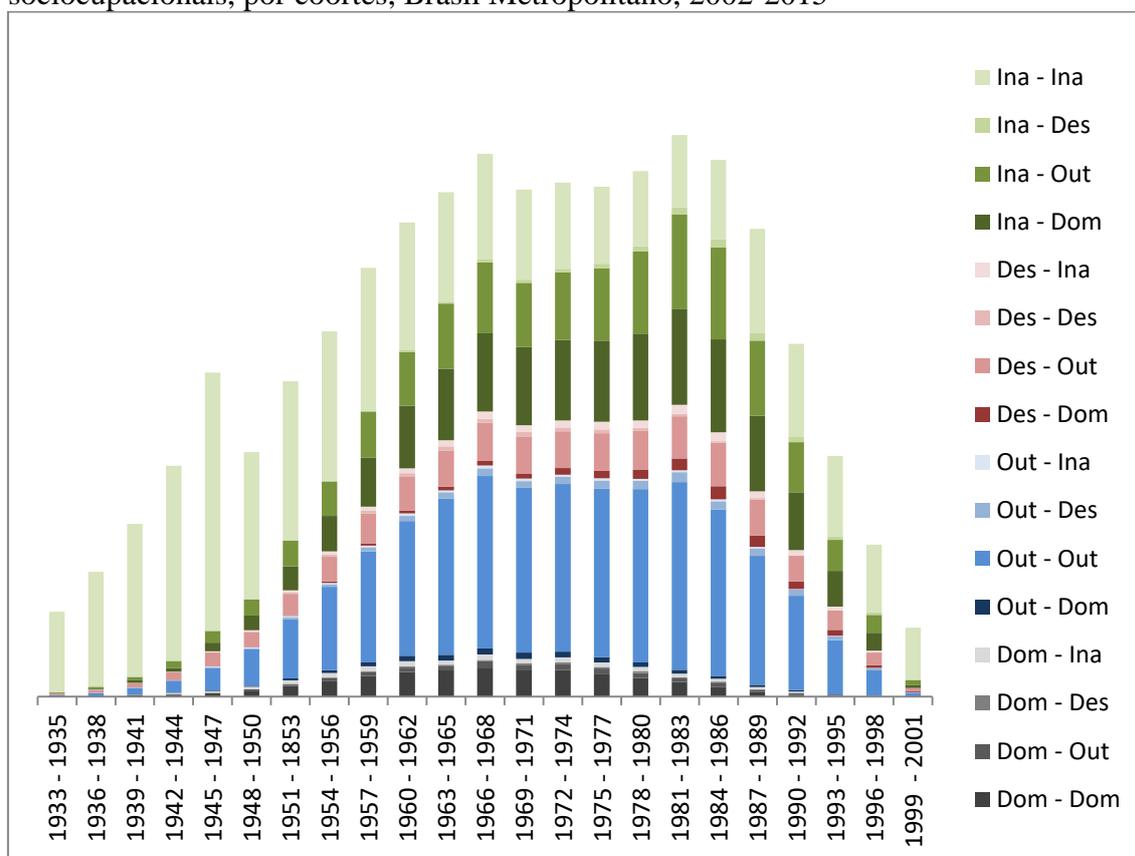
Das domésticas que realizaram a transição para outras ocupações, a entrada na categoria superior é pouco frequente, sendo difícil a identificação de um perfil etário. Há uma ligeira assimetria à direita no caso das ocupações manuais e intermediárias, apontando para um perfil mais jovem da mulher que sai do mercado de trabalho doméstico. Os picos amostrais são coincidentes entre as categorias manuais e superiores, 39 a 41 anos de idade, também o grupo etário mais frequente entre as mulheres da amostra. Ocupações intermediárias apresentam o seu pico no grupo etário seguinte, 42 a 44 anos de idade.

4.1.3 Coorte de nascimento

Outra dimensão de suma importância para o entendimento das transições ocupacionais das mulheres envolvidas no trabalho doméstico é a coorte de nascimento. O Gráfico 10 apresenta a distribuição da amostra por coorte e, ainda, dentro de cada uma dessas, a distribuição da condição de atividade e as categorias sociocupacionais. Observa-se uma concentração na amostra de pessoas que nasceram entre 1963 e 1986, já que essa análise não elimina os efeitos do ciclo de vida das mulheres. Ainda assim é interessante a realização de uma discussão sobre as diferentes composições ocupacionais entre as coortes.

Analisando a relação entre ano de nascimento e as transições realizadas pelas mulheres ocupadas como domésticas entre uma observação e outra (GRÁFICO 10), alguns padrões podem ser identificados. O primeiro é a queda na proporção das mulheres que estavam ocupadas em ambas as observações como domésticas ao longo das coortes de nascimento, compensada por um aumento na proporção de mulheres que saíram da inatividade. Essas tendências podem ser explicadas pelo padrão etário das transições.

Gráfico 10 - Composição da amostra segundo condições de atividade e categorias sociocupacionais, por coortes, Brasil Metropolitano, 2002-2015

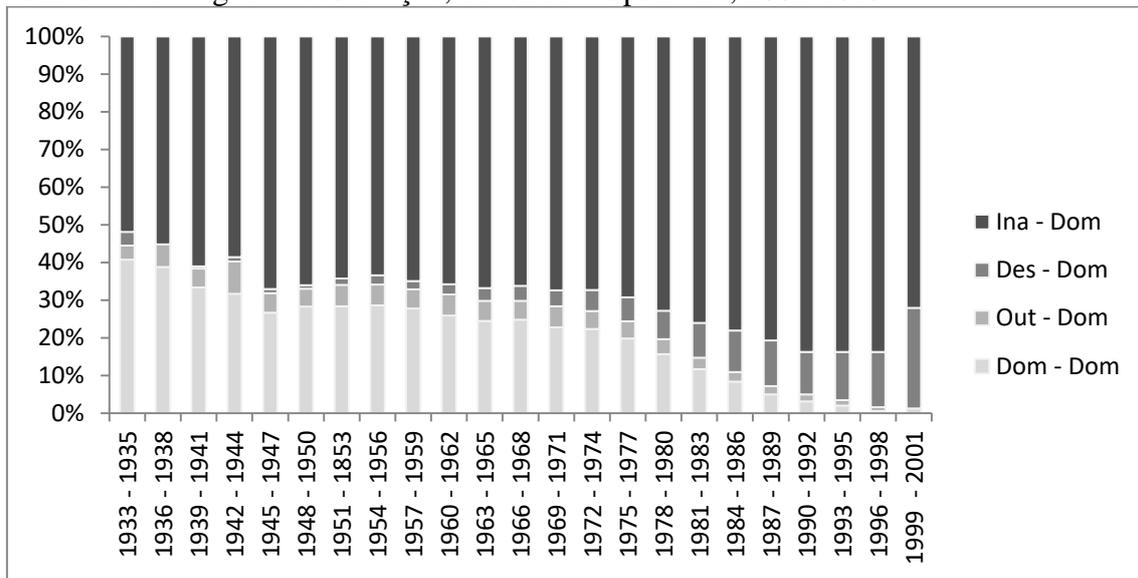


Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

A proporção de mulheres que saíram de outras ocupações para o serviço doméstico apresentou tendência de queda ao longo das coortes. A transição originada do desemprego, por outro lado, se tornou mais frequente e nas coortes mais jovens é a segunda origem mais frequente, depois de inatividade. Assim, sair de outras ocupações para trabalhar como doméstica é mais comum entre mulheres que nasceram nas primeiras coortes, enquanto sair do desemprego é mais comum entre mulheres nascidas nas últimas coortes consideradas (GRÁFICO 11).

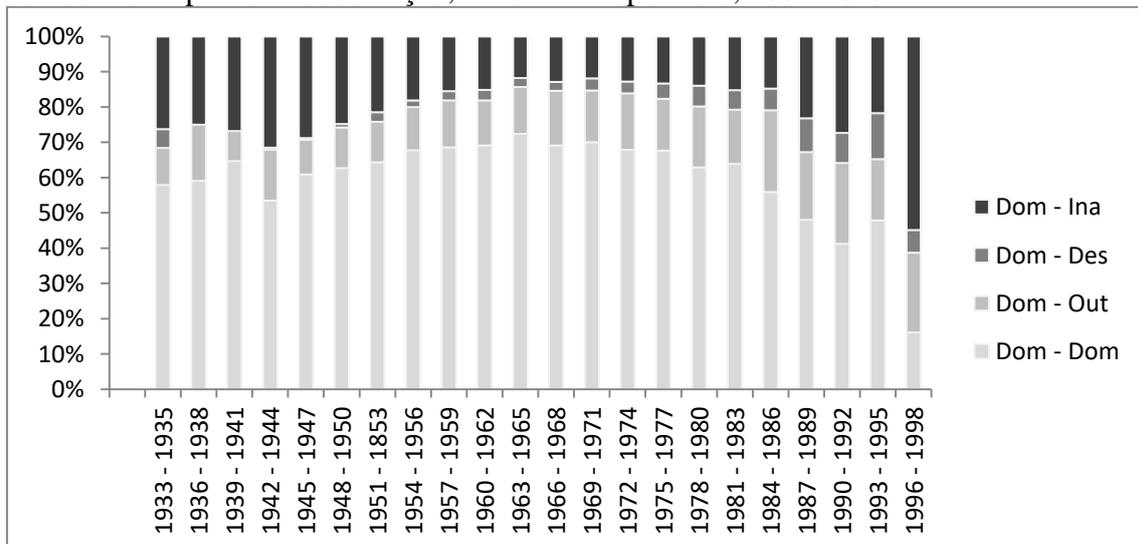
Por outro lado, o comportamento das transições de origem no trabalho doméstico com destino à inatividade apresenta um formato de “U”, ou seja, menos frequente nas mulheres que nasceram nas coortes intermediárias do que nas dos extremos. Analisando a proporção em cada coorte de domésticas que transacionaram para outras ocupações, pode-se notar que essa proporção é crescente no sentido das coortes mais jovens, ou seja, gerações mais novas estão saindo mais dessa ocupação com destino às demais; comportamento similar é apresentado pelo desemprego (GRÁFICO 12).

Gráfico 11 - Composição de origem e de ano de nascimento das mulheres no serviço doméstico na segunda observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Gráfico 12 - Composição de destino e de ano de nascimento das mulheres no serviço doméstico na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015



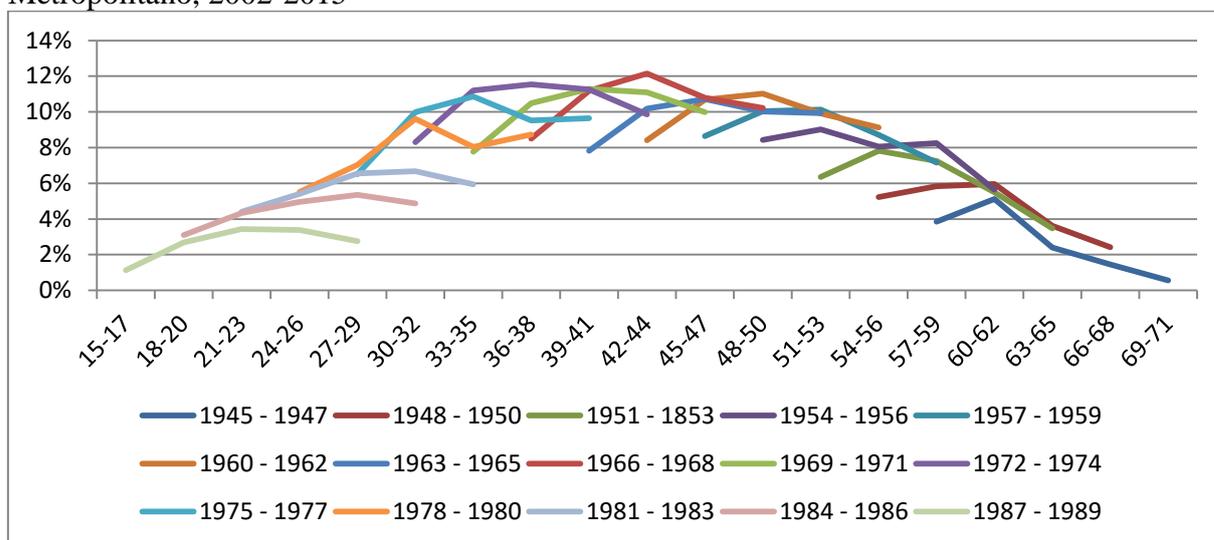
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Taxas de participação no trabalho doméstico ao longo do ciclo de vida das mulheres podem variar para diferentes coortes. A análise de cada coorte ao longo de todo o ciclo de vida seria ideal para verificar a existência de mudanças geracionais; entretanto, como não dispomos desses dados podemos analisar as diferenças no período em que há coincidência das faixas etárias para as coortes. A coorte mais jovem apresentada no gráfico 13, composta por mulheres nascidas entre 1987 e 1989, possui menor participação no mercado de trabalho doméstico do que outras coortes em todos os grupos etários onde é possível essa comparação

(de 15-17 a 27-29). Pode-se perceber que, a partir da coorte dos nascidos entre 1975 e 1977, a taxa de participação é menor a cada nova coorte de nascimento, indicando uma mudança de caráter geracional na participação das mulheres nessa ocupação.

Por outro lado, analisando a participação das mulheres das coortes mais antigas, um comportamento reverso é encontrado: no geral, coortes mais antigas têm menor participação no trabalho doméstico do que as coortes mais novas, da primeira coorte, 1945-1947 até a coorte de nascidas entre 1960 a 1962. A maior participação feminina na força de trabalho no geral e a atratividade do emprego doméstico como porta de entrada para essas novas mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho podem ser responsáveis por esse aumento na taxa de participação.

Gráfico 13 - Participação das diferentes coortes no trabalho doméstico por idade, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

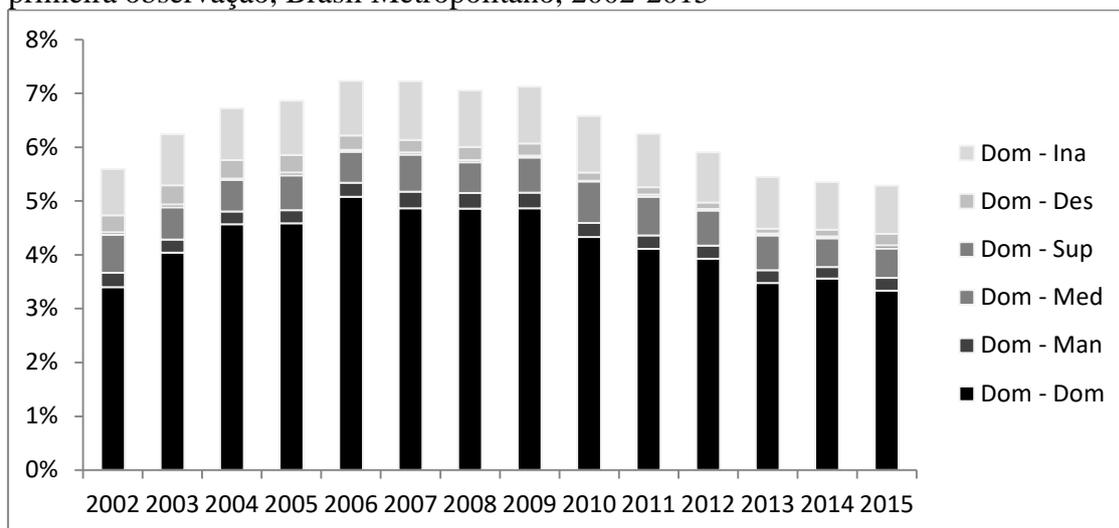
4.1.4 Período

Para tentar identificar a influência dos ciclos econômicos e das alterações nas legislações, analisa-se a tendência ao longo do período de análise das transições. É importante ressaltar, mais uma vez, que essas são análises univariadas e que não levam em consideração o efeito dos demais fatores que influenciam esses movimentos.

Pode-se identificar os anos de 2006 e 2007 como os de maior frequência de emprego doméstico. Percebe-se que, ao longo do período em análise, a proporção da amostra que era

trabalhadora doméstica na primeira observação e na segunda já não era é constante. Entretanto a parcela total da amostra variou nesse período, como já dito; assim, a frequência relativa de cada uma dessas transições diminuiu entre 2002 e 2006 e aumentou a partir de 2009 (GRÁFICO 14).

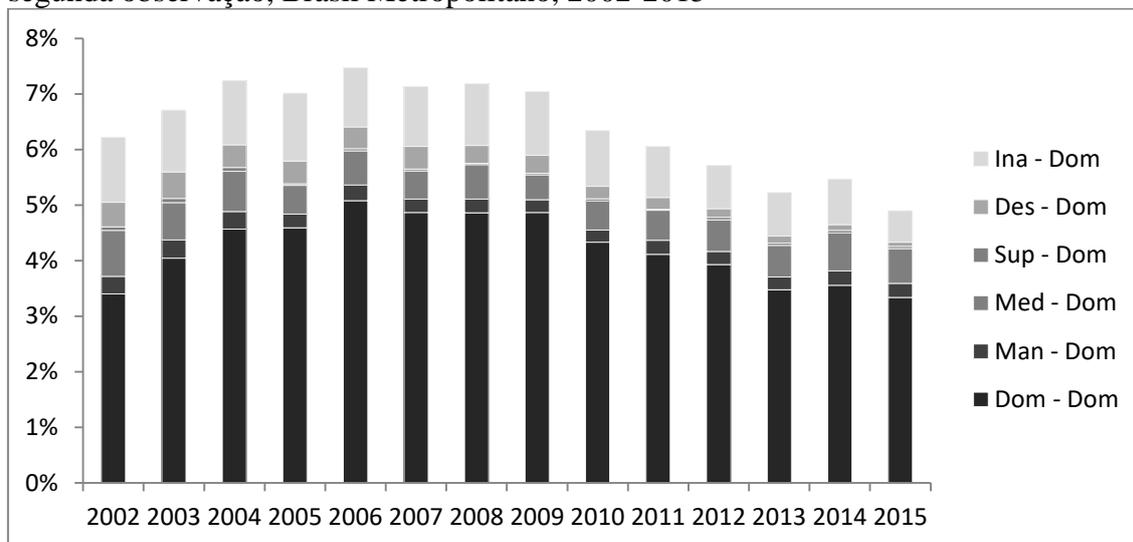
Gráfico 14 - Composição de destino e de período das mulheres no serviço doméstico na primeira observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Analisando também a composição da amostra em relação às mulheres que se tornaram domésticas (ou permaneceram), percebe-se uma tendência de queda na frequência em que mulheres saem da inatividade para o trabalho doméstico. Analisando esse valor em termos relativos, esse declínio seria ainda maior a partir de 2008, quando a frequência de mulheres no trabalho doméstico começa a cair; também apresenta esse padrão a proporção da amostra que sai do desemprego para o trabalho doméstico. Em relação a outras ocupações, é relativamente constante ao longo do período as transições originadas em cada categoria sociocupacional para o trabalho doméstico em termos de composição da amostra (GRÁFICO 15).

Gráfico 15 - Composição de origem e de período das mulheres no serviço doméstico na segunda observação, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

4.1.5. Demais características: escolaridade, raça/cor, região metropolitana, condição na família

As transições ocupacionais, em especial as referentes ao mercado de trabalho doméstico, sofrem de efeitos da idade, período e coorte, como já foi descrito até agora; entretanto isso não significa que essas dimensões são suficientes para descrever completamente esse fenômeno. A característica de interseccionalidade do problema de pesquisa torna necessário que se apresentem outras características individuais para se compreender a inserção no trabalho doméstico remunerado.

Na amostra analisada, 37,1% das domésticas eram mulheres brancas e 62,89% negras. As demais cores/raças não foram incluídas por representarem uma porcentagem muito pequena das domésticas. Como já era esperado também nessa amostra as domésticas são em sua maioria mulheres negras e por isso é importante investigar se existem diferenças entre as raças/cores em relação às transições ocupacionais realizadas.

Como é apresentado tabela 20, em geral, existem algumas diferenças nos perfis de raça/cor de transições ocupacionais quando se analisa a origem das mulheres em cada uma das categorias ocupacionais. A proporção de mulheres inativas que eram domésticas no período anterior é maior entre as brancas do que entre as negras, e o mesmo ocorre entre as mulheres desocupadas. Em relação ao trabalho doméstico como destino, a proporção de mulheres

brancas que já eram domésticas na ocupação anterior e que originaram de ocupações superiores para essa ocupação é menor do que as negras, nos demais casos há uma frequência maior dessas transições entre as brancas. Assim, são as negras as que mais permanecem no emprego doméstico.

Tabela 20 – Origem das transições entre condições de atividade da força de trabalho, segundo cor/raça, Brasil Metropolitano (Em %)

Primeira Observação		Brancas					
		Doméstica	Segunda Observação			Desocupada	Inativa
			Outra Ocupação				
			Manuais	Médias	Superiores		
Doméstica		42,72	15,48	8,97	0,79	8,18	7,69
Outra Ocupação	Manuais	28,25	42,56	18,59	14,13	20,72	14,96
	Médias	10,57	12,96	42,81	6,73	10,67	12,42
	Superiores	0,83	5,44	3,20	52,21	5,40	6,01
Desocupada		4,20	6,47	5,02	6,34	20,93	10,18
Inativa		13,44	17,08	21,40	19,80	34,09	48,75
Total		100	100	100	100	100	100

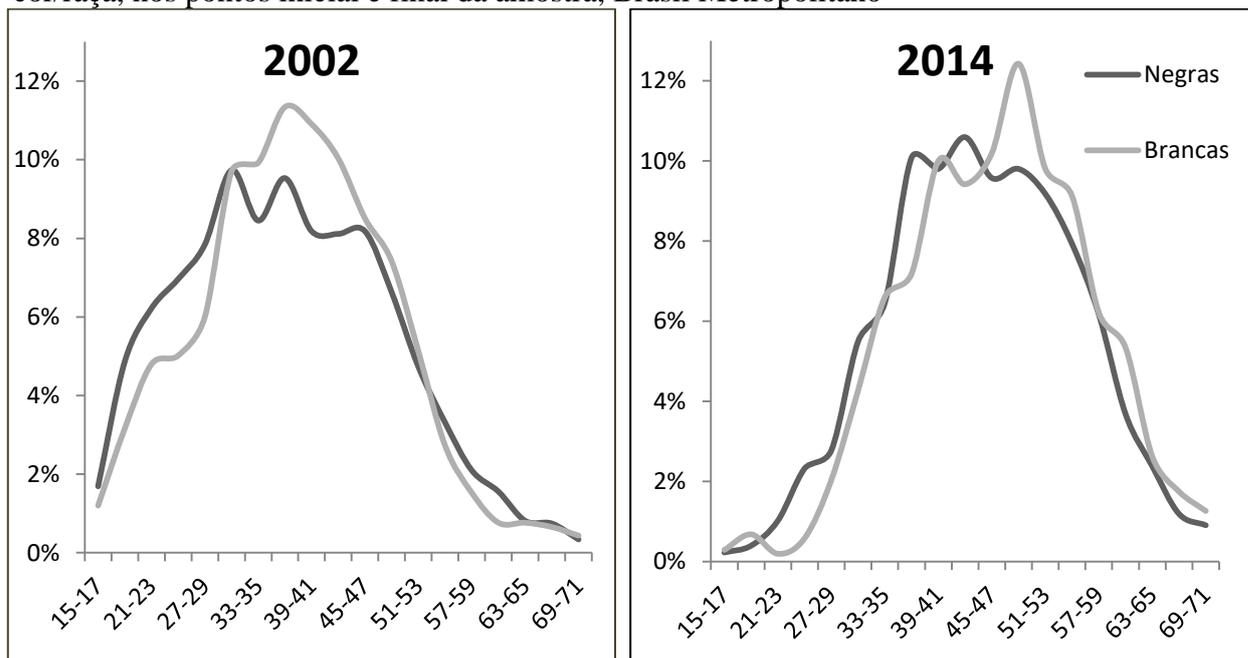
Primeira Observação		Negras e Pardas					
		Doméstica	Segunda Observação			Desocupada	Inativa
			Outra Ocupação				
			Manuais	Médias	Superiores		
Doméstica		49,87	9,49	5,03	0,79	3,75	3,65
Outra Ocupação	Manuais	25,67	48,98	16,14	12,98	19,41	13,36
	Médias	8,96	11,58	45,98	5,83	9,31	12,45
	Superiores	1,39	7,68	4,77	55,85	9,43	8,40
Desocupada		3,21	7,05	5,58	6,16	23,68	10,65
Inativa		10,89	15,23	22,50	18,39	34,43	51,49
Total		100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

A propriedade de interseccionalidade dessa ocupação faz com que análises multivariadas sejam de grande importância para a compreensão da inserção nesse mercado de trabalho. Algumas análises multidimensionais já foram realizadas, como a constatação de como a mobilidade mudou ao longo do ciclo de vida, entre os períodos considerados. Também é importante identificar qual a relação entre a cor/raça e a idade, ou seja, verificar se o padrão etário de inserção nessa ocupação é o mesmo para negras e brancas. Contrariando essa hipótese, Pinheiro et al. (2016) mostra que há um envelhecimento da ocupação distinto para os grupos de domésticas de cores/raças diferentes. O gráfico 16 apresenta o perfil etário nos primeiro e último anos da amostra das domésticas brancas e das negras e pardas. Pode-se perceber que o envelhecimento ao longo do tempo dessas profissionais é encontrado nos dois

grupos. Houve claramente uma mudança da composição etária em ambos os grupos, isso porque ambas as curvas se tornaram mais assimétrica à direita no ano de 2014. Entretanto, em ambos os anos as curvas mulheres brancas está mais à direita do que as negras, mostrando que apesar dessa mudança ser realidade independentemente da cor/raça, essa é mais predominante entre as trabalhadoras brancas.

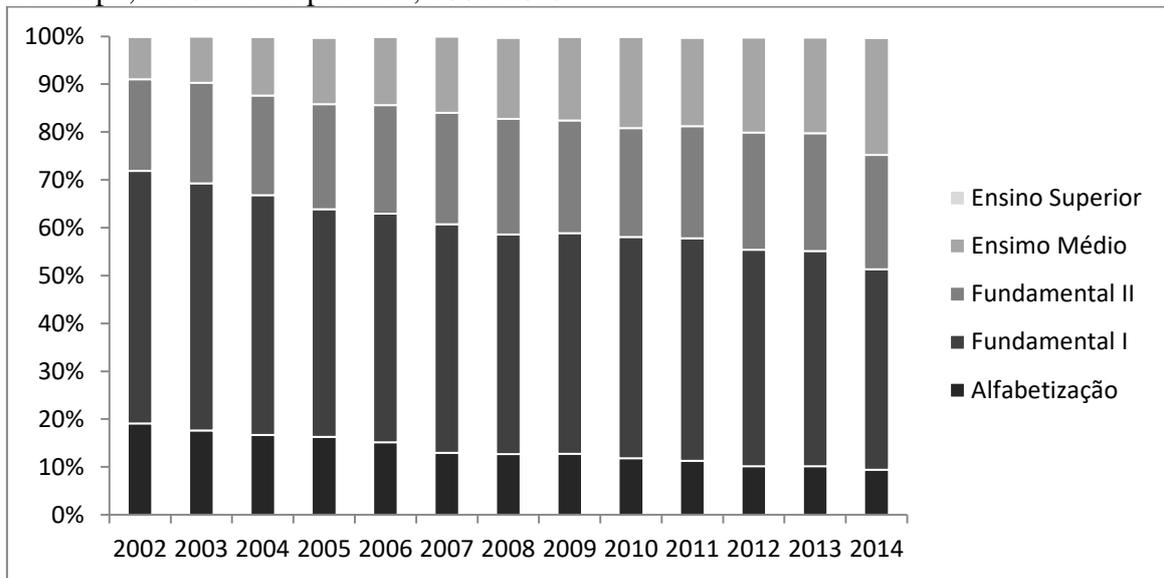
Gráfico 16 - Composição da categoria de empregadas domésticas por faixa etária, segundo cor/raça, nos pontos inicial e final da amostra, Brasil Metropolitano



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

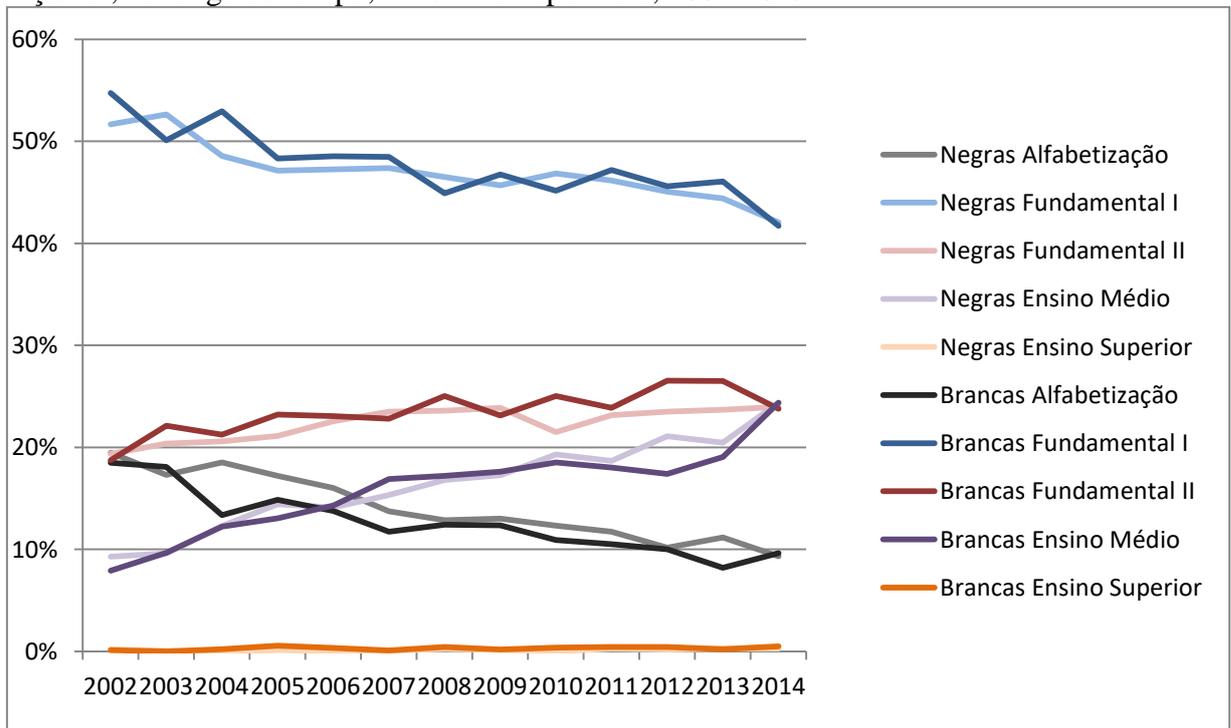
Outra dimensão indispensável para a compreensão das transições ocupacionais e, em especial, das transições relacionadas ao trabalho doméstico é a educação. Maior escolaridade entre as mulheres pode ser um meio de conseguir novas oportunidades entre as domésticas, ou de novas gerações de mulheres não entrarem nessa ocupação. O gráfico 17 mostra a composição das domésticas em relação ao nível de escolaridade mais alto alcançado, apontando para uma redução na proporção das domésticas sem escolaridade ou com apenas a alfabetização; da mesma forma, identifica-se uma queda na proporção das domésticas que estudaram até o primeiro ciclo do ensino fundamental. Por outro lado, pode-se identificar uma grande expansão da parcela com ensino médio completo e aumento também da proporção de domésticas com ensino fundamental completo. Ou seja, há uma forte tendência de mais escolaridade entre as domésticas da amostra.

Gráfico 17 - Composição da categoria de empregadas domésticas por escolaridade, ao longo do tempo, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Gráfico 18 - Composição da categoria de empregadas domésticas por escolaridade segundo raça/cor, ao longo do tempo, Brasil Metropolitano, 2002-2015



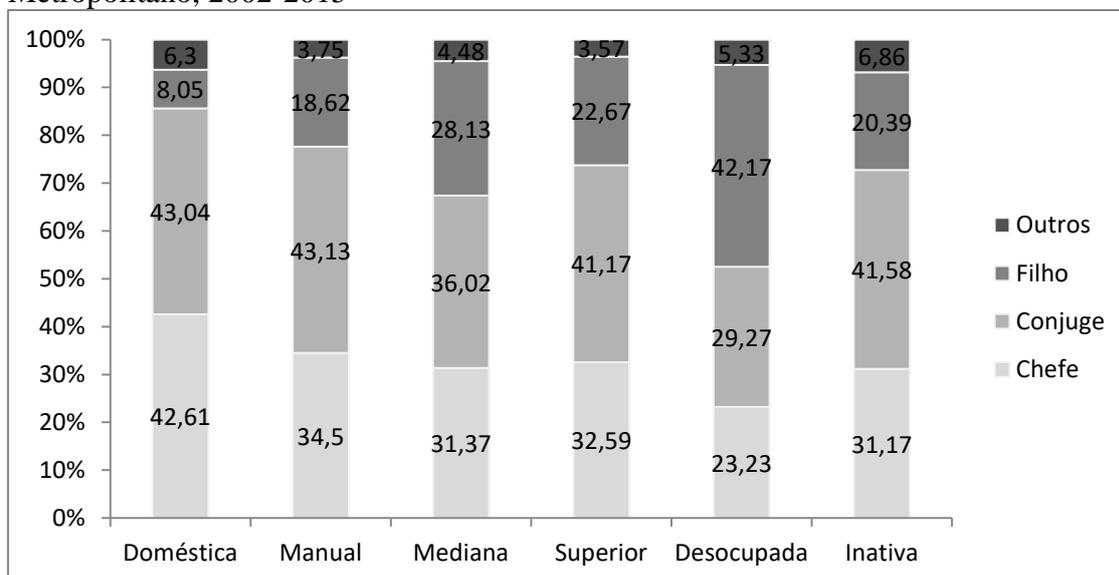
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Como foi encontrado um padrão de envelhecimento diferente entre as domésticas brancas e negras, podemos investigar se essa mesma diferenciação ocorre em relação à educação. Segundo o gráfico 18, comparando-se a evolução da escolaridade das domésticas negras com

as domésticas brancas, percebe-se que não existem diferenças nesses movimentos e o aumento da escolaridade foi um padrão em ambos os grupos.

É importante também analisar a relação da inserção ocupacional dessas mulheres com a posição ocupada por elas em suas famílias, já que a responsabilidade e a disponibilidade para suportar custos de desocupação, muitas vezes inevitáveis em mudanças ocupacionais, dependem da posição na família ocupada pela mulher. Comparando as domésticas com as mulheres ocupadas nas demais grupos ocupacionais, as primeiras constituem o grupo com maior proporção de mulheres ocupando a posição de chefe do domicílio; 42% das domésticas são ocupadas na principal posição no domicílio sendo que nas ocupações manuais esse valor é 34,5%, o segundo maior. A proporção de cônjuges entre os grupos é bastante similar, o que não ocorre com a posição de filhos, grupo no qual as domésticas apresentam menor expressão. As desocupadas são o grupo com a maior proporção de filhas, o que poderia ser explicado pela inclusão do perfil etário na análise (GRÁFICO 19).

Gráfico 19 - Composição das categorias ocupacionais por posição na família, Brasil Metropolitano, 2002-2015

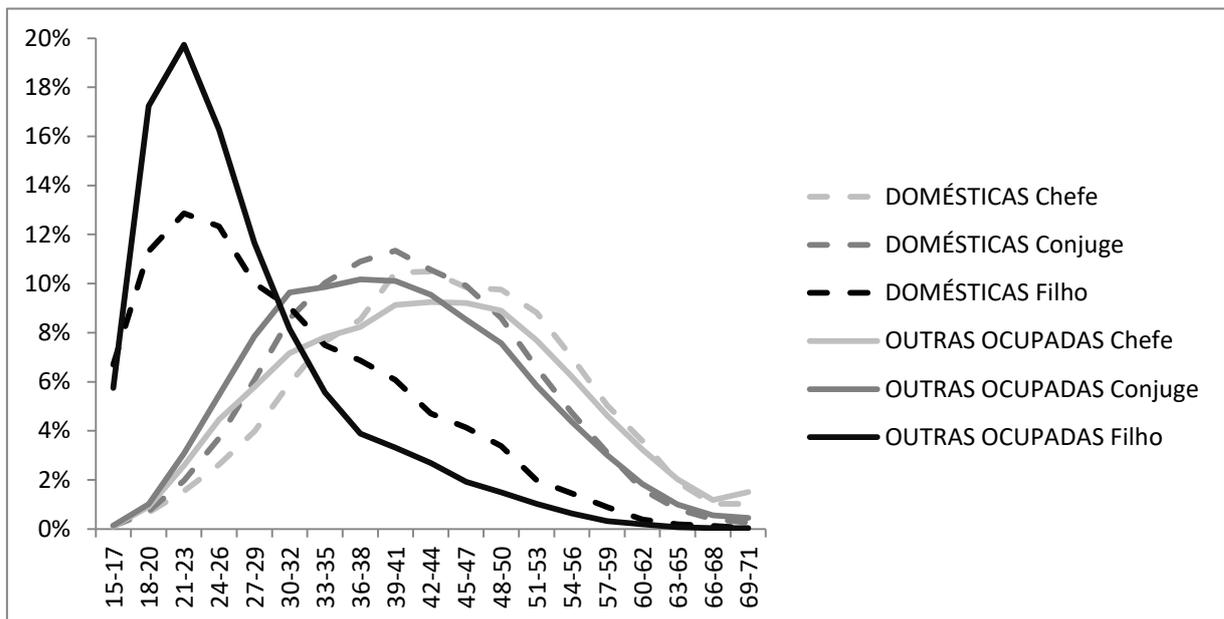


Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

O gráfico 20 faz a comparação entre a posição na família e o perfil etário das domésticas e das mulheres ocupadas nas demais ocupações. A categoria “outros” foi excluída já que não representa um grupo com sentido teórico. É maior a proporção de mulheres domésticas que são filhas no domicílio até uma idade mais avançada em comparação com mulheres em outras ocupações. Até o grupo etário 30-32 anos é maior a proporção de mulheres domésticas como cônjuges do que mulheres em outras ocupações cônjuges, entretanto esse perfil se inverte a

partir dessa idade. Por outro lado, até o grupo etário de 33-35 é mais comum para as mulheres em outras ocupações serem as responsáveis domicílio e, a partir dessa faixa etária, há uma reversão. Assim, a principal diferença entre as mulheres domésticas e as das demais ocupações é que essas permanecem como filhas em seus domicílios até mais tarde em seus ciclos de vida. Isso poderia ser justificado pela incapacidade financeira de sair das casas de seus pais devida a baixa remuneração da ocupação.

Gráfico 20 - Composição etária das categorias de posição na família das domésticas e demais ocupações, Brasil Metropolitano, 2002-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

4.2 Resultados dos modelos estatísticos

A exploração descritiva dos dados mostrou uma regularidade no padrão etário das transições e uma mudança ao longo do período analisado em relação ao perfil das mulheres que ingressam ou saem da ocupação em questão. Entretanto, cabe agora analisar quais efeitos são predominantes na dinâmica do trabalho doméstico já que a análise descritiva não consegue isolar o efeito singular de cada fator contribuinte. Efeitos de ciclo de vida, da conjuntura e das mudanças geracionais são acrescidos dos efeitos de condição na família, região metropolitana, cor/raça e escolaridade que, além de servir como variáveis de controle, também entram como candidatas a variáveis determinantes na participação das mulheres nesse mercado de trabalho.

A discussão sobre qual seria o efeito predominante é central: o período é um marcador temporal que representa as mudanças na legislação assim como os movimentos de

crescimento e recessão econômica; a coorte é um indicador de mudanças profundas do comportamento em relação a essa ocupação e, por fim, o efeito idade que representa o ciclo de vida de cada indivíduo e o padrão de entrada e saída da ocupação ao longo da vida. A hipótese aqui levantada é a que considera que os efeitos de período sejam os mais relevantes, já que a ocupação passou por várias mudanças institucionais recentemente. Entretanto, o efeito de coorte também deve ser significativo na medida que melhorias educacionais e a possibilidade de mudanças de posturas e valores, inerentes de mudanças de coortes, trazem novas opções e oportunidades a mulheres que, por vários motivos, preferem ocupar-se em outro mercado.

Para encontrar resposta para essa questão analisa-se a qualidade do ajuste dos modelos estimados, ou seja, quanto a estimativa realizada se enquadra na realidade obtida nas observações. Para a seleção das variáveis são estimados uma sequência de modelos, começando do mais simples e adicionando conjuntos de variáveis para analisar, através da variação da qualidade do ajuste, a contribuição dessas variáveis para a determinação do modelo. A estratégia utilizada consiste em estimar primeiro um modelo nulo, com somente um termo de intercepto, seguindo do modelo contendo a categoria de origem e de destino de cada mulher, além de modelos contendo somente as variáveis do IPC. A partir dessa base de comparação, foram estimados modelos compostos, incluindo origem, destino e cada combinação dessas variáveis. A variação das estatísticas de ajuste indicará quais são as dimensões mais determinantes para as transições realizadas pelos indivíduos da amostra.

4.2.1 Variáveis de ciclo de vida, conjuntura e coorte

Na Tabela 21 estão apresentados os resultados dos ajustes dos modelos log lineares de transição envolvendo apenas idade, período e coorte, além da categoria origem e a destino. São apresentadas a razão de verossimilhança ou desvio em relação ao modelo saturado (G^2) e a diferença entre os desvios do modelo e o nulo (ΔG^2), que permite mensurar a importância da variável explicativa adicional. A razão entre essa diferença e a razão de verossimilhança do modelo nulo é o R^2 e indica em que medida o modelo se aproxima do modelo saturado; a inspeção desses valores indica o melhor modelo. Para buscar o modelo mais parcimonioso, inspeciona-se também os critérios BIC e AIC que fornecem uma estatística já ajustada para o tamanho da amostra.

Tabela 21 - Ajuste do modelo incluindo Idade (I), Período (P), Coorte (C), Origem (O) e Destino (D)

	G ²	ΔG ²	R ²	AIC	BIC
Nulo	142494.1			127102.7	127102.8
O + D	127229.6	15264.5	10.712%	4.153756	-678876
P	142425	69.1	0.048%	4.364408	-663748
O + D + P	127184.8	15309.2	10.744%	4.153246	-678876
O + D + P + I	127162.6	15331.5	10.759%	4.153242	-678775
O + D + P + C	127115.9	15378.2	10.792%	4.15265	-678800
O + D + P + I + C	127102.8	15391.3	10.801%	4.152773	-678690
I	142146.1	348.0	0.244%	4.360732	-663949
O + D + I	127207	15287.0	10.728%	4.153748	-678776
O + D + P + I	127162.6	15331.5	10.759%	4.153242	-678775
O + D + I + C	127133.4	15360.7	10.780%	4.153087	-678704
O + D + P + I + C	127102.8	15391.3	10.801%	4.152773	-678690
C	142220.9	273.2	0.192%	4.361826	-663851
O + D + C	127156.2	15337.9	10.764%	4.153098	-678804
O + D + I + C	127133.4	15360.7	10.780%	4.153087	-678704
O + D + P + C	127115.9	15378.2	10.792%	4.15265	-678800
O + D + P + I + C	127102.8	15391.3	10.801%	4.152773	-678690

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

De acordo com os resultados da Tabela 21, a dimensão coorte (Modelo O + D + C) apresenta o maior poder preditivo das transições ocupacionais entre as categorias analisadas, 10,76%. Depois dessa, a dimensão de período (Modelo O + D + P) é a que melhor explica as transições (10,74%) e por fim a idade (Modelo O + D + I) tem o menor poder de explicação. Os modelos com dois fatores explicam de 10,76 a 10,79 % da dispersão da tabela de contingência, e o que explica a maior quantidade entre esses é o Modelo O + D + P + C. O Modelo que inclui os três fatores é chamado independência condicional e explica 10,8% da variância da tabela de contingência.

Analisando os ajustes por meio do critério AIC, a coorte é novamente a dimensão que melhor capta individualmente as características das transições, seguida por período e, por último, idade. Da mesma forma, nos modelos bidimensionais, o maior poder preditivo segundo esse critério é o modelo que inclui coorte e período. O modelo com os três fatores também possui o maior poder preditivo segundo esse critério. O critério BIC confirma os resultados encontrados pelas estatísticas de ajuste anterior, com a exceção de que o melhor modelo, segundo esse critério, é o que inclui apenas período e coorte e não o de independência condicional.

Aspectos representados pelas coortes de nascimento se mostraram, assim, fundamentais para o entendimento da dinâmica de transição entre as categorias ocupacionais formadas. Como a variável de educação não foi incluída até esse momento, parte desse resultado pode ter origem em diferenças tanto em “qualidade” quanto em “quantidade” do ensino que foi ofertado às diferentes gerações que se encontram no mercado de trabalho no período analisado (OLIVEIRA, 2002). Além desse fator, destaca-se o papel importante de cada nova coorte de possibilitar a mudança advinda de novos valores, como por exemplo, o questionamento entre as mulheres se o benefício pessoal e financeiro de trabalhar como doméstica compensa os sacrifícios em relação ao trabalho decente e prestígio da ocupação.

É confirmada também a importância do período para se modelar as frequências de transição. No modelo em questão, como foi estabelecida uma classificação onde existe um grupo específico que passou por grandes mudanças institucionais, o das trabalhadoras domésticas, a relevância do marcador temporal abarca além dos níveis de crescimento econômico, também as mudanças na demanda dessa profissional devido aos novos encargos e modelos de trabalho.

Os ciclos econômicos de crescimento e retração afetam a demanda por trabalho, os níveis de exigência dos empregadores (DEX; BUKODI, 2013) e têm efeitos também na decisão de ofertar ou não trabalho e no salário de reserva. Percebe-se que há uma queda no número de trabalhadoras domésticas a partir de 2009, o que coincidiu com a crise econômica que atingiu o Brasil nesse ano, indicando, assim, um fenômeno com raízes na demanda. Entretanto, a recuperação da economia em 2010 não foi acompanhada pelo mesmo fenômeno nas taxas de trabalho doméstico o que, pode-se especular, ocorreu devido à insuficiência da oferta desse trabalho. Segundo Pinheiro (2016), a demanda pelo serviço prestado por essas mulheres é bem estável e a queda no número de trabalhadoras domésticas se dá mais por fatores de oferta, principalmente entre as mulheres mais jovens, que devido à estigmatização e baixos níveis de rendimento, preferem entrar no mercado de trabalho em outras ocupações, ou até mesmo permanecer desocupadas a trabalharem como domésticas. Resultado semelhante também foi encontrado por Leone e Baltar (2010), que verificaram que no período de crescimento econômico estudado o mercado absorveu menos trabalhadoras domésticas jovens.

A principal mudança institucional é a Emenda Constitucional 72, aprovada em 2013, mas cujas principais mudanças só entraram em vigor depois da aprovação da lei complementar que

regulamenta a medida em 2015, conhecida como PEC das domésticas. Essa emenda à constituição reduziu a existência de exceções na concessão de direitos aos trabalhadores domésticos; aumentou assim o custo para o empregador e foi fator também de estabelecimento de padrões decentes de trabalho nessa ocupação. A análise descritiva dos dados mostrou que depois de anunciada essa mudança, em 2013, houve uma queda no número total de empregadas domésticas, principalmente as que permaneceram na ocupação, o que demonstra que o efeito de retração na demanda por esse trabalhador foi maior do que um possível efeito que aumento da oferta. Entretanto, no último ano incluído no modelo, 2014 a medida não tinha entrado plenamente em vigor e só se pode avaliar o impacto da expectativa de mudanças causada pela emenda. O resultado encontrado por Souza e Domingues (2014) de que a demanda por esse trabalhador é consideravelmente elástica indica que essa redução no número de trabalhadoras domésticas está mais relacionada ao movimento de redução que já estava em curso, originada por fatores geracionais, do que efeito dessa mudança.

Além disso, contribuindo também para mudanças nos níveis de trabalho decente, a Lei nº11.324/2006 foi uma mudança ambiental que refletiu na variável de período já que instaurou uma política de incentivos para o empregador contribuir à previdência por meio de isenções fiscais. Esse ano foi o de maior frequência do trabalho doméstico, mas não é observado um padrão contínuo de aumento da participação de mulheres nesse mercado. Ainda, Theodoro e Scorzafave (2011) e Madalozzo e Bortoluzzo (2011) não encontram impactos relevantes dessa medida na formalização das empregadas domésticas. Ou seja, não se pode atribuir a essa medida a grande influência do marcador temporal nas transições entre categorias ocupacionais.

É importante ressaltar também que a categoria das domésticas utilizada inclui as que atuam como diaristas e mensalistas, e não consegue captar as mudanças esses grupos. Tanto fatores demográficos, como a redução das famílias (MARQUES; COSTA, 2013), como o aumento do custo do trabalhador devido à expectativa causada pela nova legislação causaram um aumento da demanda por essa modalidade de serviço. De fato, como apontado pelo estudo do Dieese (2013), vem havendo nos últimos anos um aumento do serviço das diaristas. Dessa forma, essa mudança na modalidade desse trabalho não está sendo captada pelo modelo.

Por último, mas também significativa, a variável que representa a idade das mulheres capta os movimentos de entrada e saída do mercado de trabalho devido a aposentadoria, término dos estudos ou maternidade, mas também representa as movimentações entre ocupações que

ocorreram por maior maturidade e acumulação de capital via experiência. Até mesmo a decisão do momento de realizar a transição para a inatividade varia com a categoria sociocupacional da mulher já que existem diferentes padrões de acúmulos de renda entre essas, assim como distintos salários reserva (REIS; GONZAGA, 2006).

A média de idade das domésticas em 2002 era 38 anos e em 2014, 42 anos, ou seja, houve uma elevação na média de idade assim como o encontrado por Autor e Dorn (2009) nas ocupações que estão ficando obsoletas ou “ficando velhas”. É importante ressaltar que houve um aumento da média de idade das mulheres em toda a amostra, mas o aumento identificado é maior nas domésticas já que as mulheres da amostra tinham em média 38 anos em 2002 e 39 em 2014. Além da tendência generalizada de maior expectativa de vida e assim, aposentadoria cada vez mais tarde, o aumento da média etária no emprego doméstico ocorre porque mulheres que estão nessa ocupação possuem habilidades específicas a ela, o que torna mais custoso mudar de ocupação e, à medida que essa vai se tornando menos atrativa ou obsoleta, menos trabalhadores jovens entrando no mercado de trabalho vão ser atraídos a ela. Assim, como enunciado pelos autores, “*occupations will ‘get old’ as their employment declines- that is, the mean age of an occupation’s work force will rise*”⁶. Esse perfil etário diferenciado em um dos grupos sociocupacionais formados faz com que a variável de idade seja importante para a modelagem das frequências.

É importante ressaltar que existe uma interdependência entre esses efeitos, por exemplo, que a mudança na legislação não afetou as mulheres de diferentes fases do ciclo de vida da mesma forma, assim como a idade não tem o mesmo efeito em mulheres de gerações diferentes, criadas sobre diferentes valores. Ou seja, a interseccionalidade característica dessa ocupação é comprovada pela comparação de ajuste dos modelos, já que realmente o melhor ajuste é o do modelo incluindo todas as características, mesmo considerando a penalidade da redução dos graus de liberdade.

4.2.2 Demais características: escolaridade, raça/cor, região metropolitana, condição na família

Além desses marcadores temporais, geracionais e de idade, outras características do indivíduo são determinantes na determinação das transições ocupacionais. Considerando a existência da

⁶ “Ocupações ficarão velhas à medida que menos pessoas foram sendo empregadas – ou seja, a média de idade da força de trabalho dessa ocupação irá aumentar” (tradução nossa).

classificação de doméstica na tabela, a característica mais imediata dessa ocupação é o gênero, entretanto, ele não precisa ser incluído, pois foram incluídas apenas mulheres na amostra. As estatísticas de ajuste dos modelos que incluem as demais variáveis (região metropolitana, cor/raça, condição na família, anos de estudo) são apresentadas na tabela 22. Individualmente, a condição na família é a variável desse grupo que explica maior parte da dispersão da tabela de contingência, 14,96%, seguido de cor/raça, 14,65%. As estatísticas AIC e BIC confirmam esse resultado e também apontam a variável região metropolitana como a que, individualmente, menos é responsável por explicar a distribuição das frequências nas transições entre ocupações.

Percebe-se como as decisões de entrada e saída do mercado de trabalho, além das transições entre ocupações, sofrem influência da composição das famílias, mais especificamente da posição que esse indivíduo ocupa nessas. Como foi apresentado no gráfico 20, as domésticas constituem o grupo formado por maior proporção de mulheres como principais na família, apontando assim para o surgimento de uma grande instabilidade no domicílio quando essa profissional realiza a transição ocupacional, já que sem o capital humano intrínseco àquele ofício sua posição pode ser mais vulnerável do que na ocupação anterior. Ou seja, o padrão encontrado de composição familiar das domésticas combinado à importância da condição na família para modelar as frequências das transições sugere uma rigidez ocupacional maior para essa ocupação devido aos custos da mobilidade ocupacional.

Com importância semelhante à condição na família está a cor/raça, ou seja, a cor da mulher se mostra uma característica muito importante para explicar seu padrão de distribuição e mobilidade entre as categorias sociocupacionais construídas. Esse é um resultado que expressa a já encontrada segmentação no mercado de trabalho em relação a essa característica (PHANG, 1995). A categoria das domésticas é constituída por aproximadamente 65% de mulheres negras e pardas, mais de 20 pontos percentuais a mais do que a participação dessa raça nas ocupações superiores, que é 43,5%, sendo que a proporção de negras e pardas na amostra é 55%, ou seja, há uma desigual distribuição das mulheres negras e brancas entre as categorias ocupacionais.

Além da já citada divisão sexual do trabalho, a importância da dimensão de raça na determinação das frequências de transição entre as classes ocupacionais construídas reforça a existência da divisão racial do trabalho. Essa associação entre raça e trabalho é um resquício

da escravidão que existiu na formação do nosso país e que associa mulheres negras a trabalhos com menor prestígio (BYELOVA, 2014).

Com menor poder preditivo das frequências de alocação e transição entre as categorias, não são encontradas diferenças determinantes nos padrões transacionais específicos das regiões metropolitanas incluídas na análise, assim como dos diferentes grupos educacionais. A baixa influência de fatores locais específicos de cada região pode ser justificada pela restrição do universo analisado à apenas áreas urbanas das regiões metropolitanas. Assim, restringiu-se a diversidade das condições de influência do espaço nas decisões ocupacionais.

A escolaridade também exerce baixo poder de explicar as frequências de transição entre as categorias ocupacionais. Como a análise da influência de cada categoria nas transições está vinculada à ocupação de origem de cada indivíduo, essa variável já capta grande parte do efeito da escolaridade na alocação na ocupação inicial, restando baixo poder de explicação para a variável escolaridade nas transições. Ou seja, o efeito incremental nas transições da educação da mulher é baixo.

Analisando as variáveis adicionais combinadas duas a duas, as variáveis que são destaque individualmente também representam a maior parte da dispersão combinada apontando que não há redundância de informações entre essas características; cor/raça e condição na família são responsáveis juntos por 18,86%. Adicionando as demais dimensões, grupos de anos de estudo e a *dummy* de região metropolitana, esse poder explicativo aumenta para 21,69%.

Também são estimados modelos com essas variáveis adicionais incluindo as características consideradas inicialmente, idade, período e coorte. Quando combinada com cada uma dessas variáveis, a condição na família é ainda a principal variável adicional, seguida de raça/cor. Entre os modelos que combinam essas variáveis com cada uma das que formam o IPC há uma mudança na ordem de poder de explicação das frequências já que, apesar de a idade ainda ser a variável menos explicativa, agora o modelo que inclui o período é o melhor e não mais o de coorte. Isso indica que algumas características que estavam sendo captadas pela variável que representa as gerações agora estão explicitadas pelas demais variáveis que foram acrescentadas.

Tabela 22 - Ajuste do modelo incluindo Região Metropolitana (RM), Raça/Cor, Grupo de Anos de Estudo (Granest) e Condição na Família (Condfam), além de Idade, Período e Coorte

	G ²	ΔG^2	R ²	AIC	BIC
Nulo	142494.1			4.365255	127102.8
O + D	127229.6	15264.5	10.712%	4.153756	-678876
O + D + RM	124916.2	17577.88	12.34%	4.121799	-681134
O + D + Cor	121614.8	20879.26	14.65%	4.075912	-684469
O + D + Condfam	121183.7	21310.35	14.96%	4.069959	-684888
O + D + Granest	124887.2	17606.9	12.36%	4.121368	-681174
O + D + RM + Condfam	119162.7	23331.37	16.37%	4.042059	-686854
O + D + Cor + Condfam	115625	26869.08	18.86%	3.992894	-690425
O + D + RM + Cor	120209.9	22284.22	15.64%	4.056559	-685818
O + D + RM + Granest	122403.3	20090.73	14.10%	4.087047	-683602
O + D + Granest + Condfam	118432.1	24062	16.89%	4.031894	-687595
O + D + Cor + Granest	119287	23207.02	16.29%	4.043728	-686752
O + D + RM + Cor + Granest + Confam	111586.9	30907.18	21.69%	3.93712	-694362
O + D + I + RM	124896.4	17597.69	12.35%	4.121829	-681030
O + D + I + Cor	121596.6	20897.44	14.67%	4.075965	-684364
O + D + I + Condfam	121146.2	21347.83	14.98%	4.069745	-684803
O + D + I + Granest	124798.1	17695.95	12.42%	4.120438	-681140
O + D + I + RM + Cor	120191.5	22302.52	15.65%	4.05661	-685713
O + D + I + RM + Condfam	119126.9	23367.15	16.40%	4.041868	-686766
O + D + I + RM + Granest	122319.9	20174.19	14.16%	4.086194	-683562
O + D + I + Condfam + Cor	115587.5	26906.56	18.88%	3.992679	-690339
O + D + I + Condfam + Granest	118392.7	24101.33	16.91%	4.031654	-687512
O + D + I + Cor + Granest	119217.2	23276.89	16.34%	4.043064	-686698
O + D + I + RM + Condfam + Cor + Granest	111558.6	30935.42	21.71%	3.937033	-694267
O + D + P + RM	124875.4	17618.72	12.36%	4.121343	-681130
O + D + P + Cor	121532.8	20961.27	14.71%	4.074886	-684506
O + D + P + Condfam	121093.1	21400.94	15.02%	4.068813	-684934
O + D + P + Granest	124853.3	17640.81	12.38%	4.121009	-681163
O + D + P + RM + Cor	120132.9	22361.17	15.69%	4.055602	-685850
O + D + P + RM + Condfam	119073.5	23420.56	16.44%	4.040932	-686898
O + D + P + RM + Granest	122376.9	20117.22	14.12%	4.08679	-683584
O + D + P + Condfam + Cor	115470.5	27023.58	18.96%	3.990861	-690535
O + D + P + Condfam + Granest	118388	24106.12	16.92%	4.031393	-687595
O + D + P + Cor + Granest	119240	23254.08	16.32%	4.043186	-686754
O + D + P + RM + Condfam + Cor + Granest	111510	30984.04	21.74%	3.936164	-694394
O + D + C + RM	124841.8	17652.29	12.39%	4.121127	-681063
O + D + C + Cor	121537.8	20956.26	14.71%	4.075205	-684400

(continuação)

	G ²	ΔG ²	R ²	AIC	BIC
O + D + C + Condfam	121088	21406.1	15.02%	4.068992	-684839
O + D + C + Granest	124747.1	17746.93	12.45%	4.119786	-681168
O + D + C + RM + Cor	120130.8	22363.29	15.69%	4.055823	-685751
O + D + C + RM + Condfam	119061.6	23432.45	16.44%	4.041017	-686809
O + D + C + RM + Granest	122268.4	20225.69	14.19%	4.085535	-683591
O + D + C + Condfam + Cor	115497.3	26996.72	18.95%	3.991484	-690407
O + D + C + Condfam + Granest	118366.9	24127.22	16.93%	4.03135	-687515
O + D + C + Cor + Granest	119179.9	23314.18	16.36%	4.042602	-686713
O + D + C + RM + Condfam + Cor + Granest	111515.8	30978.27	21.74%	3.936494	-694288
O + D + P + C + RM + Condfam + Cor + Granest	111454.4	31039.7	21.78%	3.935753	-694305
O + D + I + C + RM + Condfam + Cor + Granest	111455.1	31038.98	21.78%	3.935957	-694226
O + D + I + P + RM + Condfam + Cor + Granest	111483.5	31010.54	21.76%	3.936102	-694298
O + D + I + P + C + RM + Condfam + Cor + Granest	111421.5	31072.53	21.81%	3.935602	-694214

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

A hipótese inicial é que os efeitos de coorte sejam redundantes com os efeitos captados pela escolaridade, já que a diferença na qualidade recebida ao longo das gerações de indivíduos é um efeito de coorte, como já foi mencionado (OLIVEIRA, 2002). Entretanto, não é isso que se encontra, pois ao se comparar os modelos [O + D + P + Granest] e [O + D + C + Granest], percebe-se que o modelo que inclui coorte é ainda o melhor, ou seja, não é na variável de educação acrescentada que está a parte da coorte que agora foi explicitada por outra variável. Explicações alternativas para esse resultado podem ser levantadas; inicialmente pode-se propor que a educação não tenha mudado ao longo das coortes, ou que essa mudança não tenha influenciado as decisões de inserção e mobilidade ocupacional das mulheres. Uma outra justificativa que se parece mais realista reside no fato da variável que representa a educação dos indivíduos ser uma variável quantitativa, indicando qual o grupo de estudo mais alto que se completou, e não substituir as informações sobre as diferentes qualidades educacionais apresentadas às subsequentes coortes de nascimento.

Utilizando esse mesmo mecanismo de comparação de modelos percebe-se que as variáveis responsáveis por essa mudança são cor/raça e condição no domicílio. Ou seja, ocorreram mudanças no efeito de ser uma mulher negra e no efeito de estar em determinada posição no

domicílio na alocação entre as categorias ocupacionais ao longo das gerações consideradas. Não se pode dizer, no caso da raça/cor que houve uma redução na discriminação ocupacional sofrida pelas mulheres negras, porque esse modelo não considera algumas características das mulheres que podem ter sido alteradas ao longo dessas coortes, ou seja, não separa o efeito composição da discriminação. Apenas se pode dizer que exista uma menor segregação ocupacional à medida que surgem novas gerações já que parte do efeito de coorte na mobilidade e inserção ocupacional está captado pela variável de cor/raça.

Em relação à posição na estrutura familiar, pode-se concluir que os papéis da mulher influenciam de maneira diferente a inserção dessas no mercado de trabalho ao longo das coortes. Já se esperava que houvesse uma influência de ser cônjuge, filha ou chefe de família na decisão de ofertar ou não trabalho e ainda na ocupação escolhida e no salário reserva; entretanto o que se pôde observar é que além de existir ela é diferente ao longo das coortes de nascimento. Esse resultado se mantém quando se estima os modelos com as variáveis adicionais incluídas duas a duas: o maior R^2 encontrado foi 18,96%, no modelo de período, condição na família e cor/raça.

Modelos que combinam os componentes do IPC dois a dois adicionados a essas variáveis extras apontam uma redução na diferença explicativa entre idade e as demais variáveis. Segundo o critério de AIC o modelo completo é o melhor, mas segundo o modelo BIC o modelo que inclui apenas período e coorte apresenta mais poder de predição, considerando os sacrifícios de graus de liberdade.

É importante ressaltar que, até aqui, as variáveis incluídas ajudaram a explicar todas as transições realizadas pelas mulheres, incluindo as que não estão relacionadas ao trabalho doméstico. Os próximos modelos incluem um desenho topológico que diferencia as caselas da matriz de transição, permitindo que se inicie a análise específica dos movimentos das mulheres no serviço doméstico remunerado.

4.2.3 Modelos topológicos

Os resultados dos modelos topológicos, descritos na metodologia, são apresentados na tabela 23. O primeiro modelo é o de independência, que considera não haver diferenças nas probabilidades de cada destino em relação à origem e, assim, os destinos dos indivíduos sofrem influência apenas das distribuições marginais. Os resultados desse modelo, também

conhecido como mobilidade perfeita, incluindo apenas as variáveis de idade, período e coorte e adicionando as demais já foram apresentados na Tabela 20 e Tabela 21, já que os modelos apresentados até agora assumiram essa premissa de independência.

Tabela 23 - Ajuste de modelos topológicos incluindo Idade, Período e Coorte, e, além dessas, Região Metropolitana, Raça/Cor, Grupo de Anos de Estudo e Condição na Família

Variáveis Incluídas	Modelo	G ²	ΔG ²	R ²	AIC	BIC
O + D + P + I + C	1	127102.7	15391.4	10.80%	4.153	-678689.0
	2	104098.3	38395.7	26.95%	3.834	-701683.0
	3	104095.6	38398.5	26.95%	3.834	-701674.5
	4	103437.4	39056.6	27.41%	3.825	-702299.2
	5	103711.2	38782.9	27.22%	3.828	-702025.4
	6	103189.2	39304.8	27.58%	3.821	-702536.2
	7	103739.1	38755.0	27.20%	3.829	-701986.4
	8	103737.9	38756.2	27.20%	3.829	-701976.4
	9	103657.7	38836.4	27.25%	3.828	-702045.4
	10	103012.2	39481.9	27.71%	3.819	-702646.1
	11	103110.6	39383.5	27.64%	3.820	-702581.3
	12	103031.8	39462.3	27.69%	3.819	-702648.9
O + D + P + I + C + RM + CondFam + Cor + Granest	1	111421.5	31072.5	21.81%	3.936	-694214.4
	2	81863.6	60630.5	42.55%	3.526	-723761.2
	3	81860.4	60633.7	42.55%	3.526	-723753.2
	4	80907.7	61586.4	43.22%	3.512	-724672.3
	5	81282.2	61211.8	42.96%	3.518	-724297.8
	6	80543.4	61950.7	43.48%	3.507	-725025.4
	7	81337.7	61156.4	42.92%	3.518	-724231.2
	8	81336.5	61157.6	42.92%	3.518	-724221.2
	9	81229.4	61264.7	42.99%	3.517	-724317.1
	10	80300.1	62194.0	43.65%	3.504	-725201.6
	11	80428.9	62065.1	43.56%	3.506	-725106.3
	12	80323.6	62170.4	43.63%	3.504	-725200.4

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

O modelo 2 diferencia a imobilidade da mobilidade ao dar pesos diferentes para indivíduos que permaneceram na mesma categoria em relação aos indivíduos realizaram transições. Se percebe uma melhora considerável do ajuste entre o modelo 1 e 2, incluindo apenas as variáveis IPC ou todas as variáveis, em qualquer estatística de ajuste. Ou seja, há indícios de padrões nitidamente diferenciados para mobilidade e imobilidade.

Além de diferenciar mobilidade da imobilidade, o modelo 3 diferencia a mobilidade ascendente da descendente, isso assumindo a seguinte ordem de hierarquia entre as categorias: ocupadas superior, intermediária, manual, doméstica, desempregada e inativa. Não se

identifica uma melhora no ajuste desse modelo em relação ao modelo mobilidade/imobilidade, ou seja, não existe um padrão que separe a mobilidade ascendente da descendente, ou essa ordenação que foi assumida não é a verdadeira. A justificativa para esse resultado pode ser também uma combinação dessas duas hipóteses já que não existe um sentido teórico para enquadrar as classificações de inativa e desocupadas na base da hierarquia entre as ocupações já que as mulheres nessas condições formam um grupo com características específicas e não se pode determinar um padrão de hierarquia entre estes estados e as ocupadas. Por outro lado, um padrão que separe as mobilidades descendentes e ascendentes pode não ser uma boa maneira de representar essas transições porque o ganho no poder preditivo representado pelo menor valor no G^2 em relação ao modelo que não separa não é compensado pelo acréscimo de uma variável.

Outra possibilidade de diferenciação das transições é pela “distância” percorrida na transição, assumindo a mesma ordem do modelo anterior e que distâncias iguais se comportam da mesma forma, seja numa mudança para cima na hierarquia, seja para baixo. Transições com distâncias de uma unidade são movimentos para classes vizinhas como, por exemplo, uma transição de uma ocupação manual para uma intermediária; a distância de duas unidades seria “saltando” uma casela, como de uma ocupação manual para uma superior, e assim por diante. Esse modelo (4) apresentou melhor ajuste do que os anteriores e se mostrou melhor em explicar as transições do que o critério de descendente/ascendente. Assim, o fato desse modelo ter apresentado melhores estatísticas de ajuste em relação aos anteriores é um indício de que pelo menos parte da hierarquia proposta entre as classes ocupacionais representa melhor a frequência de transições encontradas na realidade.

O modelo 5 também é construído com base nas distâncias entre as ocupações, mas considera separadamente tanto os movimentos destinados e originados na desocupação quanto os movimentos que envolvem a inatividade, para testar a suspeita que essas duas categorias não se enquadram na hierarquia proposta. A hipótese de que os padrões de mobilidade dentro das categorias ocupacionais e entre essas e as demais condições de atividades sejam distintos não é confirmada, já que esse modelo não apresentou melhor ajuste do que o anterior. Outra hipótese é de que os movimentos em relação à inatividade e desocupação sejam de fato diferentes das transições entre ocupações, mas o desenho da relação não seja o proposto, que cria duas tipologias de movimentos para essas categorias: uma originando e destinando da

inatividade para qualquer outro grupo ocupacional e outra originando e destinando da desocupação.

O modelo 6 é construído sob a premissa de que a fixação ou imobilidade é diferente em cada categoria analisada. Ele diferencia mobilidade da imobilidade de cada uma das categorias e, assim, deve ser comparado com o modelo 2. A comparação entre os ajustes encontrados no modelo 6 e no modelo 2 dá indícios de que a imobilidade seja de fato diferente entre os grupos ocupacionais e condições de atividade.

Voltando na investigação do padrão de mobilidade envolvendo desocupação e inatividade, o modelo 7 testa uma nova conformação: as transições entre desemprego/inatividade e as ocupações superiores e intermediárias são consideradas homogêneas, assim como as transições das ocupações manuais e domésticas e a inatividade e desocupação. Em relação ao modelo 4, essa opção se mostra menos adequada ao analisar as estatísticas dos modelos. Ou seja, também não foram encontrados melhores resultados em uma nova tentativa de encontrar padrões que eliminem da ordenação hierárquica proposta os grupos de mulheres não ocupadas indicando que esses grupos estão sim na hierarquia apresentada, ou necessita-se outra conformação para modelar o comportamento.

Diferenciar os movimentos da inatividade para a desocupação e o movimento contrário pode ser importante já que pode existir uma parte de desemprego que está oculto pelo desalento. O modelo 7 é modificado ao diferenciar esse movimento, dando origem ao modelo 8. Comparando os resultados encontrados ao ajustar o modelo, percebe-se que essa não é uma boa estratégia já que, apesar da queda da estatística do desvio (G^2) ao incluir essa diferenciação, ao analisarmos as estatísticas que já ponderam pelos graus de liberdade, BIC e AIC, o modelo escolhido é o 7.

Ainda sobre a questão de incluir as categorias de desocupadas e inativas na hierarquia das classes ocupacionais, mais um modelo é estimado: considera-se que cada ocupação se comporta de maneira única nas transições para desocupação e inatividade, e da mesma maneira originando-se ou destinando-se para essas situações. Esse é o modelo 9, que apresenta melhor ajuste, comparado ao melhor modelo até agora (modelo 4). Ou seja, a hipótese de que desocupação e inatividade não se enquadram nessa hierarquia sociocupacional não estava errada, mas os desenhos alternativos propostos que não captavam melhor a dinâmica de transições.

Os modelos 10, 11 e 12 são derivados respectivamente dos modelos 9, 5 e 4, mas diferenciando-se as imobilidades, já que o modelo 6 indicou que existe essa diferenciação. O modelo 10 é o que apresenta melhores estatísticas de ajuste pelos critérios AIC e BIC entre todos os modelos estimados. Esse modelo, que está apresentado no quadro 4, apresenta um coeficiente para cada imobilidade e diferencia as transições dentro das ocupações pela “distância” percorrida, assumindo uma ordenação na classificação estabelecida e considera que as transições para inatividade/desocupação de cada ocupação apresentam características próprias.

Quadro 6 - Desenho topológico escolhido (Modelo 10)

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
Sup	8	1	2	3	7	7
Med	1	9	1	2	6	6
Man	2	1	10	1	5	5
Dom	3	2	1	11	4	4
Des	7	6	5	4	12	1
Ina	7	6	5	4	1	13

Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, a escolha desse modelo topológico como melhor entre os testados permite que algumas conclusões sejam obtidas; em primeiro lugar não foram encontradas razões para se refutar a validade da classificação ocupacional adotada, podendo-se dizer então que existe sim essa segregação entre ocupações superiores, intermediárias e manuais, e ainda entre essas e o emprego doméstico. A entrada e saída para desocupação e inatividade é mais bem modelada quando se considera cada uma dessas classes ocupacionais individualmente, apontando para uma diferenciação também na decisão de ofertar o emprego e na facilidade de obtê-lo quando é decidido realizar essa oferta. Além disso, as transições do emprego doméstico para o emprego manual não apresentam o mesmo comportamento do que do doméstico para o mediano, idem para o superior. Esses resultados são encontrados no modelo onde já estão incluídas as características individuais e as que controlam para ciclo de vida, conjuntura e geração.

É importante destacar que o modelo escolhido apresenta melhor ajuste, segundo o critério BIC, ainda em relação ao modelo saturado na origem e destino. A tabela 24 apresenta o resultado dos modelos estimados saturando as transições, ou seja, considerando separadamente cada destino de cada uma das origens. O modelo mais completo, incluindo todas as variáveis, apresenta ajuste pior do que o modelo topológico escolhido segundo esse critério devido a penalização sofrida pela perda dos graus de liberdade já que o modelo

escolhido apresenta 13 categorias de diferenciação enquanto o saturado apresenta 36 (já que são seis categorias de origem e seis categorias de destino). Isso ocorre porque, sempre que adicionamos um termo há uma melhora no poder explicativo e, assim, o que se deve buscar é um modelo que seja ao mesmo tempo parcimonioso e que proporcione uma grande explicação das frequências observadas.

Tabela 24 – Ajuste de modelos saturados na origem e destino

	G ²	ΔG ²	R ²	AIC	BIC
Nulo	142494.1			4.36525	127102.8
OxD	103153.6	39340.43	27,60%	3.82042	-702673
OxD + P + I + C	102997.9	39496.13	38,29%	3.81900	-702515
OxD + I + P + C + RM + Condfam + Cor + Granest	80275.17	62218.9	60,40%	3.50417	-725081

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Os coeficientes do modelo topológico escolhido, modelo 10, são apresentados na tabela 25. Os coeficientes de associação são significativos, com exceção do coeficiente de mobilidade ocupação doméstica e desocupação/inatividade, e a análise desses coeficientes pode trazer informações sobre a mobilidade ocupacional das mulheres nesse período.

Tabela 25 – Coeficientes estimados para o modelo escolhido

	Coeficientes	Std. Err.	P>z
1 Diagonal 2	-	-	-
2 Diagonal 3	-0.153	0.022	0.000
3 Diagonal 4	-0.150	0.088	0.086
7 Ocupada sup. - Inatividade / Desemprego	-0.219	0.025	0.000
6 Ocupada med. - Inatividade / Desemprego	-0.130	0.018	0.000
5 Ocupada man. - Inatividade / Desemprego	0.062	0.019	0.001
4 Doméstica - Inatividade / Desemprego	-0.042	0.030	0.166
8 Imobilidade superior	1.025	0.033	0.000
9 Imobilidade intermediária	0.798	0.027	0.000
10 Imobilidade manual	0.820	0.028	0.000
11 Imobilidade doméstica	0.589	0.052	0.000
12 Imobilidade desemprego	0.074	0.032	0.022
13 Imobilidade inativa	1.195	0.021	0.000

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Analisa-se primeiramente os coeficientes da diagonal que representam os diferentes padrões de imobilidade. Os coeficientes da imobilidade das ocupadas em ocupações manuais, intermediárias e domésticas e entre desocupadas são menores que a unidade, podendo-se falar em “déficits” na frequência dessas imobilidades em comparação à referência, que é a diagonal

2 que representa mobilidade com uma casela de distância. Dentre esses, a maior diferença na frequência é o da desocupação, o que se justifica já que a desocupação é uma situação transitória, quando há ativamente a tentativa de se enquadrar em alguma ocupação.

Segunda menor frequência relativa na imobilidade é encontrada nas ocupações domésticas, seguido das intermediárias e das superiores. Assim, essa diferença de 41% em relação à mobilidade para uma posição vizinha encontrado na no emprego doméstico representa que entre as categorias ocupacionais criadas essa é a com maior mobilidade. Entretanto, as tabelas presentes na análise descritiva mostram padrão forte de imobilidade já que em dois anos essa ocupação foi a com maior imobilidade, também em dois anos foi a segunda categoria e nunca ocupou a posição de menor imobilidade. Saito e Souza (2008) também descrevem uma armadilha da ocupação, sugerindo grande imobilidade nessa ocupação. Esses resultados aparentemente contraditórios podem ser justificados pela influência das demais variáveis já que, ao adicionar as características das mulheres ao modelo, esse filtro topológico acrescentado capta apenas as características da ocupação, controladas pelas demais.

Assim, há um viés de mobilidade no emprego doméstico, seja para outras ocupações, seja para inatividade ou desemprego que é contrabalanceado pelo perfil das trabalhadoras dessa ocupação. Essa grande mobilidade encontrada intrínseca ao serviço doméstico remunerado vai de encontro à desproteção dessa profissional, promovida pela desvalorização e desregulação, que desincentiva a continuação nessa ocupação. Ou seja, além de não atrair mulheres trabalhando em outras ocupações ou fora do mercado de trabalho, essa ocupação também funciona como uma “alavanca” para outras profissões, já que quando têm outra oportunidade as mulheres preferem deixar de ser doméstica.

Ocupadas superiores e inativas apresentam “superávit” na frequência de imobilidade, em relação à categoria referência, indicando uma menor frequência de movimentos descendentes e também uma maior fixação da escolha em não participar da População Economicamente Ativa. Assim, pode-se identificar um padrão onde quanto maior a posição na hierarquia ocupacional, mais frequente é a imobilidade.

Em relação às diagonais, como esperado, são menores as frequências encontradas nas diagonais 3 e 4, em relação à categoria referência. Entretanto essa diferença é similar nos dois casos, não apresentando distinção quando se move duas caselas ou três, ou seja, quando se transiciona saltando uma categoria ou duas.

Por fim, analisando as transições originárias e destinando-se à desocupação e inatividade, a maior diferença negativa de frequência é encontrada nas transições das ocupações superiores indicando que a ocorrência de indivíduos que se sai da desocupação/inatividade para ocupações superiores ou que se faz o caminho inverso é menor do que a categoria referência e menor ainda do que essa transição envolvendo as demais ocupações. Esse valor é, inclusive, o menor encontrado para os coeficientes do modelo topológico. A segunda maior diferença de frequência foi das ocupações intermediárias, seguidas das manuais. Mais uma vez se encontra uma hierarquia relacionando as transições e os tipos de ocupações.

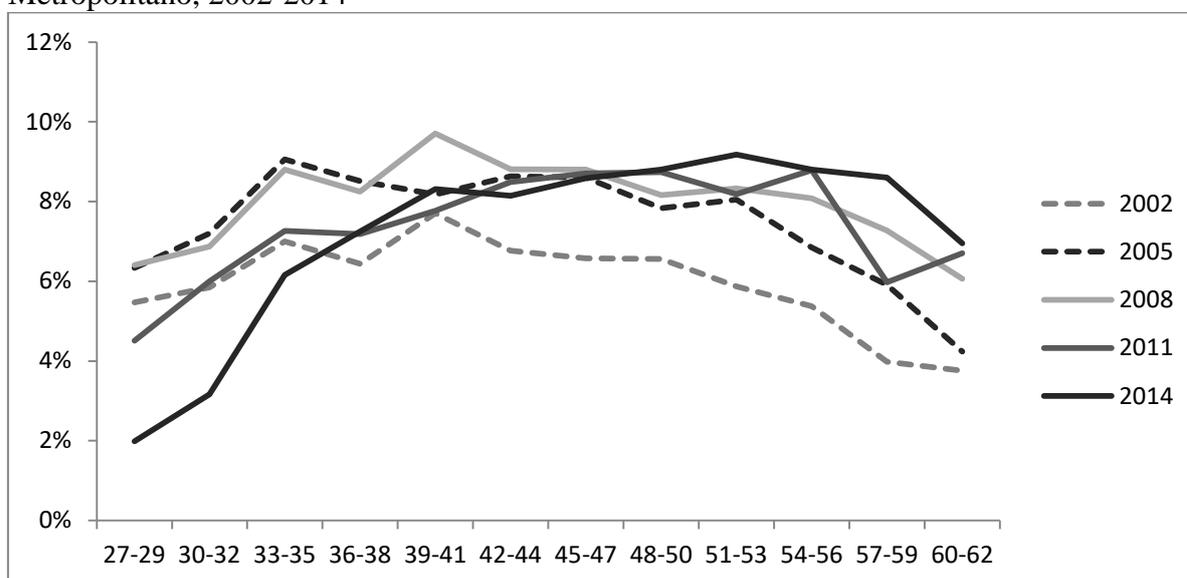
O coeficiente que representa a transição das domésticas de/para desocupação e inatividade não foi significativo à 90%. A característica de transitoriedade do serviço doméstico, servindo de porta de entrada no mercado de trabalho para muitas mulheres é uma justificativa para esse resultado.

4.2.4 Probabilidades preditas

Por fim, são analisadas tabelas de probabilidades preditas de origem e destino condicionais, segundo algumas características selecionadas. Essas probabilidades são obtidas mantendo as demais características fixas nas médias.

O gráfico 21 traz a probabilidade de estar ocupada como doméstica de acordo com a faixa etária, ao longo dos anos. A partir de 2008, há uma redução na probabilidade de inserção nessa ocupação dos três grupos mais jovens incluídos no modelo, ao mesmo tempo em que se eleva a probabilidade de inserção das mais idosas nessa ocupação. Ou seja, o envelhecimento dessa ocupação, encontrado nas estatísticas descritivas ocorre também porque as mulheres mais jovens não estão realizando transições para essa ocupação. A maior colocação das mais velhas nessa profissão vai de encontro ao maior período de atividade profissional durante o ciclo de vida das mulheres, já que as mulheres demoram cada vez mais para realizar a transição para a inatividade.

Gráfico 21 - Probabilidade de estar ocupada como empregada doméstica por grupos etários, ao longo do tempo, controlando para as demais características individuais, Brasil Metropolitano, 2002-2014



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Apresenta-se as probabilidades de pertencer também às demais categorias ocupacionais, considerando apenas a primeira observação de cada mulher, dos grupos etários extremos. Entre as mais idosas, a probabilidade de ser doméstica foi crescente ao longo do período analisado, quase dobrando de 2002 (3,9%) a 2014 (7,8%). A probabilidade de estar empregada nas demais ocupações também apresentou uma tendência de crescimento, porém não tão expressiva quanto a das domésticas. A grande mudança que contrabalanceou a maior ocupação de mulheres idosas ao longo do tempo foi a menor saída para a inatividade, já que em 2002, considerando todas as demais características, a probabilidade predita de estar inativa se a mulher tinha mais de 54 anos de idade era 54% e em 2014 esse valor era 45%. Ou seja, a hipótese levantada ao se analisar o gráfico anterior se confirma, de que a maior participação das mulheres mais velhas nessa ocupação se dá pela saída mais tardia para a aposentadoria. Esse fenômeno, entretanto, é mais contundente nessa ocupação do que nos demais grupos ocupacionais construídos.

Em relação às mais jovens, as únicas tendências consistentes ao longo do período analisado foram uma probabilidade crescente de estar ocupadas nas categorias superiores e intermediárias. Em comparação com o grupo de mais velhas, a probabilidade de ser doméstica é sempre menor para as mais jovens, mesmo se analisando apenas a parte não inativa da amostra. Apesar de ter crescido do primeiro período analisado para o segundo, houve uma redução ao longo dos anos da probabilidade de as mulheres de até 26 anos estarem ocupadas

como domésticas. A inatividade oscilou, mas iniciou e terminou o período no mesmo patamar.

Tabela 26 - Probabilidade de pertencer à categoria ocupacional nos extremos da distribuição etária, Brasil Metropolitano, 2002-2014

27 a 29 anos					
	2002	2005	2008	2011	2014
Superior	0.110	0.120	0.126	0.131	0.139
Intermediária	0.237	0.254	0.255	0.266	0.277
Manual	0.121	0.110	0.121	0.133	0.120
Doméstica	0.055	0.063	0.064	0.045	0.020
Desocupada	0.075	0.079	0.066	0.058	0.040
Inativa	0.402	0.373	0.368	0.367	0.404
57 a 62 anos					
	2002	2005	2008	2011	2014
Superior	0.097	0.122	0.103	0.114	0.119
Intermediária	0.218	0.220	0.227	0.229	0.234
Manual	0.094	0.104	0.105	0.112	0.111
Doméstica	0.039	0.052	0.067	0.063	0.078
Desocupada	0.011	0.013	0.011	0.006	0.008
Inativa	0.540	0.489	0.487	0.475	0.450

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Assim, quando se compara o padrão ocupacional das domésticas com o das demais ocupações, se encontra que o envelhecimento dessa ocupação se dá principalmente pela maior presença de mulheres mais velhas, mas também há queda na probabilidade das jovens de serem domésticas; em 2014 a cada jovem de até 26 anos tinha 2% de probabilidade de estar empregada no serviço doméstico remunerado, já se controlando para suas demais características e esse valor era de 7,8% para as mulheres de mais de 54 anos de idade.

A tabela 27 mostra a probabilidade de destino das mulheres que eram domésticas na primeira ocupação, segunda cor/raça. Mulheres brancas têm maior probabilidade de realizar a transição para todas as demais categorias de ocupações, e ainda para a inatividade, enquanto as negras têm 5% a mais de probabilidade de permanecer na ocupação de doméstica e maior probabilidade também de ficarem desempregadas. Deve-se ressaltar que essa probabilidade já é condicional na origem e as mulheres negras, além de terem maior probabilidade de serem domésticas também têm maior chance de continuar nessa ocupação. Ou seja, grande há grandes diferenças no padrão de inserção ocupacional das mulheres de acordo com sua cor/raça, sendo que as brancas têm maiores probabilidades de inserção em ocupações de maior status.

Tabela 27 - Matriz de destino das empregadas domésticas, segundo cor/raça, Brasil Metropolitano, 2002-2014

	Superior	Mediana	Manual	Doméstica	Desocupada	Inativa
Branças	0.79%	9.67%	3.46%	70.71%	2.50%	12.87%
Negras	0.28%	7.52%	2.65%	75.73%	2.62%	11.19%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Analisa-se também a probabilidade de uma mulher que realizou a transição ocupacional para o serviço doméstico remunerado ter pertencido na origem a cada uma das categorias ocupacionais, segunda a raça/cor. A única categoria que as mulheres brancas têm maior probabilidade de ter pertencido em relação às negras, dado que agora são domésticas e controlando para todas as demais características incluídas no modelo, é a inatividade. A probabilidade de ter pertencido às ocupações superiores, intermediárias, manuais e na inatividade é maior para a as negras. Pode identificar assim outra diferença de acordo com a cor/raça: as negras têm maior chance de sair de outras ocupações e se tornarem domésticas do que as brancas, assim como de sair do desemprego para essa ocupação. Apenas saindo da inatividade é que a chance de transicionar para o trabalho doméstico é ligeiramente maior para as brancas do que as negras (uma diferença de 0,02 ponto percentual).

Tabela 28 - Matriz de origem de transições para a categoria de empregadas domésticas, por cor/raça, Brasil Metropolitano, 2002-2014

	Superior	Mediana	Manual	Desocupada	Inativa
Branças	0.18%	2.43%	2.10%	6.57%	2.54%
Negras	0.27%	2.51%	2.25%	7.61%	2.52%

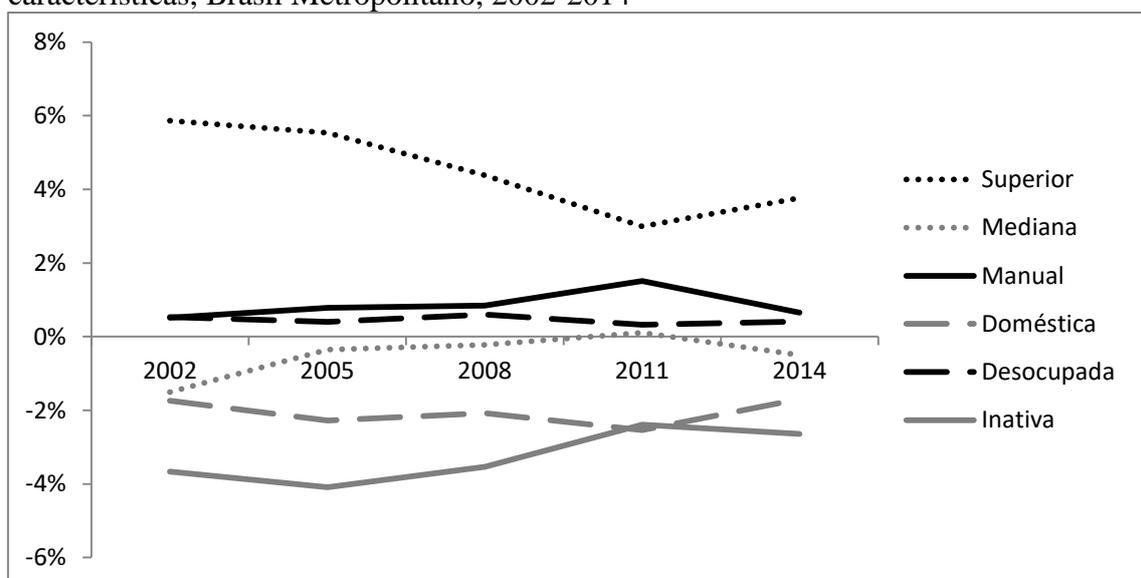
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Esses resultados indicam que há uma vinculação do trabalho doméstico à questão racial e que as negras não apenas são maioria nessa ocupação como têm padrões de inserção distintos das brancas, já que tem mais chance de deixarem de exercer outras ocupações e sair do desemprego para o trabalho doméstico, e ainda menor probabilidade de sair dessa ocupação rumo a outras e até mesmo à inatividade. É importante analisar se essa diferenciação entre negras e brancas diminuiu ou não durante o período analisado.

Ainda sobre essas questões de cor/raça, foi calculado como as diferenças nas probabilidades de estar em determinada situação ou categoria ocupacional entre negras e brancas mudou ao longo do tempo. Em tons de preto estão as categorias onde as mulheres brancas têm maior probabilidade de estar em relação às negras e em tons de cinza estão as categorias onde as negras têm mais chances de ocupar. É importante lembrar mais uma vez que esses resultados

preditos já estão controlados para as demais características, ou seja, a chance de as mulheres brancas ocuparem ocupações superiores é maior que a das negras mesmo já considerando as demais diferenças como escolaridade e posição na família.

Gráfico 22 - Evolução temporal das diferenças entre brancas e negras nas probabilidades preditas de inserção em cada categorial ocupacional, controlando para as demais características, Brasil Metropolitano, 2002-2014



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

A maior diferença entre os grupos está nas ocupações superiores, chegando a até 6 pontos percentuais a favor das mulheres brancas. Essa diferença, entretanto, foi se reduzindo ao longo do tempo. A segunda maior diferença, agora com as negras apresentando maior probabilidade é na inatividade, ou seja, enquanto as brancas têm mais probabilidade de estarem em uma ocupação superior e gerencial, as negras têm mais probabilidade de estarem inativas. Além da ocupação superior, as mulheres brancas apresentam maior probabilidade de estarem em ocupações manuais, e ainda desempregadas. As negras, além da inatividade, possuem maior probabilidade de estarem em ocupações intermediárias e no serviço doméstico.

Pode-se observar que as diferenças, no geral diminuíram ao longo dos anos analisados, seja nos grupos que “favorecem” as negras e nos grupos de “desfavorecem” as negras. Esse resultado é muito importante, pois aponta para uma equalização das diferenças raciais e superação de conflitos que são remanescentes do nosso passado escravocrata. Em relação ao emprego doméstico, entretanto, essa diferença está se mantendo em patamares constantes e nessa ocupação a superação desses estigmas e marcas ainda não está ocorrendo. Seja pela

invisibilidade dessas trabalhadoras, seja pelo não reconhecimento desse serviço com o trabalho, ou mesmo pelo peso adicional que possui esse trabalho essencialmente feminino e com heranças da servidão.

5 CONCLUSÃO

Essencialmente feminino, o serviço doméstico remunerado se apresenta também como marco da segregação racial e social existente no Brasil. Esse perfil de trabalhadora, que carrega características tanto da divisão sexual do trabalho anterior ao sistema capitalista quanto do regime de escravidão, justifica e determina a necessidade de se conhecer mais sobre essa profissão e os fatores que influenciam na decisão de ingressar nesse mercado de trabalho. A excepcionalidade dessa ocupação se origina também na lógica não produtiva que essa segue, já que não visa a produção para o mercado, mas apenas a manutenção e reprodução da força de trabalho.

Diferenciado de outras ocupações inclusive na legislação, só foi reconhecida oficialmente como profissão em uma lei de 1972. Recentemente essa ocupação recebeu atenção dos legisladores, já que foi alvo de duas mudanças importantes. A primeira, uma lei de 2006 que incentiva o registro desses trabalhadores por meio de isenções fiscais aos empregadores que pagarem os custos previdenciários e a segunda, que recebeu maior destaque na mídia, a PEC das domésticas, que alterou o parágrafo da constituição que excluía das domésticas direitos garantidos aos demais trabalhadores.

Ao final da década de 1970, as domésticas eram 20% das mulheres ocupadas no Brasil (MANESCHY, 2013). Em 2009, segundo Pinheiro et al. (2016), essa fração era 14%; ou seja, houve uma redução de 30% em quase quatro décadas. Assim, mesmo que lento, existe um processo de redução dessa ocupação, que segundo dados levantados para o Brasil metropolitano, apresentou redução contínua de 2009 a 2014.⁷ Além de identificar que o tamanho desse mercado de trabalho está ficando menor, esse trabalho procurou investigar quais são as características que determinam quais mulheres saem dessa profissão e quais permanecem nela.

Pode-se dizer que a ocupação está “ficando velha” já que, ainda na análise descritiva, foi encontrada uma mudança na distribuição etária das domésticas e das transições ao longo do tempo, assim como a encontrada por Pinheiro et al. (2016). De uma assimetria à esquerda na distribuição etária, representando uma maior participação de mulheres jovens nessa ocupação em 2002, em 2014 a distribuição apresentou uma assimetria clara à direita mostrando a mudança no perfil das mulheres ocupadas nessa categoria, que agora estão mais concentradas

⁷Até 2009, assim como foi encontrado por Oliveira e Costa utilizando dados da PNAD, aumentou-se a proporção de mulheres ocupadas como domésticas.

em maiores faixas de idades. Duas mudanças no padrão de inserção nessa ocupação justificam e reforçam esse envelhecimento: as mulheres jovens estão entrando menos nessa ocupação e as mulheres mais velhas estão demorando cada vez mais para realizar a transição para a inatividade.

Altas taxas de mobilidade dessa ocupação para as demais não são encontradas quando se analisa descritivamente os dados, mas são vistas nos coeficientes de frequência de imobilidade do modelo topológico. Isso ocorre porque a análise descritiva realizada é unidimensional e não isola o efeito das demais características dos indivíduos nessa ocupação. Assim, há um viés de mobilidade no emprego doméstico, seja para outras ocupações, seja para inatividade ou desemprego que é contrabalanceado pelo perfil das trabalhadoras dessa ocupação. Essa grande mobilidade encontrada intrínseca ao serviço doméstico remunerado vai de encontro à desvalorização dessa profissional, promovida pela desproteção e desregulação, que desincentiva a continuação nessa ocupação. Ou seja, além de não atrair mulheres trabalhando em outras ocupações ou fora do mercado de trabalho, essa ocupação também funciona como uma “alavanca” para outras profissões, já que quando têm outra oportunidade as mulheres preferem deixar de ser doméstica.

O estigma de realizar um trabalho sem ser reconhecido como uma profissional e com regimes de trabalho quase servis, além do baixo status que essa profissão apresenta, dão origem a esses processos identificados. As mulheres mais jovens procuram outras oportunidades para não entrar nesse mercado de trabalho e estão se tornando domésticas cada vez menos; entre as domésticas há menor imobilidade do que nos outros grupos ocupacionais e; mulheres mais velhas vão ocupando cada vez mais espaço nessa ocupação já que possuem menor mobilidade ocupacional do que as mais jovens. Esses processos são os responsáveis pelo “envelhecimento” dessa ocupação, ou seja, por elevar a média de idade das empregadas domésticas.

Ao investigar quais são as características responsáveis por essas mudanças, comparações entre os ajustes dos modelos estatísticos são feitas e pode-se dizer que a dimensão de período é a mais importante para modelar as frequências das transições entre as categorias analisadas. Ou seja, tanto as mudanças institucionais quanto os ciclos econômicos tiveram fortes efeitos na alocação de mulheres entre essas ocupações, a desocupação e a inatividade. Mas esse efeito só é o maior porque algumas características de coorte são explicitadas por meio da

inclusão no modelo características cujas influências variaram ao longo das coortes: a cor/raça e condição na família.

Assim, a transição entre as coortes de nascimento com novas ideias e valores e vivenciando outras realidades permitiu que mudanças na escolha e inserção ocupacional acontecessem, alterando a mobilidade destinando-se e originando-se na atividade doméstica remunerada. Além disso, se encontra um efeito substancial em ser cônjuge, filha ou chefe de família na decisão de entrar no mercado de trabalho, na ocupação a ser exercida e no salário reserva, e se observa que esse foi diferente ao longo das coortes de nascimento. Ou seja, além do efeito puro de coorte, as mudanças entre gerações também alteraram o efeito da posição na família na escolha ocupacional. É importante ressaltar que as domésticas constituem o grupo, dentre os criados, com maior parcela de mulheres chefes de domicílio, reforçando a importância de se manterem ocupadas, mesmo enfrentando situações de desproteção e discriminação, e para o sustento de suas famílias.

Da mesma forma, os resultados dos modelos mostram que a influência de ser negra, já controlada todas as demais características da mulher, na inserção e mobilidade entre as categorias de atividade é grande e também distinta ao longo das gerações. Pode-se ir além e dizer, mais do que esse efeito está mudando, que ele está diminuindo já que a diferença entre as probabilidades preditas (encontradas utilizando o melhor modelo para determinar as influências líquidas) de ocupação em cada categoria se reduziram ao longo do período estudado.

A maior diferença encontrada, com probabilidades favoráveis às mulheres brancas, foi a de trabalhar em ocupações superiores. Favoráveis às mulheres negras, a segunda maior diferença, seguida da inatividade, está na probabilidade de estar ocupada como doméstica. Ou seja, inclusive depois de já se considerar as diferenças de oportunidades educacionais entre brancas e negras, essas últimas têm mais chances de estarem inativas ou trabalharem como domésticas, enquanto as primeiras têm maior probabilidade de trabalhar em ocupações superiores. As diferenças nas probabilidades, entretanto, foram menores a cada ano analisado e existem indícios de que a sociedade está evoluindo no sentido do combate à discriminação e segregação racial ocupacional. A maior probabilidade de as negras estarem no emprego doméstico, entretanto, se manteve em patamares constantes e nessa ocupação a superação desses estigmas e marcas nas quais se baseiam a discriminação ainda não está ocorrendo. Assim, até mesmo as melhorias sociais de redução da segregação ocupacional não são

compartilhadas por essas profissionais, seja pela invisibilidade dessas trabalhadoras ou pelo peso adicional que possui esse trabalho essencialmente feminino e com heranças da servidão.

Esse processo de redução do tamanho e da ocupação de doméstica é também identificado na experiência de outros países, com diferentes contextos históricos e sociais. Duffy (2007) analisa as mudanças no trabalho reprodutivo durante o último século nos Estados Unidos. Mudanças na organização das tarefas de cuidado, limpeza e alimentação trouxeram mudanças demográficas em relação aos trabalhadores responsáveis por essas tarefas. Essas tarefas que antes eram realizadas na esfera privada foram delegadas para a esfera pública e institucionalizadas, gerando assim uma mudança no perfil de gênero dos trabalhadores, já que agora existem mais homens trabalhando como cuidadores e em restaurantes, por exemplo. Entretanto, o perfil racial se manteve e esses trabalhadores ainda são em sua maioria negros e imigrantes.

A medida que as tarefas necessárias para a reprodução da força de trabalho foram sendo removidas do ambiente familiar e passaram a ser realizadas em instituições de organização públicas nos EUA, as mulheres negras e latinas continuaram a realizar o trabalho de “*back room*”, ou seja, o trabalho nas cafeterias dos hospitais, por exemplo, enquanto as brancas se ocupavam de trabalhos mais públicos e de supervisão, como enfermeiras, por exemplo (DUFFY, 2007).

No Brasil, à medida que as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho, os encargos do cuidado das crianças e idosos e da casa em si foram atribuídos a outras mulheres devido a abundante oferta de mão de obra e baixos salários para que as mulheres de classe média e alta pudessem ingressar no mercado de trabalho em outras ocupações. Instituições e mecanismos que pudessem ser responsáveis por essas tarefas não foram criados pela coletividade e o desenvolvimento econômico não foi suficiente para aumentar os custos desse trabalho, através de uma maior cobertura social. Também a elevação da escolaridade não foi suficiente para restringir a oferta dessa profissional (MANESCHY, 2013).

Apenas recentemente uma transformação semelhante à que se deu nos EUA está ocorrendo no trabalho reprodutivo no Brasil. À medida que o trabalho doméstico remunerado está se tornando mais escasso, a responsabilidade pelo cuidado dos familiares está sendo delegado à esfera pública, seja no caso de creches no cuidado de crianças, de casas de cuidado de idosos e restaurantes. O presente trabalho contribui para o estudo dessa transição no Brasil em partes,

ao analisar como está se dando o processo de diminuição do trabalho doméstico como conhecemos. É necessário ainda, e deixa-se como sugestão, o entendimento do trabalho nesses ambientes não privados dedicados à reprodução.

Analisando também os Estados Unidos, o trabalho de Autor e Dorn (2009) retrata outro aspecto do mercado de trabalho norte americano importante para comparação com o que está sendo retratado do serviço doméstico: uma polarização da distribuição ocupacional. A causa dessa polarização é a mudança tecnológica não neutra que está eliminando trabalhos de habilidades médias como atividades manuais e cognitivas de rotina (por exemplo: secretária, arquivadora, bibliotecária e tarefas repetitivas de produção). Assim, esses trabalhadores de profissões que “estão ficando velhas” têm duas opções: se encaminham para trabalhos mais complexos que exigem criatividade e interações interpessoais complexas, ou para trabalhos manuais que necessitam adaptação situacional, reconhecimento visual e linguístico e interação interpessoal como cuidadores, faxineiros, seguranças e trabalhadores de construção.

Dessa forma pode se identificar um retrocesso quanto ao processo de extinção do serviço doméstico remunerado, já que à medida que se substitui algumas ocupações por rotinas computacionais e se libera contingente de trabalhadores para atuar em outras ocupações que não são substituíveis pelas máquinas. Maneschy (2013), ainda sobre a retomada da importância dos serviços pessoais remuneradas, destaca que esses não reapareceram necessariamente na mesma forma do serviço doméstico que existia anteriormente, com sua forma de regularidade de exercício para o empregador, mas mais no formato de diarista, cuidadores de idosos, babás e prestadores de serviços a domicílio.

Os Estados Unidos foi o lugar onde se precedeu a “volta” do trabalho doméstico, já que o cuidado e o serviço da casa foram delegados a trabalhadoras imigrantes. Entretanto, esse fenômeno está acontecendo também na Europa, em países com modelos diferentes de capitalismo em relação ao liberalismo norte americano. Nesses países, o governo tem regulado e até estimulado essa ocupação ao promover cupons e cheques de serviço e subsídio de impostos. Em alguns países, o baixo nível de desigualdade na estrutura salarial faz com que sejam necessários incentivos do governo para que esse serviço seja ofertado já que a abundância de trabalhadores com baixo nível de escolaridade aumenta as chances de terceirizar (*outsourcing*) as tarefas domésticas (ESTÉVEZ-ABE, 2014).

Ou seja, esse processo que está acontecendo no Brasil não é definitivo e deve ser entendido dentro de um contexto de oscilações e dinamismo onde os cuidados reprodutivos são executados em diferentes formatos, mas não deixam de estar no centro de conflitos entre gêneros. O serviço doméstico é fruto da divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres o cuidado com a casa e a família, seja essa a matriarca da família, ou uma outra mulher contratada para realizar esse serviço. Essa contratação e mudança no serviço doméstico remunerado não indica que esteja acontecendo uma redivisão desses papéis de gênero.

As mulheres estão buscando, e alcançando, ter o mesmo espaço e reconhecimento que os homens no mercado de trabalho, enquanto ainda são as responsáveis pelo trabalho realizado em casa. O cuidado ainda é o lugar “natural” da mulher na família, mesmo que para executá-lo ela precise conciliá-lo com os seus demais papéis conquistados, ou delegar a outra mulher, quando se tem poder aquisitivo para tal. Isso porque essas tarefas não podem deixar de serem feitas, e nem redivididas com o parceiro sem ser alvo de atrito e desgaste e, então, a solução de atribuir à outra mulher esse serviço é a menos conflituosa para a família das empregadoras, mas encontra barreiras na oferta dessas profissionais e na possibilidade de arcar com seus custos.

Esses processos de “recriação” do trabalho doméstico em outros países se deram a partir da criação de oferta de trabalho via imigração e novos sistemas de trabalho. Acontece também nessa situação uma polarização do emprego já que de um lado cresce a proporção de mulheres em empregos de níveis superiores e executivas e, de outro, também aumenta a taxa de mulheres em situação precária, enfrentando desemprego e desproteção, assim como a feminização das correntes migratórias (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Os resultados encontrados podem não ser indício de redução do trabalho doméstico em si, já que também no Brasil podemos estar diante de novos tipos e formatos de serviço pessoal remunerado: profissionalização e capacitação, e maior clareza na relação de trabalho, com estabelecimento de tarefas mais específicas de cada modalidade do trabalho doméstico, como cuidadores, babás, cozinheiras e faxineiras, e conseqüentemente, maior reconhecimento, via remuneração e alteração do status desse profissional. Nesse caso, o que se identifica é uma contratação do trabalho doméstico tradicional, e assim investigar a evolução dessas relações de trabalho utilizando critérios mais flexíveis é indispensável para que se entenda como estão sendo realizadas esses serviços, e essa tarefa é deixada como sugestão para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOR, David H.; DORN, David. *This Job Is Getting Old: measuring changes in job opportunities using occupational age structure*. IZA discussion paper n.º. 3970, 2009.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade do poder e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). *Igualdade Racial do Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.

BYELOVA, Kateryna. *Social and Legal Empowerment of Domestic Workers in Brazil*. Tese (Mestrado). Norwegian University of Life Sciences, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 5 out., 1988.

BRASIL. *Lei n.º 5.859*, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, 1972.

BRASIL. *Lei n.º 10.208*, de 23 de março de 2001. Acresce dispositivos à Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro-desemprego. Brasília, 2001.

BRASIL. *Lei n.º 11.324*, de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis n.ºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949. Brasília, 2006.

BRASIL. *Portaria Interministerial MPS/MF n.º 568*, de 31 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social (RPS) e revoga a Portaria Interministerial no 333, de 29 de junho de 2010. 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1982. 163 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

COSTA, Joana Simões de Melo; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HIRATA, Guilherme. Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XLIII, 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPEC, 2015. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i13-3673094cd66ddd35f756a3027c0ef45d.pdf >. Acesso em 18 abr, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. DIEESE. *Incentivo a formalização do emprego doméstico*. Nota Técnica 25, 2006. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2006/notatec25empregoDomestico.pdf> >. Acesso em 13 abr, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. DIEESE. *O emprego doméstico no Brasil*. Estudos e pesquisa, nº 68, 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>> . Acesso em 13 abr, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. DIEESE; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES - SPM. *As mulheres no mercado de trabalho brasileiro: informações qualitativas e quantitativas*. Relatório de pesquisa. Convênio de Cooperação Técnica DIEESE e SPM, abr, 2011.

DEX, Shirley; BUKODI, Erzsébet. Gender Differences in Job and Occupational Mobility in Varying Labour Market Conditions. *Barnett Working Paper*. n. 13-03, 2013.

DUFFY, Mignon. Doing the dirty work: gender, race, and reproductive labor in historical perspective. *Gender & Society*. Vol 21, n. 3, pg 313-336, 2007.

ESTÉVEZ-ABE, Margarita. Political Economy of Outsourcing of Domestic Work. *Working Paper of Carlos Alberto Notebooks*. n. 344, 2014.

ERICKSON, Robert; GOLDTHORPE, John. The Casmin project and the American dream. *European Sociological Review*. n .08, p. 283-30, 1992.

FEATHERMAN, David. L.; HAUSER Robert M. Prestige or socioeconomic scales in the study of occupational achievement? 1976. In: GRUSKY, David. B. (Org.) *Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective*. Colorado: Westview Press, 3º edição, 2008.

GHAI, Dharam. Decent work: Concept and indicators. *International Labour Review*. Hoboken, v. 142, n. 2, p.113-145, 2003.

GRUSKY, David B. The past, present and future of social inequality. In: GRUSKY, David. B. (Org.) *Social Stratification – class, race, and gender in sociological perspective*. Colorado: Westview Press, 2003.

HAUSER, Robert. M.; WARREN. John Robert. Socioeconomic Indexes for occupations: a review, update, and critique. (1997) In: GRUSKY, David. B. (Org.) *Social Stratification – class, race, and gender in sociological perspective*. Colorado: Westview Press, 2003.

HENLEY, Andrew; ARABSHEIBANI, G. Reza; CARNEIRO, Francisco G. On defining and measuring the informal sector: Evidence from Brazil. *World Development*. v. 37, n. 5, p. 992-1003, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HUSSMANN, Ralf. Measuring the informal economy: From employment in the informal sector to informal employment. *Integration Working Paper*, n. 53. International Labor Organization, Geneva, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa Mensal do Emprego. Rio de Janeiro, 2002 a 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. *Situação atual das trabalhadoras domésticas no país*. Comunicado do IPEA. n° 90, 2011.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, M.; EMÍLIO, M.; NOBRE, M. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003.

LEONE, Eugenia Trancoso; BALTAR, Paulo. População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico (2004-2008). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17, 2010, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2010.

MADALOZZO, Regina; BORTOLUZO, Adriana Bruscato. The impact of tax exemptions on labor registration: the case of Brazilian domestic workers. *Inspere Working Paper 232*. São Paulo: Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, 2011.

MANESCHY, Maria Cristina. O emprego doméstico e as Relações de Gênero no Mundo do Trabalho. *Gênero na Amazônia*. Belém. n.3, p. 207-218, 2013.

MATTOS, Miguel Ragone de. Trabalhadores urbanos e domésticos: a constituição federal e sua assimetria. *Revista Estudos Feministas* v. 17, n. 3, p. 871-878, 2009.

MARQUES, Lilian Arruda; COSTA Patricia Lino da. Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). *Igualdade Racial do Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. ed.1, Brasília: IPEA, 2013.

NAKANO GLENN, Evelyn. From servitude to service work: Historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. *Signs: Journal of Woman in Culture and Society*. n. 18, pg 1-43, 1992.

O'BRIEN, Robert M. Age Period Cohort Characteristic Models. *Social Science Research*. v.29, pg. 123-139, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. *Acumulando Informações e Estudando Mudanças ao Longo do Tempo: Análises Longitudinais do Mercado de Trabalho Brasileiro*. 2002. 151 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, Sirlei Márcia; COSTA, Patrícia Lino. Condicionantes para a profissionalização do trabalho doméstico no Brasil: um olhar sobre a profissão em duas regiões metropolitanas - São Paulo e Salvador - na última década. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36, Águas de Lindóia, São Paulo. *Textos...*, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.OIT. Trabajo decente para los trabajadores domésticos. *Informe IV*, Conferência Internacional do Trabalho, 99, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. Remuneration in domestic work. *Policy Brief 1*, 2011a.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. Global and regional estimates on domestic workers. *Policy brief 4*, 2011b.

PASTORE, José; VALLE SILVA, Nelson do. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, Macron Books, 2000.

PAULA, Bruno Galete Caetano de. Uma análise dos efeitos da política de aumento do salário mínimo sobre os rendimentos dos trabalhadoras domésticos no período de 2002 a 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA , XXXIX, 2011, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

PINHEIRO, Luana Simões, *et al.* *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. IPEA Nota técnica, 24. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

PHANG, Hanna S. Labor Market Transitions of Young Women over the Early Life Course: A Multistate Life Table Analysis. *Institute for Research on Poverty, Discussion Paper no. 1062-95*, 1995.

RIBAS, Rafael Perez; SOARES, Sergei Suarez Dillon. Sobre o painel da pesquisa mensal de emprego (PME) do IBGE. *Texto para discussão 1348*, IPEA, Brasília, 2008.

GONZAGA, Gustavo; REIS, Maurício Cortez. Desemprego e Qualificação: uma análise dos efeitos de idade, período e coorte. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.36, p.367-412, 2006.

RYDER, Norman B. The cohort as a concept in the study of social change. *American Sociological Review*, v. 30, p. 843-861, 1965.

SAITO, Katia; SOUZA, André Portela. A mobilidade ocupacional das trabalhadoras domésticas no Brasil. In: : ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXVI, 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2008.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879-888, dez, 2009.

SANTOS, Jankiel Aparecido Lima dos. *Trabalhadoras domésticas: mercado de trabalho segmentado ou integrado?* 2010. 47 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

SOUZA, Kênia Barreiro de; DOMINGUES, Edson Paulo. Mudanças no mercado de serviços domésticos: uma análise da evolução dos salários no período 2006-2011. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto , v.18, n.2, p.319-346, jun, 2014.

THEODORO, Maria Isabel Accorini; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Impacto da redução

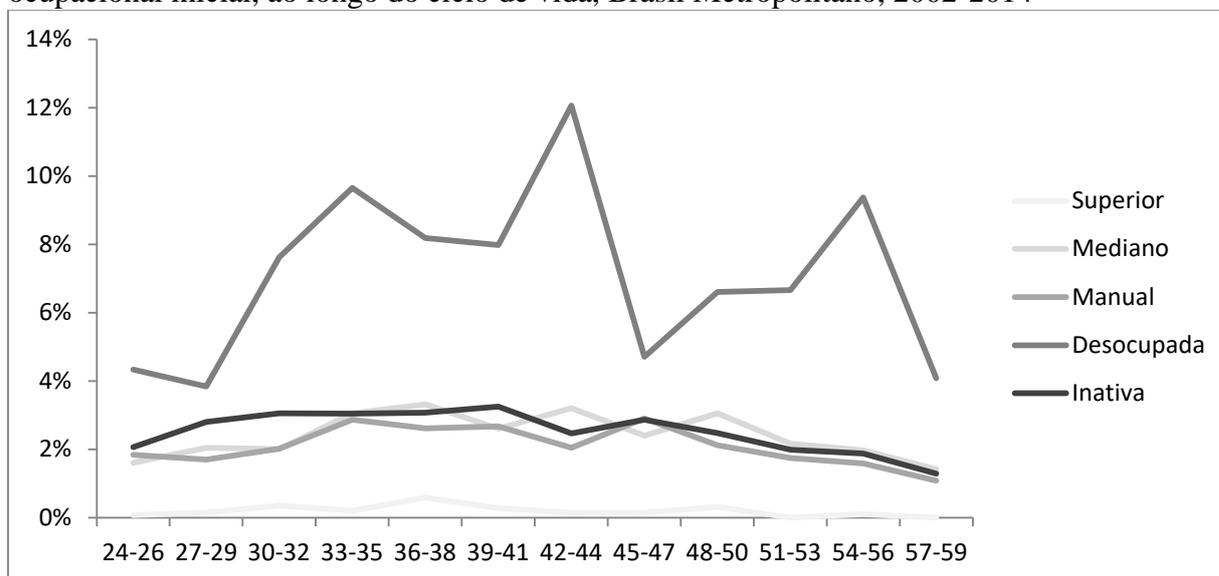
dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. *Revista Brasileira de Economia*, v.65, n.1, p. 93-109, jan./mar, 2011.

TOMEI, Manuela. Decent work for domestic workers: reflections on recent approaches to tackle informality. *Canadian Journal of Women and the Law*, v.23, n.1, p.185-211, 2011.

TREIMAN, Donald J. Occupational prestige in comparative perspective. 1976. In: GRUSKY, David. B. (Org.) *Social stratification – class, race, and gender in sociological perspective*. Colorado: Westview Press, ed. 3, 2008.

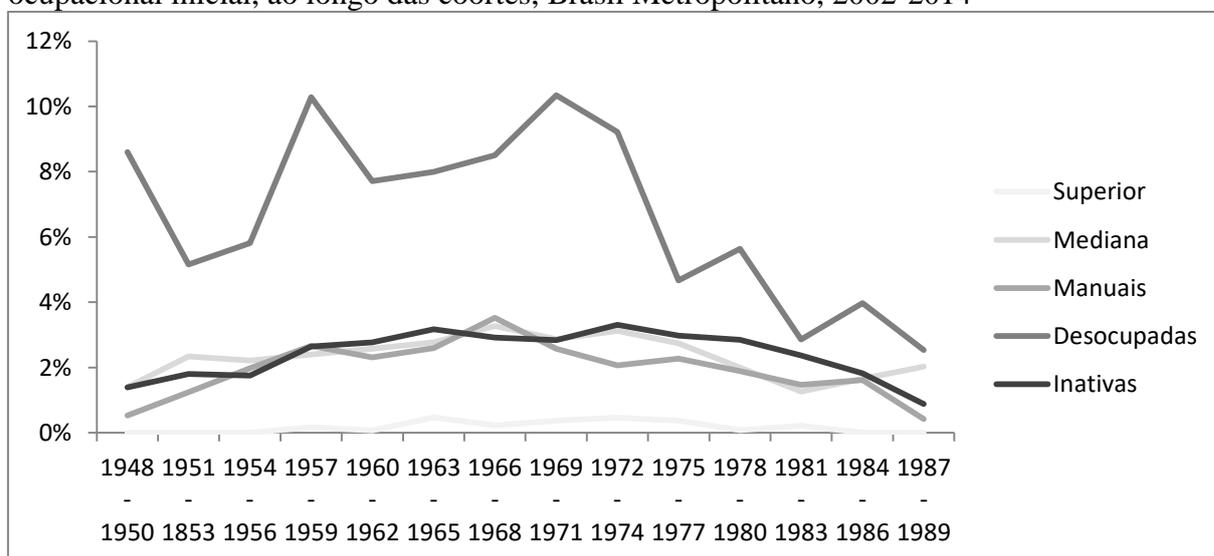
APÊNDICE A – Probabilidades previstas

Gráfico A1 - Probabilidade de transicionar para a ocupação de doméstica segundo grupo ocupacional inicial, ao longo do ciclo de vida, Brasil Metropolitano, 2002-2014



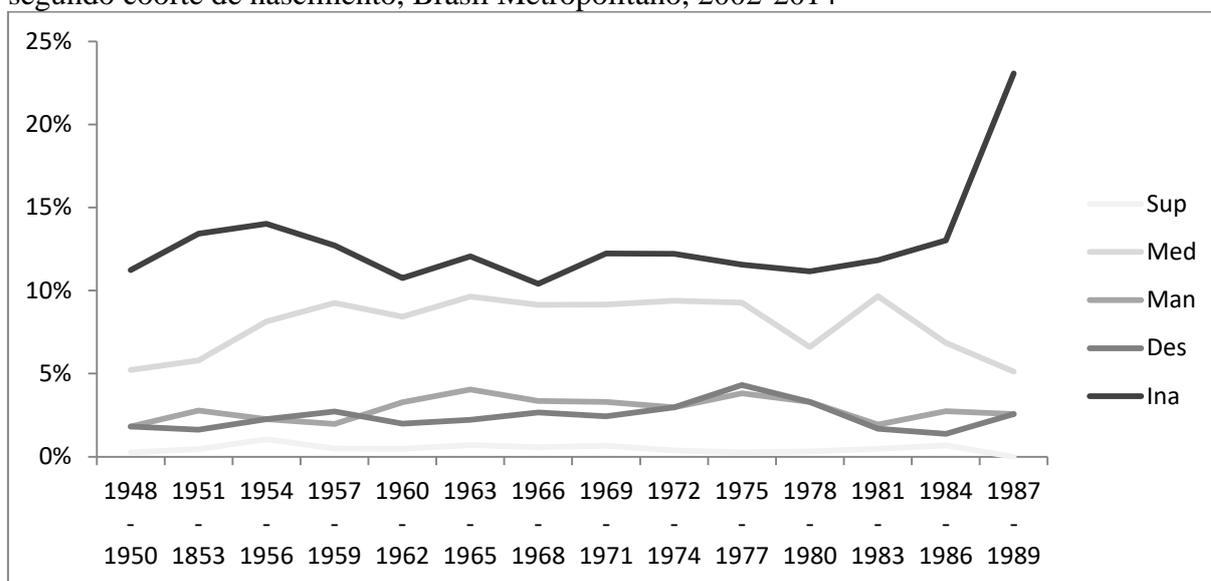
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Gráfico A2 - Probabilidade de transicionar para a ocupação de doméstica segundo grupo ocupacional inicial, ao longo das coortes, Brasil Metropolitano, 2002-2014



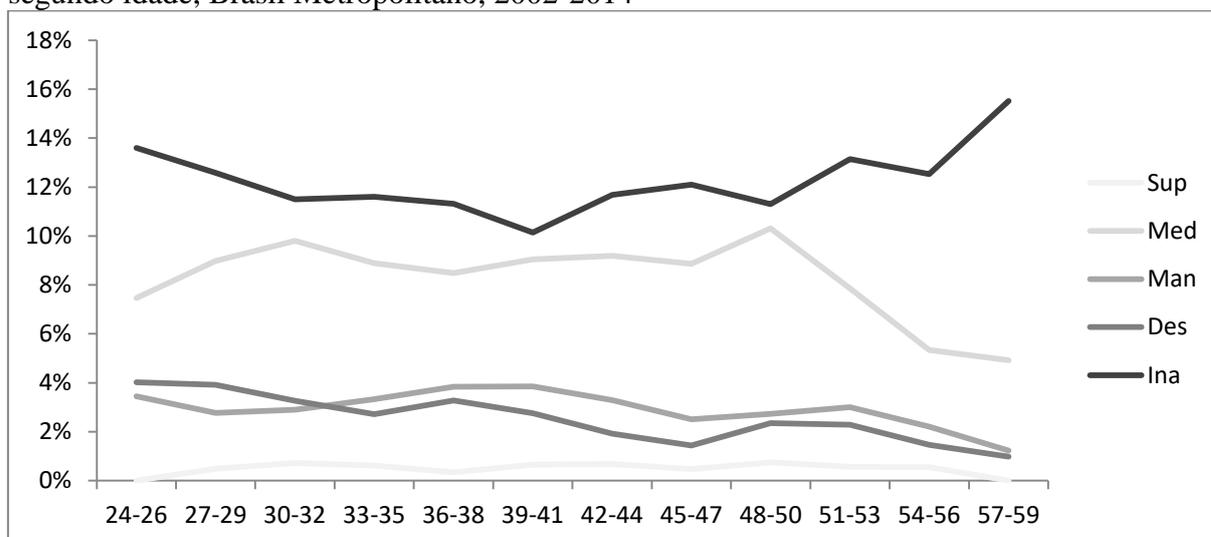
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Gráfico A1 - Probabilidade das domésticas ocuparem outra posição na segunda observação, segundo coorte de nascimento, Brasil Metropolitano, 2002-2014



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Gráfico A2 - Probabilidade das domésticas ocuparem outra posição na segunda observação, segundo idade, Brasil Metropolitano, 2002-2014



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela A1 - Matriz de origem de transições para domésticas, ao longo do tempo, Brasil Metropolitano

	Superior	Intermediária	Manual	Desocupada	Inativa
2002	0,24%	2,52%	2,87%	7,63%	2,49%
2005	0,14%	2,21%	1,66%	8,09%	2,69%
2008	0,20%	2,59%	2,36%	7,00%	2,74%
2011	0,13%	2,25%	1,97%	7,33%	2,47%
2014	0,34%	2,72%	2,05%	4,04%	2,29%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela A2 - Matriz de destino das domésticas, segundo ano da observação, Brasil Metropolitano

	Sup	Med	Man	Dom	Des	Ina
2002	0,75%	10,43%	3,60%	69,09%	3,60%	12,53%
2005	0,63%	8,17%	2,97%	73,79%	3,66%	1079%
2008	0,51%	7,07%	3,13%	74,38%	2,88%	1203%
2011	0,44%	9,62%	2,67%	73,53%	1,67%	12,07%
2014	0,37%	8,07%	2,94%	74,67%	1,34%	12,61%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela A3 - Probabilidade de pertencer à categoria ocupacional, segundo posição na família, já controlando pelas demais características, Brasil Metropolitano, 2002-2014

	Superior	Mediana	Manual	Doméstica	Desocupada	Inativa
Chefe	12,32%	27,13%	12,45%	8,21%	3,51%	36,38%
Conjuge	12,26%	24,17%	12,60%	7,90%	3,90%	39,15%
Filho	14,63%	27,43%	9,09%	3,32%	3,89%	41,64%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.

Tabela A4 - Probabilidade de pertencer à categoria ocupacional segundo maior nível ocupacional concluído, já controlando pelas demais características, Brasil Metropolitano, 2002-2014

	Superior	Mediana	Manual	Doméstica	Desocupada	Inativa
Alfabetização	1,20%	16,41%	7,93%	11,89%	1,67%	60,90%
Fundamental I	2,77%	22,28%	13,97%	13,58%	3,54%	43,86%
Fundamental II	4,36%	25,82%	14,82%	8,66%	3,27%	43,06%
Ensino Médio	14,05%	28,78%	13,76%	5,09%	5,00%	33,32%
Ensino Superior	36,60%	27,62%	3,98%	0,24%	2,05%	29,51%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PME, IBGE, 2002-2015.